

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILVIA DE ROSS

***PARANÁ-MÉDICO* (1916-1930): INTELECTUAIS EM DEFESA DA
CIÊNCIA MÉDICA E DA EDUCAÇÃO DOS HABITANTES DO
MEIO RURAL**

CURITIBA

2012

SILVIA DE ROSS

***PARANÁ-MÉDICO* (1916-1930): INTELECTUAIS EM DEFESA DA
CIÊNCIA MÉDICA E DA EDUCAÇÃO DOS HABITANTES DO
MEIO RURAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em educação, Linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira.

CURITIBA

2012

Aos meus queridos avôs, Alcides de Ross e Ciro Serigati (in memoriam)...

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Carlos Eduardo Vieira, por todas as suas contribuições, por confiar em mim, me incentivar e principalmente, pela paciência.

Aos professores Liane Maria Bertucci, Lezyani Daniel, Edson Armando Silva e José G. Gondra por terem aceitado avaliar este trabalho e por suas críticas, sempre pertinentes, que contribuíram para o meu amadurecimento como pesquisadora. A professora Liane também agradeço pelas aulas sempre leves e prazerosas nas quais tanto aprendi. E ao professor Edson, pela amizade e por acompanhar desde o início a minha trajetória acadêmica incentivando meu interesse pela História.

A Sara. Uma pessoa maravilhosa que tive a oportunidade de conhecer durante a trajetória desta pesquisa e que, além de colega, se tornou uma grande amiga. Agradeço por tudo. Pelos risos, pelas lágrimas e, principalmente, pela tolerância em ouvir quando eu precisava falar...

Também agradeço a Alessandra, Cláudia e Marinice. Foi uma turma ótima! E aos professores Marcus Levy Bencostta e Vera R. Beltrão Marques.

Ao meu amigo, Niltonci Batista Chaves, por ter me incentivado a ingressar no mestrado.

A todos os queridos colegas do GPHIE, que tive a oportunidade de conhecer e passar ótimas tardes realizando discussões interessantes e agregadoras.

Aos meus pais, Suzana e Alcimar, e ao meu irmão, Augusto, que sempre me apoiaram incondicionalmente.

A Vera Lúcia Rossi, Ademir Rossi e Ana Edith Levandoski, por abrirem as portas de suas casas para mim e me ajudarem nos momentos mais difíceis. Sem vocês este trabalho não teria sido realizado.

A Bruna, Adriano, Jane, Jaime, Nicole, Camila, Victoria, Simone, Isa, Rose, Mila e Mada...

Aos meus amigos Samantha, Luana, Graci, Cláudio, Rita, Almir, Ana, Matheus, Mariana e Jana...

Ao meu amado companheiro, Rodrigo Rossi, pelo amor e pela paciência.

Ao meu filho, Olavo, por existir e por seus sorrisos...

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar quais foram os intelectuais que organizaram o periódico *Paraná-Médico* (1916-1930), que crenças compartilharam e o que os levou a defender a ciência médica e a educação dos habitantes do meio rural em uma revista médica especializada. Para isso, foram consideradas as trajetórias dos médicos, as redes, os grupos e os espaços de sociabilidade que eles produziram na perspectiva de afirmação da sua imagem como atores sociais, bem como os seus objetivos ao criarem uma revista médica especializada. Em termos metodológicos foram utilizados o conceito de intelectual (Vieira) e a teoria da interpretação denominada de contextualismo linguístico (Skinner; Pocock). O conceito em questão possibilitou a compreensão das posições e das ações públicas dos médicos engajados na revista, enquanto que a teoria do contextualismo linguístico apoiou a interpretação histórica das intenções manifestas pelos intelectuais nos textos publicados no periódico. Atenção especial foi dada à retórica e às estratégias discursivas dos médicos em defesa da educação dos habitantes do meio rural, identificando com quem esses dialogaram e de que forma se posicionaram em meio ao debate nacional que atribuía o problema do “atraso” do Brasil às endemias rurais. Este percurso tornou possível afirmar que a revista *Paraná-Médico* representou um instrumento de (re)afirmação da identidade social do médico como *intelligentsia* responsável pela regeneração do país, tanto na perspectiva da assunção da ciência como orientação geral da ação, a qual envolvia as esferas pública e privada, como no âmbito da educação enquanto meio privilegiado de difusão dos princípios norteadores de uma nova cultura científica.

Palavras-chave: Intelectuais; Medicina; Educação dos habitantes do meio rural.

ABSTRACT

The purpose of this research was to identify which were the intellectuals who organized the *Paraná-Médico* (1916-1930) periodic, the beliefs they shared and what led them to defend medical science and education of rural inhabitants on a specialized medical periodic. To make it possible, the doctor's trajectories were considered, as well as the networks, groups and spaces of sociability that they produced in perspective of assertion their identity as social actors, as well as their objectives on creating a specialized medical periodic. On methodological terms were utilized the intellectual concept (Vieira) and the theory of interpretation called linguistic contextualism (Skinner; Pocock). The concept in question allowed the understanding of the positions and public actions of the engaged doctor's on the periodic, while the theory of linguistic contextualism supported the historical interpretation manifested by the intellectuals in the texts published in the periodic. Special attention was given to the rhetoric and to the discursive strategies of the doctor's in defense of the education of the rural inhabitants, identifying with whom they dialogued and how they positioned themselves through a national debate that attributed the problem of Brazil's "delay" to rural endemics. This route turned possible declare that the *Paraná-Médico* periodic represented an instrument of reassurance of doctor social identity as *intelligentsia* responsible for the regeneration of the country, both in the perspective of science assumption as a general action orientation, which involved the public and private spheres, as in ambit of education while a privileged means of diffusion of the guiding principles of a new scientific culture.

Keywords: Intellectuals; Medicine; Rural inhabitants education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: <i>PARANÁ-MÉDICO</i>: A TRAJETÓRIA E OS ORGANIZADORES DA REVISTA	28
1.1 Trajetória da revista.....	29
1.2 Organizadores do Paraná-Médico.....	37
1.2.1 Filhos e genros de fidalgos do Paraná.....	46
1.2.2 Nas tramas da política partidária: João Cândido Ferreira.....	51
1.2.3 João Cândido Ferreira, Reinaldo Machado, Victor do Amaral e os <i>educacionistas</i>	55
1.2.4 João Evangelista Espíndola.....	65
CAPÍTULO II: “<i>NO PARANÁ SE FAZ CIENCIA</i>”: OS MÉDICOS EM BUSCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA DA MEDICINA	70
2.1 Homens de Ciência, profissionais da Medicina: Educadores do saber médico no Paraná.....	77
CAPÍTULO III: ARAUTOS DA MODERNIDADE E REGENERADORES DA NAÇÃO: A DEFESA DA EDUCAÇÃO DOS HABITANTES DO MEIO RURAL.	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
FONTES.....	147
REFERÊNCIAS.....	147

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 PARANÁ-MÉDICO.1917.ANOI.Nº9.

31

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	FREQUÊNCIA DE ARTIGOS POR ÁREA MÉDICA	36
-----------	---------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	DEFINIÇÃO DO <i>corpus</i> : EDIÇÕES ANALISADAS.	14
QUADRO 2	MÉDICOS DA REVISTA E O TEMPO DE PERMANÊNCIA NA FUNÇÃO DE REDATOR.	37

INTRODUÇÃO

Ao lado da estrada e do credito agricola, surja a escola, explicando aos filhos do nosso sertanejo noções simples que evitam males ruinosos. O que o medico não conseguir ensinar pela acção ou pela persuasão, o livro o fará, inculcando nesses cerebros que ainda não adormeceram, as regras tão faceis, tão assimilaveis, da vida vigiada, defendida e vitoriosa pela higiene (LEAL FERREIRA, 1918, p.408).

As frases de Eduardo Leite Leal Ferreira, expostas na citação acima, foram publicadas em 1918, no periódico *Paraná-Médico*, e demonstram a preocupação com a educação dos habitantes do meio rural. Essa postura não foi exclusiva deste médico, mas de muitos intelectuais brasileiros, no início do século XX, os quais estiveram inseridos nos debates e disputas médicas e educacionais do período. Em meio a esses intelectuais estavam os integrantes do grupo ao qual Leal Ferreira pertenceu. Identificar quais foram os intelectuais que organizaram o *Paraná-Médico*, que crenças eles compartilharam e o que levou esse grupo a defender a ciência médica e a educação dos habitantes do meio rural através de uma revista médica especializada são objetivos deste trabalho.

Entendo que os médicos do periódico podem ser qualificados como intelectuais, a partir do conceito proposto por Vieira. Em conformidade com este autor, quatro aspectos são decisivos para a explicação histórica do intelectual como agente coletivo, no período em que se insere este trabalho:

1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos dezanove e vinte, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político para a

efetivação do projeto moderno de reforma social (VIEIRA, 2011, p. 03-04).

A hipótese que defendo é de que a revista *Paraná-Médico* representou um instrumento de afirmação da imagem do médico como *intelligentsia* responsável pela regeneração do país, tanto na perspectiva da assunção da ciência como orientação geral da ação, a qual envolvia as esferas pública e privada, como no âmbito da educação, enquanto meio privilegiado de difusão dos princípios norteadores de uma nova cultura científica.

A escolha por trabalhar com o documento revista como fonte decorreu das suas potencialidades. Para Martins, a revista pode ser definida da seguinte maneira:

conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros — formato, papel, letra, ilustração, tiragem — sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nas, hoje, velhas e amarelecidas publicações. Tem-se ali registro múltiplo, do textual ao iconográfico, do extra texto — reclame ou propaganda — à segmentação, do perfil de seus proprietários àquele dos consumidores (2003, p. 60).

É importante ressaltar que, apesar das potencialidades desse tipo de documento, o pesquisador(a) deve estar atento as suas armadilhas uma vez que, assim como os jornais, os periódicos não são imparciais, mas

expressam pontos de vista daqueles que os produziram e/ou preservaram. Sendo assim, as questões que se impõem não estão associadas às ideias do verdadeiro e do falso, da imprensa dizer ou não à verdade, mas sim do entendimento dos motivos que a levaram a defender determinadas teses, bem como no desvelamento das estratégias discursivas mobilizadas para sustentá-las e, assim, persuadir o seu público leitor. Embora não sejam necessariamente justificáveis ou defensáveis, as posições defendidas pela imprensa

expressam visões motivadas por razões passíveis de serem compreendidas e explicadas (VIEIRA, 2007, p. 16).

A revista *Paraná-Médico* nasceu em 1916 e expressou opiniões de um grupo de médicos integrantes da Sociedade de Medicina do Paraná (1914). A mesma foi publicada até 1930 e, hoje, os exemplares desta revista podem ser encontrados na cidade de Curitiba, em bibliotecas públicas e particulares. Paola (2008), em trabalho desenvolvido para o curso de Gestão da Informação, realizou o levantamento dos números da coleção e os organizou em uma base de dados (Pro Cite 5), a partir de categorias como: índices de autoria, assunto e título, palavras-chave e áreas de atuação médica. Ela também identificou que grande parte dos exemplares localizam-se na Biblioteca Pública do Paraná, na Biblioteca Central da UFPR, na Biblioteca do Museu de História da Medicina, na Associação Médica do Paraná e na biblioteca particular do Dr. Carlos Ravazzani.

Em minha trajetória de pesquisa sobre o periódico, na qual me dedico desde 2006, visitei diversos locais, dentre eles a Biblioteca Pública do Paraná e a Biblioteca Central da UFPR, mas devo as fontes que tenho, principalmente, ao Dr. Carlos Ravazzani, que disponibilizou sua biblioteca particular para que eu pudesse utilizar todos os números do periódico por ele colecionados.

Meu interesse por pesquisar o *Paraná-Médico* surgiu ainda na graduação, quando analisei o discurso presente no periódico sobre o feminino. Ao terminar meu primeiro trabalho acadêmico, percebi, com inquietação, a necessidade de dar voz aos autores dos discursos presentes na revista e de compreender melhor o papel desempenhado pela mesma no período em que foi publicada. Os artigos publicados no periódico versam sobre diversos temas, observando-se que aqueles que mais ocupam as páginas do *Paraná-Médico* estão relacionados a clínica médica, aos próprios médicos e a Sociedade de Medicina do Paraná (1914). Ocupa, o segundo lugar, em quantidade, os artigos relacionados ao sanitarismo e à higiene (PAOLA,

2008). Dentre esses artigos e relatórios, identifiquei, assim como Paola e Kummer (2007), que um número significativo dos mesmos abordam a questão do saneamento rural no Estado.

O *corpus* do *Paraná-Médico* é composto por 48 fascículos, somando 126 artigos de 1916-1930. Além dos artigos, também estão presentes, no periódico, discursos feitos em sessões solenes, relatórios dos serviços médicos desenvolvidos no Estado e relatórios das atas de sessões da Sociedade de Medicina do Paraná. O gráfico elaborado por Paola (2008) demonstra o número de fascículos publicados, separados por ano e mês. Os números selecionados são edições bimensais, trimestrais ou semestrais.

Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
MÊS	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
ANO I 1916/17	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ANO II 1917/18	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ANO III 1918/19	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ANO IV 1919/20	X	X	X	X	X	X						
ANO V 1920					X							
ANO VI 19 --												
ANO VII 1925/26		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ANO VIII 1930						X	X					

QUADRO 1 – Definição do *corpus*: edições analisadas.

FONTE: Elisabeth Braga de Oliveira Paola (2008).

NOTA: Fascículos publicados em conjunto destacados X

A trajetória de desenvolvimento desta pesquisa me levou a constatar que não foram muitos os trabalhos que discutiram sobre o *Paraná-Médico*. As pesquisas que encontrei que investigaram a respeito desta revista, ou que perpassam questões relacionadas a mesma, foram as de Paola (2008), Kummer (2007), Cintra (2010) e o meu próprio trabalho de graduação.

Paola (2008), como já foi mencionado, se preocupou em levantar os números

da coleção e organizá-los em uma base de dados. Esta autora não objetivou realizar a análise dos discursos presentes no periódico, mas seu trabalho apresenta uma contribuição importante no que se refere à organização de dados quantitativos, referentes a alguns aspectos da revista. Esta autora identificou quantos foram os números publicados do *Paraná-Médico* e, também, quais foram os médicos que mais publicaram durante a trajetória da revista. Ela também percebeu os temas que eram mais discutidos entre os médicos no período. Entre eles, como foi exposto anteriormente, o da profilaxia rural.

Kummer (2007) teve outra abordagem. Na condição de historiadora, esta autora analisou a atuação do Serviço de Profilaxia Rural no Paraná, a partir dos cadernos e relatórios de viagem, das leis e decretos referentes à institucionalização deste serviço, mas também de artigos publicados no periódico *Paraná-Médico* e dos regulamentos sanitários. O recorte temporal da pesquisa de Kummer é 1916-1930, e corresponde exatamente ao período em que ocorreram as publicações da revista. Esta autora traz contribuições importantes, no sentido de compreender as intervenções médicas no meio rural a partir de 1916, pois evidencia aspectos de como foram pensados e colocados em prática modelos de higienização e saneamento para o tratamento das doenças. Ela defende que tal tema “conduz a uma análise sobre a tentativa de controle dos indivíduos ligado a uma constituição de saberes médicos” (KUMMER, 2007, p. 03).

Cintra (2010), em sua tese, procurou entender como foi possível a constituição do curso médico na Faculdade de Medicina do Paraná e o papel desempenhado pela mesma na institucionalização da ciência médica. Esta autora discutiu questões importantes sobre o *Paraná-Médico* em seu trabalho. A primeira questão apontada por Cintra, com a qual concordo, é a da forte presença do grupo organizador do periódico no cenário educacional. Ela demonstrou esse aspecto a partir das atuações de seus integrantes na Faculdade de Medicina do Paraná e da difusão do ensino médico no Estado. No entanto, algo que questiono no trabalho

desta autora é a forma como trata as relações entre os médicos antes da Universidade do Paraná e da Faculdade de Medicina do Paraná. Segundo Cintra:

A princípio, individual e desarticuladamente, esses médicos foram visionários do esforço de ampliação dos incipientes serviços de assistência pública e principalmente da difusão do ensino médico no Paraná. Com a oportunidade de se organizarem e se articularem em torno do projeto da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP), tais nomes ganharam posição, visibilidade e destaque na sociedade paranaense ao pensarem coletivamente os problemas de saúde vivenciados no estado. A FMP significou, portanto, um marco fundador na história da medicina paranaense. Não só na difusão do ensino médico, mas essencialmente na possibilidade de vislumbrar condições reais de desenvolvimento de ações no campo médico até então pouco consistentes e mesmo ausentes no Paraná (2010, p.16).

Nesta pesquisa, diferente do que foi afirmado por esta autora, defendo que os médicos fundadores da Faculdade de Medicina do Paraná, os mesmos que criaram o *Paraná-Médico*, não atuavam individual e desarticuladamente antes da *oportunidade* de se organizarem para a fundação da Faculdade de Medicina do Paraná. Ao contrário, demonstrarei que eles estavam articulados em outros espaços, em sintonia com as discussões nacionais da comunidade médica, buscando tanto institucionalizar cientificamente a medicina, quanto o reconhecimento de que eram praticantes de uma medicina experimental e especializada pelos paranaenses e por doutores de outros Estados. Para que a Faculdade de Medicina do Paraná existisse já havia um grupo, composto por agentes que tinham uma posição de destaque e visibilidade na sociedade paranaense e que buscavam construir seus próprios espaços de sociabilidade para defender seus projetos.

Em meio a tais projetos estava a educação dos habitantes do meio rural, que mesmo antes da Faculdade de Medicina do Paraná, recebia atenção desse grupo de intelectuais. O que busco neste trabalho não é, portanto, destacar as intervenções médicas no meio rural, tal como fez Kummer (2007), nem caracterizar

detalhadamente a população que vivia no meio rural, mas apreender como se desdobra o debate sobre a educação desses habitantes no *Paraná-Médico*, ou seja, como os médicos caracterizavam os habitantes do meio rural e qual projeto era defendido pelos intelectuais do periódico a respeito da educação dessa população.

Para isso é necessário considerar os debates e projetos educacionais em voga nacionalmente no período que apontavam, segundo Vieira:

[...] a educação do povo e o desenvolvimento nacional como as duas faces de uma mesma questão. O movimento cívico/nacionalista, o movimento higienista, a bandeira da industrialização e da educação do povo foram projetos que se associaram, como meio privilegiado da constituição da identidade do povo e da nação, bem como de condição para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social (2001b, p. 2).

Constituir a identidade do povo e uma “nação moderna”¹, através da educação, tornou-se o projeto da intelectualidade brasileira, principalmente após a instauração na República (1889). Tal objetivo foi delineado porque, a partir do século XIX, o Brasil passou por intensas mudanças, que atingiram “todos os níveis da experiência social” (SEVCENKO, 1998, p. 07). Foi um período no qual as pessoas foram envolvidas de modo extremamente completo e rápido “num processo dramático de transformação dos seus hábitos cotidianos” (idem). Isso não ocorreu apenas no Brasil, mas no mundo ocidental como um todo, integrado a partir da expansão da economia capitalista e do credo nas “(...) sociedades que geram

¹A busca pelo moderno esteve relacionada ao advento da modernidade, período histórico que, segundo Marshall Berman (1986) não se caracterizou a partir de rígidas fronteiras espaciais e temporais, mas como um conjunto de experiências (de tempo e de espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida) compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. Para este autor, “o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; (...) No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’” (1986, p. 16).

progresso (...), poder e cultura da riqueza, com o “desenvolvimento” técnico-científico (...)” (HOBSBAWN, 1995, p. 198-199).

Em fins do século XVIII a expansão industrial e econômica desencadeou, em muitos países, transformações complexas e profundas, as quais estimularam o desenvolvimento de potenciais energéticos e a origem de campos de exploração industrial. Nesse ínterim houve a emergência de novas áreas do conhecimento, entre elas: a microbiologia, a bacteriologia e bioquímica, que causaram efeitos na produção de alimentos, bem como a ascensão da farmacologia, da medicina, da higiene e da profilaxia, que representaram um impacto decisivo para o prolongamento da vida humana (SEVCENKO, 1998, p. 07).

No desdobramento das novas descobertas científicas e tecnológicas surgiram, entre muitas coisas, os veículos automotores, os transatlânticos, o telégrafo, o telefone, a televisão, a radiodifusão, a geladeira, o papel higiênico, a seringa hipodérmica, o medidor de pressão arterial, a penicilina, a pasteurização e a esterilização, a escova de dentes, entre outros produtos, de modo que “essas descobertas marcaram uma mudança cultural que acabou por desenvolver certa intolerância ao antigo e ao antiquado” (LAROCCA, 2009, p. 11) e, já nas primeiras décadas do século XX, “não havia outro modelo operacional além da “ocidentalização” ou “modernização”, ou o que se queira chamá-lo” (HOBSBAWN, 1995, p. 198-199). O termo *moderno*, segundo Dupas (2006), assumiu, principalmente nesse período, uma conotação elogiosa, pois ele representaria uma transformação gradual, do “menos bom” para o melhor (p.13).

Os intelectuais brasileiros que, já no último quartel do século XIX, dialogaram com a teoria darwinista, com as descobertas da microbiologia e das inovações tecnológicas, inspiraram-se nas ideias de “ciência”, “progresso” e “modernidade” que advinham, em sua maior parte, de alguns países da Europa, mas também dos Estados Unidos. No entanto, essa intelectualidade afirmava que o Brasil não acompanhava as transformações porque estava atrasado cultural e

economicamente em relação a esses países.

Para construir uma nação moderna² seria necessário que o povo tivesse sentimento de nacionalidade e já havia certo consenso entre os intelectuais, desde as últimas décadas do século XIX, de que o povo brasileiro não tinha tal sentimento (LIMA; HOCHMANN, 1996, p.26). Aliás, uma pergunta recorrente entre os debates no período era: como forjar uma nação harmoniosa e progressista em tão vasto território e com tamanha diversidade racial? (MARQUES, 1994). Segundo Bertucci:

Formar o povo brasileiro e construir uma “nação moderna”, apareceu então como ideal catalisador de várias propostas que há alguns anos estavam na mente e nas ações de vários homens: médicos ou educadores, advogados e militares, vários deles políticos [...] Entre os meios anunciados para a realização do sonhado empreendimento estavam o conhecimento científico e a educação do povo (BERTUCCI, 2007, p.146).

A partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, intensificou-se, no debate nacional, a circulação de teorias eugênicas, que tinham como princípio a existência de raças superiores e inferiores, bem como a afirmação de que a miscigenação e o clima tropical seriam sinônimos de atraso. Dialogando com essas teorias, parte dos intelectuais do período concordou com a tese de que não seria possível construir uma nação no Brasil, uma vez que a inferioridade racial do “brasileiro”, relacionada à diversidade de raças e a miscigenação, mas também o clima tropical, seriam as principais causas da improdutividade do povo e do “atraso” do país (LIMA & HOCHMANN, p. 27). Segundo Mota, na visão de alguns analistas, o país era considerado, inclusive, como *o grande erro de Deus*,

²Para Hobsbawm (2002), entre os anos 1880-1914, foi forjado o nacionalismo que tinha na língua e na etnicidade critérios centrais, decisivos e únicos para a existência de uma nação em potencial. Nação que, neste contexto, passou a ser entendida, cada vez mais, como sinônimo de raça (p.131-132).

cujos males alguns atribuíam à terra, outros à raça, e os mais extremados a ambas as coisas. O solo era pobre, o clima inóspito, a natureza traiçoeira. Nesse ambiente ingrato, o homem padecia, mergulhado na indolência e na tristeza. Nada produzira e nada produziria. Contrastava, com essa autoimagem estéril, a visão idílica e romântica daqueles que viam no país a nova Canaã, que deveria ser erguida com formosíssimos jardins sempre em festa, onde veraneava um povo sadio e inteligente (MOTA, 2003, p. 20).

As ideias eugênicas também receberam outras traduções. Nas primeiras décadas do século XX foram implementadas práticas de miscigenação com o branco europeu, com a pretensão de melhorar a constituição física e mental do brasileiro, em um processo de branqueamento que, na percepção de um segmento da intelectualidade, possibilitaria a redenção nacional (MARQUES, 1994).

Paralelamente, a partir de meados da década de 1910, outra tese ganhou destaque ao afirmar que somente a miscigenação com o branco europeu não resolveria o problema do país, “mas através do cuidado com a saúde (graças aos avanços da microbiologia) e a educação, o brasileiro nato (mistura secular de índio, português e negro) poderia ser resgatado do seu triste destino” (BERTUCCI; BARBOSA, 2008, p. 01). A educação e à saúde receberam, nesse contexto, uma grande visibilidade entre os debates que buscavam a construção de uma nacionalidade brasileira e de um povo capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

A referida tese foi constituída uma vez que, nesse período, a busca pela descoberta dos laços que integravam a pátria tornou essencial ampliar o conhecimento sobre o território, assim como descobrir a população que habitava o imenso e ainda pouco explorado país (BERTUCCI, 2007, p.147). Por essa razão,

Arthur Neiva³ e Belisário Penna viajaram na expedição científica, iniciada em 1912, na qual percorreram a região do Brasil Central⁴ e encontraram os habitantes do interior do país, chamados por eles de sertanejos, caboclos e caipiras. Os dois médicos identificaram e denunciaram o estado de penúria, ignorância e enfermidade em que viviam os habitantes da região por eles visitada. Mas também alertaram que não era somente na região pela qual havia passado a expedição científica que se encontravam esses habitantes. Isso porque o chamado sertanejo, caboclo ou caipira, habitante mestiço do país “vivia disperso de norte a sul do Brasil; afinal o interior ou o sertão, espaços geográficos pouco definidos, poderiam começar logo ali, onde acabavam as grandes avenidas dos principais centros urbanos do país” (idem).

Diferente do que afirmavam muitos intelectuais brasileiros, para Belisário Penna⁵ e Arthur Neiva o clima tropical, a diversidade de raças e a miscigenação não seriam entraves para a constituição de uma nação. O brasileiro, chamado de “sertanejo” ou “caboclo” seria indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas dirigentes. A única forma de transformar tal realidade seria por meio do saneamento e da higienização do país, algo que, para

³ Arthur Neiva nasceu em Salvador, Bahia, em 1880. Iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia mas concluiu seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1903. Dois anos depois, ingressou no Instituto de Manguinhos, sendo nomeado por Oswaldo Cruz como auxiliar técnico do Laboratório Bacteriológico, onde executou trabalhos especialmente na área da entomologia. Realizou expedições científicas pelo interior do Brasil, viajou pelos Estados Unidos e Europa e atuou no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires entre 1915 e 1916. Foi contratado pelo governo de São Paulo como diretor do Serviço Sanitário do Estado, sendo um dos elaboradores do código sanitário brasileiro. Participou, com Belisário Penna, da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1916) (SILVA, 2006).

⁴ A região chamada por eles de Brasil Central abarcava o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás.

⁵ Belisário Augusto de Oliveira Penna nasceu em 1868, em Minas Gerais. Matriculou-se, em 1886, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro mas concluiu o curso na Faculdade de Medicina da Bahia. Com a nomeação de Oswaldo Cruz, em 1903, para dirigir os serviços federais de saúde pública, realizaram-se concursos para as campanhas sanitárias. Aprovado, Penna tomou posse como inspetor sanitário no Rio de Janeiro, em maio de 1904. Realizou expedições científicas em estados do norte e do sul do Brasil. Ainda em 1916, Penna iniciou, pelo *Correio da Manhã*, uma campanha pelo saneamento do Brasil, escrevendo os artigos que mais tarde constituiriam o livro *Saneamento no Brasil*. Esteve, ao lado de Arthur Neiva, na Liga Pró-Saneamento do Brasil (1916) que congregou vários intelectuais e políticos da capital da República. (THIELEN & SANTOS, 2002)

a maioria dos médicos e engenheiros, que advogavam em favor da causa sanitaria, era tarefa obrigatória dos governos (LIMA; HOCHMANN, 1996, p.23).

Os sanitaristas⁶ proclamaram a doença como o maior entrave para a civilização, o progresso e a modernidade do país e instituíram como seu principal objetivo, principalmente após 1918, com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, a remoção do que seriam os principais obstáculos para o desenvolvimento do povo brasileiro: as endemias rurais (idem). As constatações de Penna e Neiva, feitas durante a viagem de expedição científica, repercutiram de forma intensa nacionalmente (BERTUCCI; BARBOSA, 2008, p.1-2).

Considerando tais discussões, o esforço desta pesquisa foi por captar uma linguagem médica específica, na qual se desdobra um debate, acerca da educação voltada para os habitantes do meio rural, presente no *Paraná-Médico*. A busca foi por compreender as intencionalidades dos participantes desse debate que, como atores históricos, reagem uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos, históricos e políticos. Entendo linguagem, neste trabalho, assim como Pocock (2003), como uma forma de ação⁷, de atuação sobre o real e de constituição do mesmo. A ação, neste caso, seria uma ação de fala, já que na linguagem se efetua um *ato de fala*.

⁶ Segundo Bertucci e Barbosa “Sanitarista, na época, era o profissional que fazia da política de saúde pública, que envolvia atenção múltipla com homens (inclusive sua educação), lugares e coisas, sua preocupação. A maioria dos sanitaristas era formada em medicina ou engenharia. Até então os médicos que tinham preocupação com aspectos dessa questão eram chamados higienistas” (BERTUCCI; BARBOSA, 2008, p.10)

⁷ A questão do paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e, portanto de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade, oferece um método de analisar textos. Atuar sobre o real soa como modificar a realidade, fazer algo, mudar, transformar. Na teoria dos atos de fala, a linguagem seria um instrumento que capacita à ação de um sujeito. Sugere que não é possível realizar certas coisas sem o uso de palavras proferidas a partir de regras compreendidas em uma comunidade discursiva. Assim, a linguagem também é real, tomada para realizar atos, indispensável ao homem. A tarefa da interpretação de textos pelo historiador pode consistir, nesse sentido em recuperar esta dinâmica no campo da linguagem através da interpretação dos atos de fala nos textos que utiliza como fontes. Ler textos, enfim, significará a possibilidade de recuperar a atuação sobre a realidade, dada em um específico momento (RODRIGUES, 2010, p.03).

De acordo com Skinner, para compreender um *ato de fala*⁸ como uma ação é necessário buscar perceber as intenções de um autor ao enunciar uma determinada ideia, o que pode ser feito se o historiador traçar a relação entre um dado enunciado e o contexto linguístico disponível no momento em que o texto foi escrito, isto é, o repertório de ideias com as quais o autor do *ato de fala* dialogou no momento do pronunciamento. Isso porque, nas palavras deste mesmo autor, o *ato de fala* tem um caráter contratual ou de compromisso entre as partes. É uma interação comunicativa que estabelece um conjunto de regras para os usos da linguagem. Deve-se considerar, portanto, “quando”, “como”, “por que” e “por quem” algumas expressões podem ser usadas e outras não, ou seja, é necessário compreender os usos das palavras e expressões levando em conta o contexto de cada uso. Neste sentido, o exame não deve ser feito simplesmente em relação às palavras e aos seus “significados”, mas também em relação à realidade sobre a qual falamos. O *ato de fala* seria, portanto, um raciocínio voluntário que pertence às regras dos jogos de linguagem.

Skinner (2002) afirma, ainda, que a investigação do contexto social e cultural, no qual a linguagem é usada, considerando os valores, os paradigmas, a “racionalidade”, enfim, os elementos que são indissociáveis da linguagem, é imprescindível para compreensão da própria linguagem que é, em si mesma, uma prática social. A partir desta argumentação é possível afirmar que a “realidade” é

⁸ Segundo Silva (2009), Skinner mobilizou sistematicamente a taxonomia dos atos de fala elaborada por Austin. Austin distinguiu três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (of saying) algo; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o agente está fazendo ao dizer (in saying) algo, e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência, aquilo que ocorre por dizer-se (by saying) algo (AUSTIN *apud* SILVA, 2009, p. 309). Para Silva, o esforço de Austin consistiu em iluminar a dimensão ilocucionária dos *atos de fala*, pois é nela que se concentra a característica negligenciada pelas teorias convencionais do significado, as quais se atêm, principalmente, às dimensões locucionária e, em menor medida, perlocucionária das sentenças. É na dimensão ilocucionária de um proferimento que reside sua força enquanto ação, força que se identifica com a intenção do agente ao dizer algo em determinado contexto de convenções linguísticas (SILVA, 2009, p. 309).

constituída a partir da linguagem que adquirimos e empregamos.

Entendo, neste trabalho, que só é possível compreender os discursos ao perceber as possíveis intencionalidades⁹ de seus enunciadores, bem como a linguagem por eles compartilhada. Além disso, é necessário “[...] estabelecer os nexos, as relações entre os intelectuais, as correntes de pensamento e seu meio social” (VIEIRA, 2001a, p. 55), procurando compreender as suas ideias e trajetórias “que são testemunhos privilegiados dos diversos projetos formativos que demarcam as disputas em torno do processo de formação das novas gerações” (idem). Para o entendimento de tais questões realizei uma reflexão que girou em torno de três aspectos que foram explorados ao longo de três capítulos.

No primeiro item do Capítulo 1 abordei a trajetória do *Paraná-Médico* e, neste tópico, explicitarei a ocasião de seu nascimento, por quem era produzido e custeado, em que lugares era vendido, o projeto gráfico editorial, que temas eram tratados e o tempo em que foi publicado.

A partir do item 2 do Capítulo 1, demonstrei quais foram os intelectuais que organizaram a revista, ou seja, os redatores do periódico. Também tive como objetivo identificar os agentes que mais se destacaram na trajetória da publicação, partindo da compreensão de que os redatores mais assíduos eram os principais responsáveis pela veiculação da revista. Minha intenção, ao realizar este percurso, não foi reduzir o grupo aos intelectuais que ocuparam posições de relevo no *Paraná-Médico*, ou, tampouco, afirmar que aqueles de menor expressão eram sujeitos passivos. Mas demonstrar que alguns intelectuais tiveram mais poder nos

⁹ Entender o discurso ou o *ato de fala*, segundo Skinner (2002), passa pela apreensão das intenções do autor, ou seja, pelo significado atribuído por ele a sua ação. Skinner (2002) apontou três formas de significados de um texto. Para ele, o primeiro significado seria o textual, aquele que busca o significado nas palavras no texto e não se ocupa com a intenção do autor. O segundo significado seria aquele da recepção do texto ou o que o texto causou, isto é, a interpretação e a resposta que cada leitor dá a um determinado texto. Neste caso, o significado não é fixo já que cada leitor interpreta o texto de um jeito particular. E o terceiro significado é aquele que se ocupa com “o que quer dizer o escritor com o que disse em um determinado texto”(SKINNER, 2002, p. 78-81). É no último significado que se centra Skinner, afirmando que é possível compreender o significado atribuído pelo autor do texto a sua ação.

jogos políticos e linguísticos que perpassaram a trajetória da revista.

Por isso, no primeiro capítulo, utilizei como fonte não apenas o *Paraná-Médico*, mas os livros de Eduardo Corrêa Lima a respeito de Victor Ferreira do Amaral, escrito em 1982, e sobre João Cândido Ferreira, produzido em 1988, que trazem em seu conteúdo discursos destes intelectuais e também de outros personagens sobre eles. Também fiz uso do livro de Heitor Borges de Macedo (1870), sobre o Dr. João Evangelista Espíndola, publicado no III Congresso de Escritores Médicos. Além dos livros, analisei atas de sessão da câmara de deputados e relatórios da Universidade do Paraná e da Faculdade de Medicina do Paraná, escritos por Victor do Amaral.

Meus principais interlocutores, nesta etapa do trabalho, foram Campos (2011), que se preocupou em discutir a trajetória de Victor Ferreira do Amaral desde sua origem familiar até a educação primária e secundária; Cintra (2010) que, como já foi mencionado, também se preocupou com as relações entre os médicos do *Paraná-Médico* em sua tese; e Marach (2009), que estudou o grupo da revista *A Escola* e também seus discursos. Esta última autora trouxe uma importante contribuição para este trabalho, pois me deu indícios da forte ligação entre os *educacionistas*¹⁰, como são chamados por ela os intelectuais de *A Escola*, e o grupo de intelectuais do *Paraná-Médico*.

A utilização de outras fontes e o diálogo com os autores citados acima possibilitaram evidenciar, ainda no Capítulo 1, o que os sujeitos que participaram da organização da revista, atribuindo maior ênfase aqueles de maior destaque enquanto redatores do periódico, faziam antes da criação do *Paraná-Médico* e o que levou esses intelectuais à criação de uma revista médica especializada no Paraná.

¹⁰ O termo *educacionista* foi utilizado por Marach para designar o grupo de intelectuais de *A Escola* porque “seus próprios membros utilizavam tal vocábulo como uma forma de se referir àquele que pensava sobre a educação brasileira como uma questão social. Esse pensador poderia ser um filósofo, um médico, engenheiro, professor ou mesmo um curioso que se interessasse pelo assunto e fizesse parte de uma comunidade de debate na qual se encontrava o grupo em questão” (2007, p. 13).

No Capítulo 2, demonstrei que os médicos fundadores do periódico já se relacionavam e articulavam bem antes do nascimento da revista e, mais do que isso, buscavam construir seus próprios espaços de sociabilidade. Também busquei demonstrar que os médicos do *Paraná-Médico* compartilharam o sentimento de missão dos intelectuais, bem como as crenças na modernidade e no protagonismo político do Estado. Ainda neste capítulo, analisei os discursos desses intelectuais, a respeito do próprio grupo, e destaquei a imagem que o grupo procurou construir sobre si mesmo. Ou seja, como eles se representavam, que crenças partilhavam e quais características eram necessárias para que um indivíduo fizesse parte deste grupo e fosse autorizado a falar por meio da revista.

Os principais autores com os quais dialoguei no Capítulo 2 foram, além de Cintra (2010): Vieira (2008), que realizou uma reflexão sobre os significados associados, nos séculos XIX e XX, aos termos *intelligentsia* e intelectuais; Sá (2006), que se ocupou em perceber o processo de constituição da ciência como profissão no Brasil (1895-1935) e Bertucci-Martins (2005), que estudou o discurso médico na influenza de 1918 e apontou para o processo de especialização que, gradativamente, se desenvolveu na fala médico-científica (e do local em que deveria ser pronunciada), especialmente a partir do final do século XIX e nas primeiras décadas do XX.

No terceiro e último capítulo, objetivei perceber como os médicos do *Paraná-Médico* se posicionaram em meio ao debate nacional que atribuía o problema do “atraso” do Brasil as endemias rurais, com quem esses intelectuais dialogaram e qual foi a retórica dos doutores em defesa da educação dos habitantes do meio rural. Mas, também, na (re) afirmação do papel social dos médicos como *intelligentsia* responsável pela regeneração do país. Neste capítulo, meus principais interlocutores foram: Kummer (2007) que, como já explicitiei, analisou as práticas médicas sobre a saúde da população paranaense na Primeira República, 1916-1930; Sá (2009), que se preocupou em identificar a repercussão do relatório médico de

Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935) e Mota (2003), que estudou o projeto de sanitaristas e eugenistas, implementado na virada do século XX, para construir uma nação brasileira civilizada e racialmente superior. Do trabalho realizado por este autor dialoguei, particularmente, com as discussões sobre os médicos sanitaristas que atribuíram, segundo Mota (2003), a eles mesmos, o papel de heróis da regeneração nacional.

CAPÍTULO 1

PARANÁ-MÉDICO:

A TRAJETÓRIA E OS ORGANIZADORES DA REVISTA

1. TRAJETÓRIA DA REVISTA.

Os moradores de Curitiba vivenciavam dias de agitação nas primeiras décadas do século XX, pois as mudanças haviam ocorrido rapidamente. Algumas foram muito impactantes, como a vinda da luz elétrica, as ruas calçadas, a construção de prédios novos e monumentais, dentre os quais se destacava o da Universidade do Paraná (1912).

No entanto, essa paisagem curitibana era pouco apreciada por um grupo de penitenciados, composto mais ou menos por 120 indivíduos, que cumpriam pena na Penitenciária do Estado do Paraná, chamada Penitenciária do Ahú, dirigida pelo Major Ascanio Ferreira de Abreu, desde 1909 (GRUNER, 2009).

Os penitenciados trabalhavam durante o dia fora das celas e, à noite, ficavam em isolamento total até o amanhecer (ibidem, p. 421). Um dos trabalhos era desenvolvido na tipografia do local. Era lá que, enquanto Curitiba fervilhava com as novidades modernas, os trabalhadores, de forma silenciosa e contínua, produziam o primeiro número do periódico *Paraná-Médico*.

A maior parte da intelectualidade brasileira, que estava sob o impacto das novas descobertas científicas quando a República (1889) foi proclamada no Brasil, percebia o novo regime como “pouco eficiente para satisfazer as demandas que “os novos tempos” anunciavam” (BERTUCCI, 2007, p. 146). Preocupados em inserir o país nos trilhos da modernidade, esses intelectuais passaram a elaborar teorias sobre a nação brasileira (LIMA, 1999), o que acentuou a produção de discursos sobre o país e seus habitantes no início do século XX. Nesse período, também se intensificou a circulação de periódicos em Curitiba. Figuravam pela cidade cerca de cinquenta jornais e revistas, que versavam sobre assuntos diversos (MARACH, 2007, p. 12).

A revista *Paraná-Médico* (1916), que se encontrava em meio a tais publicações, legou expressividade as opiniões de um grupo de médicos, integrantes da Sociedade de Medicina do Paraná e professores da Faculdade de Medicina do Paraná (1914), que se preocupou com a questão da medicina e da educação no Estado. O respectivo periódico circulou entre 1916-1920, passou por uma pausa de cinco anos, e retornou em 1925. Entre 1927-1929 ocorreu uma nova interrupção e, pela segunda e última vez, foi retomado em 1930 (ano em que sua trajetória foi encerrada). A revista era encontrada na Livraria Mundial, que também vendia jornais como o *Jornal do Commercio*; o *Correio da Manhã*; *A noite*; *A Lanterna*; o *Estado de São Paulo* e *A Revista da Semana*, do Rio de Janeiro. Sua produção era custeada pelos sócios da Sociedade de Medicina do Paraná e, também, pelos donos de farmácias (Pharmacias: “Esphinge”, “Poloneza”, “André de Barros”, “Allemã”, “Moderna”, “Arruda”), laboratórios (“Laboratorio Central”) e indústrias produtoras de remédios (como a Schering e a Bayer), que ocupavam suas páginas inicial e final com propagandas de seus estabelecimentos (no caso dos médicos eram as clínicas) e produtos.

Os números do *Paraná-Médico* trazem, de 1916 a 1919, na primeira página, o nome do periódico em letras grandes e em negrito. Com letras um pouco menores, mas em destaque, aparece a frase: “Órgão da Sociedade de Medicina do Paraná”. Abaixo dela, em evidência, estão os nomes dos redatores. O sumário, bem como os nomes dos artigos, foi impresso em letras minúsculas, menores do que as letras das propagandas de farmácias, clínicas e remédios, que permeiam a primeira e a última página de cada número da revista até a primeira edição do ano 1930, quando cessam.

A partir de 1920, o nome *Paraná Médico* apareceu com menos evidência, sem negrito, e a frase que remete à Sociedade de Medicina do Paraná diminuiu expressivamente o tamanho das letras. O sumário também mudou, pois passou a constar na segunda página e com letras maiores. Além disso, uma nova frase

apareceu: “O Paraná-Médico aceita em suas columnas a collaboração franca de todos os que assumirem a responsabilidade de seus escriptos”.

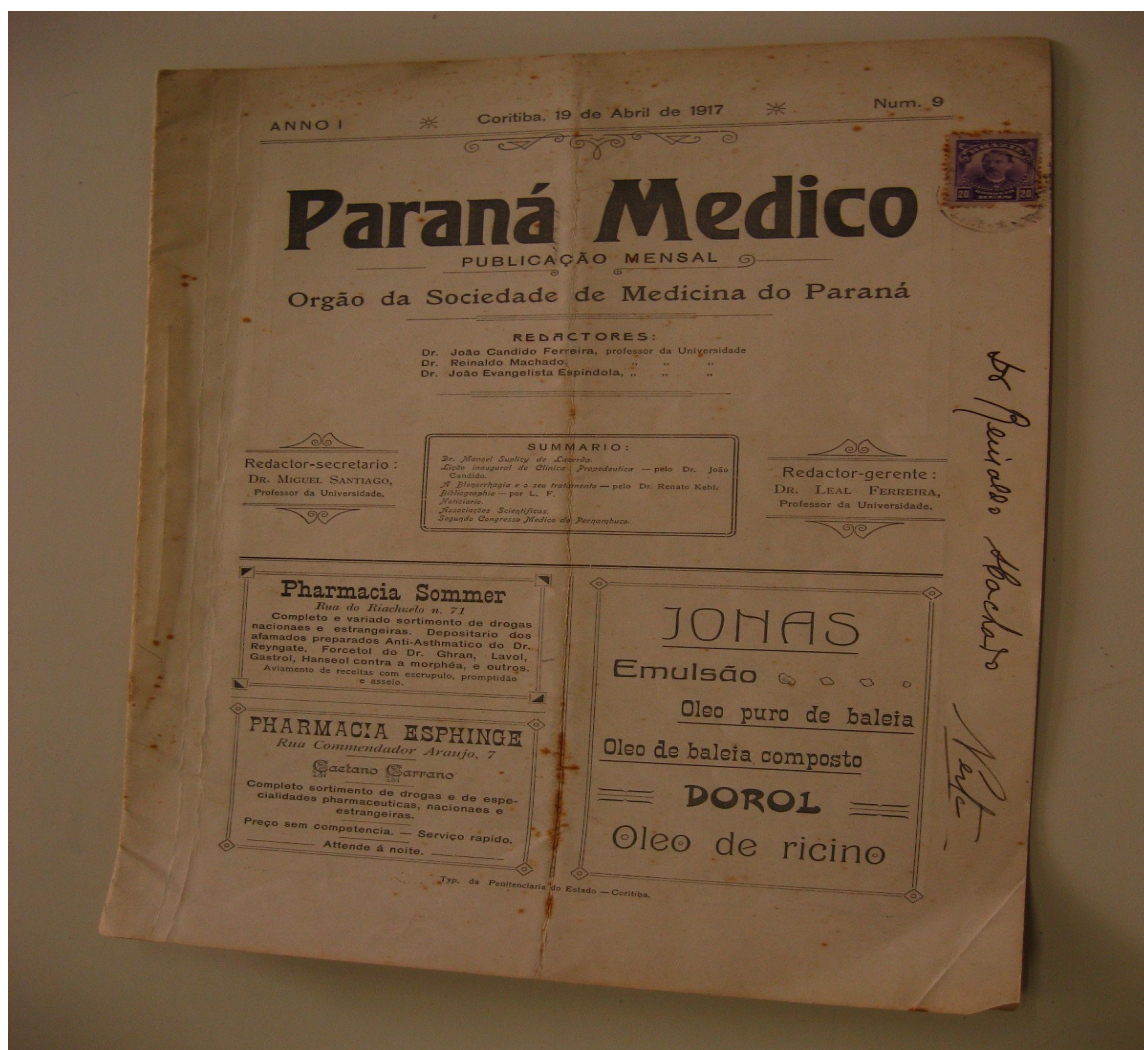


Figura 1: Paraná Médico. 1917. Ano I. Número 09.

Nos anos de 1921, 1922, 1923 e 1924 não houve edições. Em 1925, o periódico teve suas publicações retomadas com proposta de publicação mensal. Na capa das edições deste ano, o *Paraná-Médico*, reassumiu as letras grandes e o negrito em seu nome. A referência à Sociedade de Medicina do Paraná (1914), no entanto, permaneceu em menor destaque. O sumário ocupou ainda mais espaço e, neste momento, novamente na primeira página, consta a frase : “A direcção do

Paraná-Médico não assume a responsabilidade pelas opiniões contidas nos trabalhos dos colaboradores”.

A proposta de publicações mensais, a partir de 1925, não se cumpriu no ano seguinte e, em 1926, as edições se tornam bimensais até abril. Em maio, a edição foi mensal novamente e, depois, reapareceu como semestral, em um volume que abrangia o período de junho-dezembro. E, assim, as publicações continuaram a intercalar edições cuja periodicidade ora se apresentava mensal, bimensal ou semestral.

As edições do periódico agrupavam, em média, dez páginas por número e, embora tivessem como proposta a publicação mensal, não seguiram tal regularidade, como já foi apontado, sendo possível encontrar diversos exemplares de caráter bimensal e até semestral. Paola (2008) sugere que o descompasso nas publicações se deve ao fato do periódico ter sofrido restrições econômicas. Segundo ela, a revista era mantida pela própria Sociedade de Medicina do Paraná (1914), mas não tinha apoio de outras instituições (p. 26). Já Cintra (2010) afirma que a revista *Paraná-Médico*

também se constituía na oportunidade de uma certa especulação comercial, com a propaganda das farmácias (Pharmacia Esphinge e Pharmacia André de Barros, na capa), laboratórios (Laboratório Central, de João A. de Araújo – o mesmo do xarope Peitoral Paranaense do dr. Victor –, constava internamente), clínicas e médicos (Dr. J. C. – um exemplo de clínica médica), remédios (Peitoral Infantil) e habilidades profissionais (“Partos sem dor”, a chamada do dr. Victor do Amaral à sua especialidade e no “tratamento médico de moléstias das Senhoras”). Isso, certamente, compunha o caixa para honrar as custas da impressão realizada junto à Tipografia da Penitenciária do Estado (CINTRA, 2010, p. 198).

Duas hipóteses estão corretas: a primeira, tal como afirmou Paola (2008), de que o periódico sofreu restrições econômicas; e, a segunda, que as propagandas,

assim como apontou Cintra (2010), auxiliavam nas custas da impressão. Todavia, o que foi possível perceber em algumas sessões realizadas pela Sociedade de Medicina do Paraná (1914) é que os médicos, em 1926, discutiam, tal como reivindicou o Dr. Simão Kossobudzki, sobre o “destino do *Paraná-Médico*”.

Victor do Amaral propôs, ao buscar manter a publicação da revista, que a partir daquela data, 9 de março de 1926, passassem a participar do corpo de redatores do *Paraná-Médico* (1916) farmacêuticos e cirurgiões dentistas. Logo em seguida indicou, para que ocupassem tais lugares, como editores, os nomes dos professores Virgolino Brazil e Hugo Riedel.

A proposta de Amaral foi aprovada, mas não sem o alerta feito, por Chagas Bicalho, sobre o cuidado que os médicos deviam tomar em relação ao grande número de charlatães presentes na cidade. Na ata constou que vários sócios fizeram declarações, relacionadas à necessidade de ter cuidado com indivíduos de baixo caráter, ou mesmo “verdadeiros paranóicos”, que agiam criminosamente e fora do limite de sua profissão (PARANÁ-MÉDICO, 1926, p.157).

As discussões sobre charlatães aparecerem, logo após a proposta de Victor Ferreira do Amaral, não foram um mero acaso. No próximo capítulo deste trabalho (Capítulo 2), ficará evidente como um dos maiores esforços dos médicos, não só do Paraná, mas nacionalmente, era institucionalizar cientificamente e profissionalizar a medicina, com o propósito de estabelecer os indivíduos considerados aptos, ou não, para o seu exercício¹¹. Aceitar que dentistas e farmacêuticos participassem do corpo

¹¹ Sobre a relação entre médicos e profissionais de outras áreas, na constituição de instituições da medicina, é importante destacar o trabalho de André Mota (2005), que estudou a medicina paulista entre 1892-1920 e a constituição da Faculdade de Medicina na Universidade de São Paulo. Este autor apontou para a questão da relação entre médicos e os profissionais de outras áreas – como a farmácia e odontologia. Para ele, a comissão que fundou a Faculdade de Medicina de São Paulo era composta por onze médicos, quatro farmacêuticos, três dentistas e dois advogados. No entanto, houve por parte da corporação médica, a princípio, uma forte oposição contra os organizadores da instituição – já que, para a maioria dos esculápios, os profissionais de outras áreas – da farmácia, por exemplo – eram ineptos para a organização do conhecimento médico, fosse científico, fosse prático. Do ponto de vista político, esses opositores defendiam que a disposição mais correta seria que a Faculdade de Medicina estivesse exclusivamente sob o poder do Estado e da classe médica. A dúvida que pairava entre esses médicos era, segundo Mota, se a faculdade oficial de medicina (da USP) estaria sendo construída dentro dos padrões de qualidade e conforme as exigências colocadas por eles próprios, tanto no aspecto do conhecimento científico almejado, quanto na valorização de aspectos importantes da conformação e estruturação das instâncias políticas republicanas. Sobre isso ver: MOTA, A. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina paulista entre 1892-1920**. Edusp. São Paulo. 2005.

editorial de uma revista especializada da área médica, provavelmente, significava que a publicação passava por um período de dificuldades financeiras, aspecto que não deixou de ser discutido pelos médicos. Na mesma sessão foi abordada a questão da inadimplência no pagamento das mensalidades da Sociedade de Medicina do Paraná (1914):

ficou também resolvido nessa sessão o seguinte: que o Snr. Thesoureiro enviasse os recibos das mensalidades de socio da Sociedade a todos os medicos pertencentes áquella aggremação. Como, por falta de cobrador, todos os socios estivessem involuntariamente atrasados no pagamento das mensalidades o Snr. Dr. Luiz Medeiros propoz que se começasse vida nova, isto é, que os recibos somente forem tirados de janeiro deste anno em diante (PARANÁ-MÉDICO, 1926, p.156).

Mesmo com as discussões realizadas nas sessões da Sociedade de Medicina do Paraná (1914), da incorporação de Virgolino Brazil e Hugo Riedel ao corpo editorial da revista e da proposta de organização das mensalidades dos sócios, em 1927, ocorreu uma nova pausa nas publicações, que durou até 1930. Tal pausa indicou que, os esforços dos médicos, ou ficaram apenas nas palavras ou não foram suficientes para manter os custos do periódico. No ano de 1930 aconteceu a última tentativa de manter as publicações do *Paraná-Médico*. Todavia, apenas dois números, que foram publicados nesse ano, encerraram o período de atividade desta revista médica.

É importante destacar que os artigos publicados no *Paraná-Médico* versavam sobre diversos temas. Foi possível identificar artigos ligados à saúde das mulheres, o papel do esporte para a saúde dos indivíduos, a gripe espanhola, a lepra, a tuberculose, a sífilis, o charlatanismo, o espiritismo e, até mesmo, a respeito de cirurgias estéticas no rosto. Todavia, entre as publicações, se percebe que, durante a trajetória do periódico, as discussões que abordam questões relacionadas ao grupo fundador da revista, a Sociedade de Medicina do Paraná (1914), a Universidade do

Paraná (1912), a Faculdade de Medicina do Paraná (1913) e a medicina no Brasil receberam, se comparadas a outros temas, bastante atenção dos médicos.

Na primeira etapa da revista (1916-1920) os médicos publicaram mais artigos nobilitando a medicina praticada no Paraná e a Sociedade de Medicina do Paraná (1914). Só no primeiro ano da publicação, 1916, dos 56 artigos presentes no periódico, 22 tem suas temáticas ligadas aos médicos, a Sociedade de Medicina do Paraná e a Faculdade de Medicina do Paraná. Em 1925, na primeira retomada de publicações do jornal, dos 50 artigos, apenas 9 abrangeram tais temáticas. Já em 1930, na segunda retomada de publicações, são apenas 4 artigos que falam, principalmente, da Faculdade de Medicina do Paraná. Outra questão interessante é o fato de que, tais textos, também não ocupavam mais as primeiras páginas. Aparecem mais como notas em meio a outros artigos publicados.

Com o passar dos anos a quantidade de artigos que discutiam sobre a medicina e o grupo organizador da revista perdeu espaço para outros temas. Os relatórios e atas de discussões da Sociedade de Medicina do Paraná (1914), antes publicados, aos poucos, perdem espaço para os artigos e relatórios de clínica. Essa mudança de postura, no entanto, não foi uma característica específica do grupo de médicos do *Paraná-Médico*. Ao contrário, esteve relacionada à “própria forma do discurso que embasava a fala médico-científica naquele período” (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p.150), discussão que será aprofundada no segundo capítulo deste trabalho.

Outras discussões que ocupam muito espaço entre as páginas do *Paraná-Médico* são as que remetem à educação dos habitantes do meio rural. Este assunto era discutido em muitos artigos que abordavam as questões de higiene, sanitarismo e profilaxia rural. Sobre estes temas, o periódico contou com artigos que têm até dez páginas de reflexões e posicionamentos. Segundo Paola (2008), 11,1% dos artigos publicados no periódico são sobre Sanitarismo e Higiene.

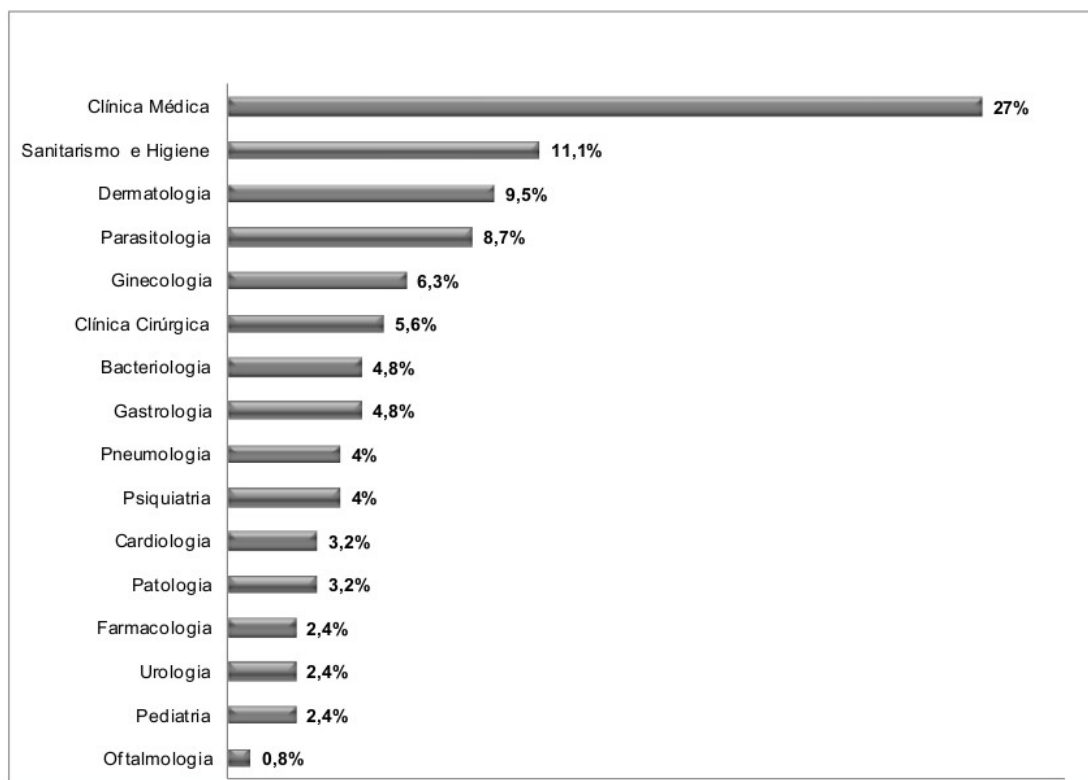


Gráfico 1: Frequência de artigos por área médica.
 Fonte: Elisabeth Braga de Oliveira Paola (2008)

A importância dada pelos médicos do periódico as questões de higiene, sanitário e profilaxia rural não surgiu com a criação da revista, mas esteve relacionada às discussões na área médica, que ocorriam nacionalmente e que foram, inclusive, anteriores ao momento de fundação do periódico. No Capítulo 3 será demonstrado porque as discussões em torno da higiene, do sanitário e da profilaxia rural ocuparam um lugar de destaque entre as publicações do *Paraná-Médico* e como se desdobrou o debate dos doutores do Paraná em torno de tais questões.

No próximo item, o objetivo é demonstrar quais foram os intelectuais que mais se destacaram durante a trajetória da revista, ou seja, os agentes que ocuparam por mais tempo a função de redatores do periódico. Além disso, o foco será apresentar o que esses intelectuais, possivelmente, estavam fazendo antes de

fundarem o *Paraná-Médico*. Este percurso contribui para compreender, ao menos em certa medida, os objetivos que os levaram à decisão de construir uma revista médica especializada.

1.2 ORGANIZADORES DO *PARANÁ-MÉDICO*.

Cada número do *Paraná-Médico* era organizado por cinco redatores e, ao todo, foram vinte os médicos que ocuparam essas funções durante a trajetória da revista. Alguns doutores, no entanto, foram os principais responsáveis pela veiculação do periódico. A tabela abaixo demonstra os nomes dos médicos, que participaram da organização do periódico durante os anos em que o mesmo foi publicado, bem como o tempo de permanência de cada um na redação da revista.

Redator	Tempo de Permanência na Revista (anos)
João Cândido Ferreira	7
Victor do Amaral	5
Eduardo Leal Ferreira	4
João Evangelista Espíndola	3
Luiz Osmundo de Medeiros	3
Miguel Santiago	3
Reinaldo Machado	3
Carlos Moreira	2
José Pereira de Macedo	2
Octavio Silveira	2
Simon Kossobudski	2
Aluizio França	1
Chagas Bicalho	1
Gerson de Saboia	1
Guido Straube	1
H.C. Souza Araujo	1
Luiz Bicalho	1
Olegario de Vaconcellos	1
Petit Carneiro	1
Virgolino Brasil	1

Tabela 2: Médicos redatores da revista e tempo de permanência na função de redator.
Fonte: A autora.

João Cândido Ferreira foi quem ocupou o lugar de centralidade entre os editores do periódico, pois foi o único que permaneceu como redator desde a fundação do *Paraná-Médico* até o final da trajetória da publicação. Ele também foi o autor da maioria dos artigos publicados. Ao mesmo tempo em que esteve na diretoria da revista, foi professor da Faculdade de Medicina do Paraná (1913) e eleito, por diversas vezes, presidente da Sociedade de Medicina do Paraná (1914). Foi escolhido, por várias turmas, como paraninfo e, também, homenageado por ex-alunos.

Antes de ocupar uma posição de destaque entre seus pares, o paranaense João Cândido Ferreira, nascido na Fazenda Taboão, localizada na cidade da Lapa, havia estudado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Matriculou-se no curso em 1883 e, ainda na faculdade, defendeu as bandeiras abolicionistas e republicanas em tempos de monarquia.

Depois de colar grau na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888, Ferreira desenvolveu atividades como médico e seu interesse voltava-se para as transformações das condições de saneamento e higiene da Lapa¹². A busca por sanear e higienizar¹³ a cidade da Lapa o levou a diretoria do clube lapeano, “Congresso Recreativo”, no qual ocupou o cargo de orador. Neste clube, segundo Corrêa Lima (1988) não eram organizados apenas divertimentos, “mas conferências científicas de alto interesse educacional para os seus associados (p. 05)”. Sua

¹² A Lapa foi, originalmente, um pequeno povoado fundado às margens da antiga Estrada da Mata, uma parte do Caminho de Sorocaba (que ligava Rio Grande do Sul a São Paulo e por onde circulavam tropas vindas do Rio Grande do Sul com destino a feira de Sorocaba). Sua primeira denominação foi Pouso de Capão Alto (1731). O Pouso foi, em 13 de junho de 1797, elevado à categoria de Freguesia. Isso ocorreu quando o Capitão Francisco Teixeira Coelho (português) assumiu a função de comandante. Em 1806 passou a ser vila e foi chamada de Vila Nova do Príncipe. Em 1870 foi elevada a Comarca, que tinha como Juiz Antonio Cândido Ferreira de Abreu. Foi em março de 1872 que, com território desmembrado de Curitiba, passou de município a cidade e recebeu o nome de Lapa (cidade situada a aproximadamente 60/70 km de Curitiba) (CAMPOS, 2011).

¹³ O interesse de João Cândido Ferreira por higienizar a Lapa esteve relacionado a sua formação em medicina, bem como às condições de insalubridade e as endemias presentes na cidade. Nos próximos capítulos será demonstrado que a formação de Ferreira, assim como a dos demais redatores do *Paraná-Médico*, foi marcada pela crença na ciência, na Higiene e na educação como meios de mudar a face do país, promover o seu desenvolvimento e a viabilizar o progresso.

habilidade retórica, que é confirmada com muitos elogios de ex-alunos da Faculdade de Medicina do Paraná, décadas depois, foi um dos elementos que contribuiu para fazê-lo ascender rapidamente na política partidária. Em 1892 tornou-se prefeito da Lapa e, um interessante aspecto de sua trajetória como prefeito, foi a forte resistência que opôs aos federalistas durante a Revolução Federalista¹⁴ (1894). A posição republicana legalista de João Cândido Ferreira, assim como de Victor do Amaral, como se verá, foi bem diferente daquela assumida por seu colega, João Evangelista Espíndola, defensor dos ideais federalistas.

Ao terminar seu mandato como prefeito foi eleito deputado estadual (1896) e deputado federal (1901). Saiu como vice de Vicente Machado, companheiro de partido e amigo, para a presidência do Estado do Paraná, em 1903. Em 1904, assumiu a presidência do Partido Republicano, lugar antes ocupado por Machado, que se retirava do cargo, para viajar à Europa, com o objetivo de tratar uma enfermidade pela qual havia sido acometido. Em 1906 Machado faleceu, aos 47 anos, e deixou a João Cândido Ferreira a presidência do Estado.

Em 1908 ele retornou a Lapa e também publicou o trabalho intitulado “Taquifagia, polifagia, artrismo e arteriosclerose” na revista *Brasil-Médico* (CORRÊA LIMA, 1988, p.12). A relação do nome *Brasil-Médico*, a primeira revista em que ele publicou, com o *Paraná-Médico*, acredita-se, não é um mero acaso. É possível que tenha vindo da primeira a inspiração para o nome da revista paranaense, assim como apontou Cintra (2010).

Em 1913, ele viajou para a Europa e visitou, na França e na Suíça, hospitais e sanatórios. Ao retornar decidiu fixar residência em Curitiba, onde continuou exercendo a clínica. Mas não apenas isso. Não foi casual que, após o seu retorno,

¹⁴ A Revolução Federalista (1893-1895) foi um confronto iniciado no Rio Grande do Sul, mas que se estendeu à Santa Catarina, Paraná e Uruguai, entre partidários de dois oligarcas gaúchos. De um lado, os republicanos legalistas (chimangos ou pica-paus), defensores de Júlio de Castilhos e de um presidencialismo forte, centralizador. De outro, os federalistas (maragatos), liderados por Gaspar Silveira Martins, que defendiam um regime parlamentarista. Sobre a Revolução Federalista ver: PESAVENTO, Sandra J. A Revolução Federalista. São Paulo: Brasiliense, 1983; ALVES, Francisco das Neves. Pensar a revolução federalista. Rio Grande: FURG.

tenha ocorrido o surgimento da Sociedade de Medicina do Paraná, em 1914. Ela foi criada em 12 de agosto deste ano e, em setembro, teve como presidente eleito João Cândido Ferreira.

Assim como Ferreira, Victor do Amaral compôs o grupo dos intelectuais que mais se sobressaíram na organização do periódico. Defendeu sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1884. Em 1885, ele já clinicava em Curitiba ao lado dos doutores: José Francisco Corrêa, Manoel Pedro dos Santos Lima, Joaquim de Paula Xavier (estes três médicos naturais da Lapa), Leocádio José Correia e de João Menezes Dória (nascidos em Paranaguá).

Na capital, Amaral inseriu-se em lutas pela causa educacional e, também, ocupou cargos no poder público. Foi deputado estadual, quando participou da elaboração da Constituição Paranaense de 1892; Superintendente do Ensino Público; Director Geral da Instrução Pública do Estado, em 1900; Vice-presidente do Estado na gestão de Francisco Xavier da Silva, entre 1900-1904; Diretor do Ginásio Paranaense, promovendo a construção do edifício deste estabelecimento de ensino (CORRÊA LIMA, 1982).

Outras atividades desenvolvidas por ele foram, em 1898, a fundação e o desempenho no papel de redator chefe no jornal “Diário do Paraná”. Em 1912, criou o jornal o “Commercio do Paraná”. Na Universidade do Paraná, fundada em 1912, foi diretor, a partir de 1918. Eleito como diretor da Faculdade de Medicina do Paraná, em 1915, manteve-se na função por mais de 30 anos ininterruptos. Além disso, desde 1912, era professor catedrático na instituição. No *Paraná-Médico* (1916) foi o segundo médico que mais participou como redator e, também, o segundo que mais publicou artigos. Percebe-se que Victor do Amaral, dentre os médicos do *Paraná-Médico*, seguiu uma trajetória profundamente marcada pelas iniciativas voltadas ao cenário educacional, tanto no período em que ocupou cargos no poder público, mas, principalmente, quando atuou no *Paraná-Médico* (1916), na Universidade do Paraná (1912) e na Faculdade de Medicina do Paraná (1913), como

médico, diretor e professor.

Além de Victor do Amaral e João Cândido Ferreira, um nome que figurou, significativamente, entre os fundadores e redatores da revista *Parana-Médico*, foi o de Eduardo Leal Ferreira. Segundo Kummer (2007), Leal Ferreira estudou na Faculdade de Medicina do Paraná (1913), mas concluiu seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já Corrêa Lima e Costa (2007), afirmam que Eduardo Leal Ferreira nasceu na Bahia e se formou na Faculdade de Medicina deste estado. Nesta pesquisa, a hipótese inicial era de que Leal Ferreira fosse da mesma família de Victor do Amaral e João Cândido Ferreira. Por esta razão, foi realizada uma busca nos registros de nascimento em Curitiba e foi encontrado, no Livro 29, página 141, a certidão de nascimento de um indivíduo chamado Eduardo Ferreira, filho de Firmino de Paula Ferreira e Anna Guimarães Gonçalves, nascido em 13/10/1873. Um dado interessante a destacar, que consta no registro, refere-se aos nomes dos padrinhos: Serafim Ferreira do Amaral e Silva e seu filho, Victor Ferreira do Amaral e Silva. Apesar deste registro, não é possível afirmar que o Dr. Eduardo Leal Ferreira, do *Paraná-Médico*, seja o mesmo indivíduo, afilhado de Victor do Amaral. E, por mais que Leal Ferreira tenha ocupado uma posição de destaque entre os organizadores do periódico, foram poucas as informações encontradas sobre este doutor.

Miguel Severo de Santiago também foi um dos fundadores da revista e se manteve durante três anos na função de redator (tempo significativo, se comparado a outros editores e redatores que participaram apenas de um ou dois anos). Nascido no Ceará, mas residindo desde pequeno em Curitiba, havia estudado no Instituto Paranaense e, depois, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assim como Amaral e Ferreira (PARANÁ-MÉDICO, 1919, p. 555).

Depois de colar grau em medicina voltou a Curitiba, onde atuou na área da cirurgia, conseguindo seu espaço na Santa Casa de Misericórdia e o reconhecimento dos colegas. Dr. Espíndola logo deixou nas mãos de Santiago a maior parte das

cirurgias realizadas. Além de trabalhar no Hospital, com Amaral, Espíndola e Machado, também fundou com os colegas a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná e o impresso *Gazeta-Médica* do Paraná (1901).

Como médico da Repartição Central de Polícia do Estado, foi diretor do gabinete médico-legal e fundou o gabinete de identificação pela datiloscopia (digitais), do qual foi pioneiro (idem). Santiago vislumbrava, por meio da medicina legal, identificar os “delinquentes”, para que não viessem reincidir no crime. Selecionar os indivíduos, saber quem se encaixava, ou não, dentro de um determinado “padrão” de “normalidade” defendido pelos médicos e, conseqüentemente, vigiar aqueles que não estavam dentro do modelo de civilidade e modernidade.

Santiago foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, da qual foi secretário e professor de Anatomia Descritiva. Utilizava para explicação, em sala de aula, desenhos muito elogiados pelos colegas e alunos, pois “traçava com maestria, tornando as suas aulas atraentes” (idem). Em 1919, no entanto, faleceu aos 47 anos. Sua morte precoce, e a forma como ela ocorreu, que foi considerada romântica por muitos, pode ter contribuído para as representações que permaneceram sobre ele nas gerações posteriores: de um homem bonito, de porte atlético, que não teve filhos, mas que tinha um casamento feliz. Conta-se que Miguel Santiago, já abatido pela tuberculose, optou por dar fim a própria vida. A ação desencadeou-se enquanto a esposa tocava sua música preferida ao piano e, sem que ela soubesse, aplicou em si mesmo uma injeção letal.

Victor do Amaral já era diretor da Universidade do Paraná (1912) e da Faculdade de Medicina do Paraná (1913) no ano em que Santiago faleceu e “prestou-lhe as devidas homenagens, mandando consignar em acta um voto de profundo pesar e resolveu mandar colocar o seu retrato, em ponto grande, na galeria de lentes da Universidade” (PARANÁ-MÉDICO, 1919, p. 555).

Quem também permaneceu durante três anos como redator na revista foi o

Dr. Reinaldo Machado, nascido em São Francisco (SC), em 1868. Em 1888 seguiu para estudar no Rio de Janeiro. Se formou na Faculdade de Medicina em 1895. Em maio de 1902, já no Paraná, foi nomeado, por concurso, para a cadeira de História Natural do Ginásio Paranaense e Escola Normal. Dois anos depois, passou a ser Diretor Geral de Instrução Pública (SOUZA, 2004). Reinaldo Machado faleceu em 1918, provavelmente devido à gripe espanhola. É necessário destacar que, em 1912, tal como afirmou Cintra (2010), Machado foi eleito vereador. Em seu mandato submeteu para aprovação o projeto de Lei, de número 352, datado em 2 de dezembro de 1912, “que concedia a subvenção anual de dez contos de réis à maternidade” (p.169). Segundo Cintra (2010),

Reinaldo Machado, um dos lentes empossados em 1912 e camarista que era, recém-entrado nos meandros da política municipal naquele mesmo ano, já havia obtido aprovação do seu projeto de um saldo em favor dessa necessidade na cidade, com a Lei n. 352, de 2 de dezembro de 1912, que concedia subvenção anual de dez contos de réis à maternidade inexistente até àquele momento, mas já contando com esse estímulo para sua ocorrência. A princípio, sua constituição se deu na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, porém mais tarde, e enquanto corriam os trabalhos de construção da própria sede da Universidade do Paraná, em terreno doado pela municipalidade, foi tomando corpo uma outra ideia mais factível: ao desocupar-se a casa alugada, que ela fosse transformada em maternidade. Então, no começo de 1913, quando as primeiras alas do novo edifício na Praça Santos Andrade permitiram a sua ocupação, com o traslado da instituição Universidade do Paraná, a maternidade se fez ali possível (CINTRA, 2010, p. 169).

A maternidade da cidade, a qual Cintra se refere, seria criada apenas em 1914, principalmente através da articulação dos médicos Victor do Amaral e Reinaldo Machado,

que, juntos, desde os tempos em que atendiam na Santa Casa de Misericórdia em Curitiba, percebiam as demandas locais em

relação ao sensível registro do aumento de nascimentos na cidade, bem como das consequências da falta de assistência ao parto, que contabilizava a morte de recém-natos sem assistência especializada (CINTRA, 2010, p.167).

A questão do subsídio para a maternidade, defendida na forma de projeto de lei por Machado em 1912, é um elemento interessante para captar indícios da relação entre os doutores e o governo do Estado.

De sorte que, apesar das promessas do Governo Municipal e do Governo Federal, até hoje [fins de 1914] a Maternidade do Paraná, o que é de lamentar, tem contado sobretudo com as mensalidades da associação de gentis senhoras, que tanto nos tem auxiliado, e com o cofre da Universidade do Paraná. Foi em virtude destas dificuldades com que não contávamos, que evitamos fazer reclame [propaganda] do estabelecimento pela imprensa, deixando que o povo o fosse conhecendo através das informações das parturientes que fossem tendo alta. D'ahi resultou o pequeno movimento clinico que até hoje tem tido a Maternidade, não tendo até agora conseguido casa cheia (RELATÓRIO, 1914).

A partir do relatório é possível perceber que os médicos denunciavam o descaso dos governos Municipal e Federal em relação à Maternidade do Paraná e cobravam o protagonismo político do Estado, ao defenderem que os governos tinham a função de manter o funcionamento da casa e não as associações de senhoras, nem os cofres da Universidade, como vinha acontecendo. Por não conseguirem subsídio, segundo os médicos, evitaram fazer propaganda da maternidade na imprensa. Para eles, disso decorria o pouco movimento no local.

O Dr. João Evangelista Espíndola também participou da fundação do periódico e permaneceu como editor durante três anos. Natural do Rio Grande Sul, estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual colou grau em 1883, aos vinte em três anos. Em 1885 mudou-se para Paranaguá, cidade na qual exerceu as funções de diretor da Santa Casa de Misericórdia, Inspetor da Saúde do Pôrto, Médico da Escola de Aprendizes de Marinheiros e Diretor da Higiene Municipal.

Fixou residência em Curitiba nos últimos anos dos Oitocentos, como se verá adiante. Depois da sua participação na Revolução Federalista, passou a clinicar na Santa Casa de Misericórdia junto a Victor do Amaral, Reinaldo Machado, Miguel Santiago e, pouco tempo depois, com Simon Kossobudzki.

Simon Kossobudzki, nascido em Plock, Polônia, em 1869, também foi um dos redatores mais assíduos do *Paraná-Médico*, embora não tenha participado da revista nos primeiros anos da sua publicação. Formou-se na Universidade de Kazan, na Rússia, em 1895, país para o qual havia ido como exilado político, pela sua participação em movimentos armados nacionalistas na Polônia (CORRÊA LIMA; COSTA, 2007, p.129). De volta à Polônia, entre os anos de 1901 e 1907, foi professor na Universidade de Varsóvia. Depois, envolvido novamente com movimentos nacionalistas separatistas poloneses, emigrou para o Brasil, em março de 1907. No Brasil, residiu inicialmente nas cidades de São Mateus e Ponta Grossa. Chegou a Curitiba em 1912 e foi admitido como voluntário no serviço de cirurgia da Santa Casa de Misericórdia, á convite do Dr. Pinto Rebello, sendo efetivado em 1913. Na Santa Casa de Misericórdia, Kossobudzki conviveu com João Evangelista Espíndola, Victor do Amaral, Reinaldo Machado e Miguel Santiago. Apesar de estar em Curitiba no período da fundação da Universidade do Paraná e da Faculdade de Medicina do Paraná, o médico polonês começou a lecionar no curso de medicina apenas em 1916, após ter seu diploma revalidado em banca presidida pelo Dr. Espíndola. Em 1918, após o falecimento do Dr. Reynaldo Machado, foi eleito catedrático efetivo, assumindo a cadeira de Propedêutica Cirúrgica, antes ocupada pelo colega.

Luiz Osmundo de Medeiros, nascido na Bahia, em 1888, só passou a compor o grupo do *Paraná-Médico* em 1925, ano em que começou a lecionar na Faculdade de Medicina do Paraná. Foi também na década de 1920 que Carlos Moreira, Octavio Silveira e José Pereira de Macedo, egressos da Faculdade de Medicina do Paraná, integraram o corpo de redatores da revista.

Neste item, pretende-se destacar que o grupo composto por Victor do Amaral, João Cândido Ferreira, Reinaldo Machado, João Evangelista Espindola, Miguel Santiago e, mesmo Simon Kossobudzki, já se conhecia antes da fundação da Universidade do Paraná (1912), da Faculdade de Medicina do Paraná (1913), da Sociedade de Medicina do Paraná (1914) e do *Paraná-Médico* (1916). Pelo menos quatro destes agentes haviam se organizado em torno da criação de uma revista médica especializada e de uma sociedade científica. Todavia, alguns integrantes do grupo, especialmente os que mais se sobressaíram em relação aos outros, como foi o caso de João Cândido Ferreira e Victor do Amaral, procuravam atuar em outras instâncias para implementar seus projetos médicos e educacionais. Além disso, João Cândido Ferreira, Victor do Amaral, Reinaldo Machado e João Evangelista Espíndola já ocupavam uma posição de destaque na sociedade paranaense. Entender qual era a posição ocupada por esses agentes, bem como os projetos defendidos por eles antes da fundação do *Paraná-Médico*, é o objetivo dos próximos itens.

1.2.1 Filhos e genros de fidalgos do Paraná.

A posição de centralidade ocupada por João Cândido Ferreira e Victor do Amaral, tanto no periódico *Paraná-Médico*, quanto na sociedade paranaense, não se deu por acaso. Campos (2011) se preocupou em discutir a trajetória de Victor Ferreira do Amaral, desde sua origem familiar até a educação primária e secundária. Para ele, a obra biográfica intitulada *Victor Ferreira do Amaral e Silva (o reitor de sempre)*¹⁵, escrita por Eduardo Corrêa Lima, “é uma espécie de tributo à ação desse personagem que por muito tempo exerceu funções públicas no Estado do Paraná” (CAMPOS, 2011, p. 01).

¹⁵ A obra *Victor Ferreira do Amaral e Silva (o reitor de sempre)*, escrita por Eduardo Corrêa Lima, contempla um conjunto de memórias, relatórios da Universidade do Paraná e da Faculdade de Medicina, publicações de discursos, teses, artigos de Victor do Amaral e homenagens prestadas a ele.

O interesse de Campos (2011), ao estudar a trajetória de Victor do Amaral, não se resumiu a um interesse biográfico ou ao culto de uma personalidade que se destacou em um determinado campo. O que incentivou este autor ao estudo deste personagem foi a compreensão de que a trajetória de Amaral é “substantiva para entender o percurso típico dos filhos das elites paranaenses” (p.02) e de que a sua investigação não é importante em função do que há de singular,

mas particularmente porque sintetiza várias outras biografias. Nessa abordagem o individual não é visto em oposição ao social – o social é produto da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos. Pensa-se na trajetória de Victor do Amaral para, por meio dela, percorrer em diversos espaços e tempos as relações nas quais ela se inscreveu. (...) A análise da trajetória de Victor Ferreira do Amaral do oikos a scholé tem maior significado se estiver articulada aos contextos social, político, cultural (educacional) e econômico. Essa metodologia está longe de assumir uma visão linear da trajetória dessa personalidade, pois nada é mais problemática do que escrever a história de um indivíduo imaginando uma identidade coerente, uma trajetória dada a priori. Tais observações introdutórias reafirmam que a preocupação é descaracterizar o sentido de expressar uma visão teleológica da trajetória de Victor do Amaral. Ao contrário, por meio da reconstituição de aspectos da trajetória dessa personalidade, objetiva-se contribuir para compreender a história da educação dos filhos dos fidalgos do Paraná (CAMPOS, 2011, p. 02).

João Cândido Ferreira, primo de Amaral, também era filho de fidalgos do Paraná, exerceu funções públicas no Estado e teve um livro escrito em seu tributo por Eduardo Corrêa Lima: *João Cândido Ferreira: “uma existência glorificada na prática e no ensino da medicina”* que contempla um conjunto de memórias, relatórios da Universidade do Paraná e da Faculdade de Medicina, publicações de discursos, teses, artigos de Ferreira e homenagens prestadas a ele.

É possível afirmar que as trajetórias, de João Cândido Ferreira e Victor do Amaral, contribuem para entender o percurso típico dos filhos das elites

paranaenses, tal como afirmou Campos (2011).

Ferreira, filho único de Alferes João Cândido Ferreira e D. Leocádia Maciel Ferreira, nasceu na Fazenda Taboão, propriedade agrícola de seu avô, o comendador Gregório Antunes Maciel, em 21 de abril de 1864. Amaral, filho de Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva e de Julia Moreira do Amaral e Silva, nasceu na Fazenda Santana, em 09 de dezembro de 1862. Victor do Amaral teve seis irmãs e cinco irmãos. Uma de suas irmãs, Josepha do Amaral, tornou-se, em 1889, esposa de João Cândido Ferreira. Tanto a Fazenda Taboão, quanto a Fazenda Santana, localizavam-se no município da Lapa, então Vila do Príncipe.

As famílias de João Cândido Ferreira e de Victor do Amaral faziam parte do grupo da elite agrária dos Campos Gerais, região que, “na segunda metade do século XIX, fornecia as principais lideranças políticas do Paraná, o que se materializou no predomínio dos interesses da oligarquia agrária” (CAMPOS, 2011, p.74). Os senhores dos Campos Gerais, denominação pela qual também são conhecidos esses fazendeiros, estavam associados principalmente aos latifúndios agropastoris, à pecuária bovina, invernagem e comércio de muares provenientes do Rio Grande do Sul, ao trabalho escravo, à regulamentação moral dos mercados de abastecimento, ao incentivo à imigração europeia e ao monopólio da representação política. “Os especialistas (bacharéis, médicos, engenheiros) – filhos de fazendeiros – ocupavam grande parte dos empregos públicos e cargos de representação política da Província” (idem).

O grupo, ligado ao latifúndio dos Campos Gerais, controlou até a metade do século XIX a maior parte do poder econômico e de governo no Paraná. Tal configuração passou a mudar a partir desse período, quando ocorreu um processo de “desagregação dos negócios agrários, bem como o crescimento substancial da produção do mate. No plano econômico, houve retrocesso da força da oligarquia agrária e avanço da potência da oligarquia do litoral do Paraná” (idem).

Pereira (1996) afirma que a produção da erva-mate, que ocorreu

primeiramente na região litorânea, para depois se expandir para as demais localidades, desenvolveu-se, gradativamente, em terras paranaenses, desde o século XVIII. A venda do mate para a região da Platina fez com que muitos produtores prosperassem e proporcionou o crescimento da vila de Morretes (no litoral do Estado). Para Wachowicz (1977) “esse produto de exportação vai se transformar em esteio da economia paranaense, sobretudo no período provincial. Foi uma época de ouro. Houve períodos em que o produto chegou a representar 85% da economia da província” (p. 96).

O desenvolvimento dos produtores da erva-mate na região litorânea incentivou, na esfera política, disputas entre a elite agrária dos Campos Gerais, representada por David dos Santos Pacheco (Barão dos Campos Gerais), fundador do Partido Liberal, e a oligarquia do litoral, representada por Ildefonso Correia (Barão do Serro Azul) e principal liderança do Partido Conservador: “A divergência entre tais grupos não se dava por programas partidários, mas por interesses setoriais de cada camada”¹⁶ (CAMPOS, 2011, p.76).

As famílias, de João Cândido Ferreira e Victor do Amaral, faziam parte de um grupo que ocupava o topo da pirâmide social da população paranaense (idem). Nas palavras de Amaral:

Meu saudoso pai tinha uma fazenda, no município da Lapa, cuja principal produção era a herva-mate; negociava também, como tropeiro, conduzindo, auxiliado por seus escravos, tropas de muars trazidas do Rio Grande do Sul, para levar à feira de Sorocaba, com escalas pelas invernadas dos Campos Gerais (SILVA, 1982, p. 23).

¹⁶ Segundo Ribeiro, “a alternância no poder que se dava na corte repetia-se no Paraná. Os conservadores estavam no governo desde 1886” (1982, p. 71). Foi em 1889 que, com a queda do “gabinete conservador de João Alfredo e a ascensão do gabinete liberal do Visconde de Ouro Preto, assume, no Paraná, o principal líder liberal, Jesuíno Marcondes de Oliveira (...)” que, em conjunto com o Barão dos Campos Gerais e Manuel Alves de Araújo (genro do Barão) formavam “a mais poderosa oligarquia local durante todo o período província do Paraná” (RIBEIRO, 1982, p. 71). Em contrapartida, “o Partido Conservador era chefiado por Manuel Antonio Guimaraes (Visconde de Nácar) e por Manuel Francisco Correia (senador do Império), ambos pertencentes também a poderosas famílias que no litoral controlavam o comércio importador e exportador da erva-mate” (RIBEIRO, 1982, p. 71).

Nascido na cidade da Lapa e criado à sombra de frondosas ilicineas, sob a gigantesca taça de seculares araucárias, ajudei, em minha infância, os escravos de meu pai na ceifa das fecundas searas de trigo, centeio, cevada, etc. (SILVA, 1982, p. 363).

A origem familiar e social, tanto de João Cândido Ferreira, quanto de Victor do Amaral, expressava o modelo típico da oligarquia agrária do Paraná. Amaral era, inclusive, afilhado do Barão e da Baronesa dos Campos Gerais. Vale destacar que o Barão dos Campos Gerais era sogro do Comendador Henrique Alves de Araújo, natural de Morretes, litoral do Paraná, mas que havia se tornado aliado da oligarquia dos Campos Gerais. Henrique Alves de Araújo, por sua vez, era irmão de Manuel Alves de Araújo – sogro do Dr. Evangelista Espíndola.

Foi, portanto, desse ambiente social, político e econômico que saíram João Cândido Ferreira, Victor do Amaral, João Evangelista Espíndola e, talvez, até Eduardo Leal Ferreira - indivíduos que ocuparam um lugar de destaque em meio aos redatores do *Paraná-Médico*. Campos (2011) ressalta que, mesmo que os negócios da oligarquia agrária passassem por profunda crise na metade do século XIX, o grupo ligado a oligarquia dos Campos Gerais, do ponto de vista social, ainda era herdeiro de uma condição abastada e tinha uma forte presença na política da província do Paraná.

No entanto, é necessário pensar na atuação destes agentes, assim como afirmou Corrêa (1982), não apenas por pertencerem aos grupos de maior poder econômico da sociedade, mas, principalmente, porque sua inserção assumiu um cunho profissional, o que passou a conferir uma nova forma para a dominação tradicional da elite agrária daquele período haja vista que, apesar de pertencerem a famílias de grandes proprietários de terras, atuavam em centros urbanos e em ambientes institucionais e letrados (CORRÊA, 1982). Esses agentes possuíam interesses por diversas e diferentes áreas e tornavam-se especialistas em vários

campos do conhecimento. Nos próximos itens será demonstrado como Ferreira, Amaral e Espíndola estiveram inseridos na política partidária, em defesa de projetos médicos e educacionais, antes da criação do *Parana-Médico*. Além disso, será discutida a relação entre João Cândido Ferreira, Victor do Amaral e Reinaldo Machado com o grupo, chamado por Marach (2007), de *educacionistas*.

1.2.2 Nas tramas da política partidária: João Cândido Ferreira

A inserção de João Cândido Ferreira na disputa eleitoral pela presidência do Estado, em 1903, foi algo discutido por Túlio Vargas. A versão de Vargas é de que o médico não tinha vontade de concorrer ao pleito como vice de Vicente Machado.

No dia 17 de junho de 1903 o Dr. João Cândido recebeu um telegrama do Dr. Vicente Machado, convidando-o para seu companheiro de chapa, no lugar de 1º vice-presidente do Estado e imediatamente deu a esse despacho a seguinte resposta: “Penhorado agradeço, mas circunstâncias especiais me obrigam a não aceitar”. O Dr. Vicente Machado replicou com o telegrama que segue: “Me permita insista pedindo sua aquiescência nosso desejo. Que motivos pode ter para sua recusa? Espero em novo telegrama, me autorizará a apresentar seu nome à candidatura oferecida. É um serviço ao partido e eu pessoalmente muito agradecido ficarei. Aguardo sua resposta, que urge, pois convenção reúne-se 21 e é necessário assentar combinações. Saudações cordiais. - Vicente Machado” (VARGAS, 1925).

A versão de Vargas afirma que Ferreira cedeu às pressões de Machado. Pressionado ou não, ele participou do pleito do qual saíram vitoriosos. Ainda, como vice-presidente do Estado, Ferreira fez promessas de auxiliar as publicações da revista *A Escola*. No entanto, o subsídio para tal publicação não se efetivou enquanto Machado esteve à frente do governo. Marach (2008) demonstrou que Ferreira era muito próximo ao grupo de intelectuais que publicava *A Escola* e que, Dario Vellozo, mencionou o apoio dado por ele ao seu projeto de renovação

educacional.

Com a morte de Vicente Machado, João Cândido Ferreira assumiu a presidência do Paraná. Primeiramente, destinou subsídios à revista *A Escola*. Esta publicação “foi expressão de um grupo restrito de professores preocupados em fazer o mestre e nobilitar a escola, além de dar diretrizes ao professorado paranaense e elevar o padrão dos estabelecimentos de ensino do estado conforme os modelos europeu e norte-americano” (MARACH, 2007, p. 22).

É importante saber que o grupo de *A Escola*, apoiado por João Cândido, compartilhava o sentimento de que

a educação seria uma das chaves para o progresso moral, intelectual e material da população, o qual já se iniciara com a instauração da República brasileira. O novo regime, segundo o ideário da época, exigia a renovação da instância educacional, por meio da pedagogia considerada moderna, ou seja, aquela inspirada nas idéias em voga na Europa e nos Estados Unidos da América (MARACH, 2007, p. 22).

O apoio e a proximidade entre Ferreira e o grupo de *A Escola* faz refletir se ele também concordava com esse ideário. Quando criou o Instituto Agrônomo do Bachacheri, em 1907, sob a direção do engenheiro agrônomo Oscar Von Mein, as discussões sobre a educação agrícola ocupavam um lugar de destaque nos debates nacionais e, também, entre os intelectuais e publicações de *A Escola* (MARACH, 2007).

Por isso, é possível afirmar que, entre João Cândido Ferreira e os intelectuais de *A Escola*, havia fortes relações. Eles convergiam a respeito da prioridade dada à educação agrícola e a crença na necessidade de publicar uma revista especializada da área educacional. A proximidade de Ferreira, principalmente com alguns integrantes do grupo, chamado por Marach (2007) de *educacionista*, era tanta que Azevedo de Macedo juntou-se a Ferreira na composição de uma nova chapa eleitoral para concorrer ao mandato de 1908-1912 para presidente do Estado.

Macedo deixou de lado inclusive, neste período, o corpo editorial do periódico (idem).

Como já apontou Marach (2007), João Cândido Ferreira, ao fim de seu primeiro mandato como presidente do Estado montou junto a outros companheiros do Partido Republicano (um deles era Azevedo de Macedo) nova chapa para participar das eleições. Não havia concorrente e ele foi, então, eleito presidente em 1908. O que Ferreira não esperava, no entanto, era a aliança, feita entre a facção oposicionista de seu partido, liderada por Francisco Xavier da Silva¹⁷ com os maragatos¹⁸, que resultou no movimento “conhecido como Coligação de 1908” (MARACH, 2007, p. 24). Era “uma aliança aparentemente impossível, reunião entre maragatos e pica-paus, fidagais inimigos desde a Revolução Federalista de 1894” (VARGAS, 1925,p.151). Negrão (1937) afirma que

Eleito presidente do Estado para o quadriênio 1908-1912, em eleição em que foi unanimemente sufragado o seu nome, por não haver luta eleitoral por falta de contendor, viu-se na necessidade de renunciar o mandato, pela rebelião daqueles que, pouco antes, o aclamavam chefe do partido, e indicavam o seu nome à governança do Estado, e que pelo desejo de mando, e obedecendo a insinuações indébitas de poderoso político estranho ao Estado, se coligaram ao adversário, atirando ao ostracismo grande número de antigos companheiros de todos os tempos, que tiveram hombridade de se tornar coerentes com seus princípios, ficando aliados do poder (NEGRÃO, 1937).

João Cândido Ferreira renunciou ao cargo e retirou-se das fileiras do Partido Republicano. Em discurso proferido na Academia Paranaense de Letras, no qual homenageou Vicente Machado, Ferreira remeteu ao ocorrido:

¹⁷ Francisco Xavier da Silva nasceu em Castro (02/04/1838) e morreu no Rio de Janeiro (11/06/1922). Foi um advogado, magistrado e político brasileiro. Foi presidente do Paraná por quatro vezes e, também, senador pelo mesmo Estado.

¹⁸ Maragato foi o termo utilizado para designar os sulistas que iniciaram a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul em 1893. Tais indivíduos protestavam contra a política de controle excessivo do governo federal sobre os estados. Eles não eram contra a república, mas defendiam um sistema parlamentar de governo.

-Tendo fallecido Vicente Machado, assumi as redeas do Governo, na qualidade de Vice-Presidente e procurei seguir, embora de longe, a trilha que ele ia percorrendo. Logo depois, pelo voto unanime de meus correligionarios e unanime aquiescencia de todas as forças eleitoraes do Paraná, fui eleito Presidente do Estado. Quando a calmaria de um suffragio sem opposição fazia esperar a marcha normal e tranquillã da politica dominante, eis que surge, à sorrelfa, uma dissidencia, sem programma. Eu que não estava preso as elevadas posições, a que fui guindado, pela ambição de mando ou por faltas ou deslizes que me accorrentassem a um lugar proeminente, onde ficasse a coberto dos devidos correctivos, e que só desejava ser util ao Estado, despi-me, num momento, de todas as investiduras. Esse movimento de desprendimento foi levado à conta de sentimentos inferiores que nunca se abrigaram em minha alma (FERREIRA, 1924).

Ao se referir aos acontecimentos do pleito de 1908, anos depois, João Cândido Ferreira explicitou que abriu mão do governo, numa atitude de desprendimento que, no entanto, foi tomada como covardia por muitos. Ele se defendeu de tal acusação dizendo:

Deixei o governo e a direcção do partido, não por fraqueza ou receio de enfrentar o pequeno grupo dos descontentes, como assoalharam os que mal me conheciam.

Não se podia ter medo o movel dessa resolução quando eu tinha ao meu lado um partido forte, quando toda a milícia estadual estava a postos, resoluta, disciplinada, sem excepção de uma praça, conforme solemne e unanime declaração dos officiaes, reunidos por um sentimento de solidariedade e confiança que ainda me commove.

Renunciei todos os cargos no momento em que, sciente da felonía em preparo, senti repulsa por esses processos subalternos tantas vezes postos em pratica nos conchavos politicos.

Talvez tenha errado; mas, pensei, um Governo empenhado em luctas partidarias desse jaez, não podia deixar de fazer uma administração esteril, e até prejudicial, e o meu ideal era servir os altos interesses do Estado provendo às suas necessidades (FERREIRA, 1924).

Nas palavras que nos deixou, este intelectual fez questão de afirmar sua

frustração com as disputas de poder e as tramas da política. Também afirmou que estas questões eram repulsivas e subalternas para ele, que estava interessado em servir aos altos interesses do Estado - provendo as suas necessidades. Contudo, sua retirada dos postos públicos e do Partido Republicano não significou sua desistência em implementar projetos educacionais. Projetos que não eram defendidos apenas por ele, mas por um grupo de intelectuais da época.

1.2.3 João Cândido Ferreira, Reinaldo Machado, Victor do Amaral e os *educacionistas*

Segundo Marach (2007, p. 53), na revista *A Escola*, constam “elogios e considerações sobre o projeto da Escola Moderna advindos de diferentes pontos do território nacional. Aquele programa, cujos êxitos Vellozo fez questão de ressaltar, “teria merecido (...) sinceros aplausos e incitamentos de competentes, entre os quaes justiça é citar os drs. João Candido Ferreira, presidente do Estado, Lauro Sodré, Carlos Peixoto, Mario Behring, Emiliano Pernetta, Reinaldo Machado, Conrado Erichsen Filho” (ESCOLA, VELLOZO, 1908, n. 1, p. 9).

João Cândido Ferreira, como já foi mencionado anteriormente, tinha fortes relações com *educacionistas*. Todavia, nesta breve seção, o interesse é destacar que, além dele, também mantiveram relações e afinidades com o grupo de *A Escola* os doutores Reinaldo Machado e Victor do Amaral.

Com base nas fontes levantadas por Marach (2007) foi possível perceber que, tanto Reinaldo Machado (entre 1901-1905 e nos anos 1909, 1913, 1917), quanto Victor do Amaral (entre 1900-1903), foram membros da congregação de professores do “Gymnasio Paranaense”. Também compunham o quadro docente do Ginásio Paranaense, no mesmo período, Sebastião Paraná, Dario Persiano de Castro Vellozo, Cônego Braga e Euzébio Motta, editores de *A Escola*. A conclusão de que, Reinaldo Machado e os intelectuais de *A Escola*, tinham fortes relações não se deu apenas a

partir deste dado. Mas, também, pelas frases proferidas por Dario Vellozo, ao afirmar que o Dr. Reinaldo Machado foi uma das personalidades que aplaudiu o projeto da Escola Moderna. Já Victor do Amaral, não era apenas colega dos intelectuais de *A Escola*. Ele também esteve, inclusive, entre o quadro de colaboradores desta publicação. Além disso, foi um dos fundadores do Ginásio Paranaense (criado no ano em que Victor do Amaral era vice-presidente do Estado, na gestão de Paula Xavier) e diretor desta instituição. No entanto, além de apontar a estreita relação entre Reinaldo Machado, Victor do Amaral e João Cândido Ferreira com os *educacionistas*, também é necessário destacar em que consistia o projeto da Escola Moderna.

Para Marach (2007), no Paraná, “a ideia de uma educação moderna teve como uma de suas principais representações o projeto conhecido como Escola Moderna, divulgado no início do século XX por Dario Vellozo” (p. 61), que foi um dos principais porta-vozes deste projeto e trabalhou, intensamente, para sua efetivação. Esta autora também afirma que havia um consenso por parte do grupo que publicava em *A Escola* com relação “a importância do projeto da Escola Moderna promulgado por Vellozo” (idem). Tal projeto, segundo Marach (2007), afirmava que “a Escola Moderna deveria estar voltada inteiramente para seu caráter utilitário, visando preparar o indivíduo para a vida prática” (idem). Esta autora também apontou que, assim como o idealizador do projeto, Dario Vellozo, os demais *educacionistas* também acreditavam que o fim da Educação era o de “preparar a criança para a luta da seleção. O fim do ensino é, portanto, prático e utilitário. Fora de tais limites, a utopia formosa e o erro crasso” (ESCOLA, LEÃO, 1908, n. 2, p.74).

Victor do Amaral convergia com o projeto *educacionista* da Escola Moderna em relação ao ensino científico, prático e utilitário. Como ele mesmo afirmou a respeito em 1914: “Faça-se a aprendizagem científica e pratica” (AMARAL, 1914, p.05) – frases que proferiu sobre o ensino agrônômico.

Em defesa de um ensino científico, prático e utilitário, principalmente relacionado à agricultura, Victor do Amaral se inseriu na política partidária ainda no final dos Oitocentos. Corrêa Lima (1982) atribuiu sua participação na vida pública a “sua mania de patriotismo, como dele diria Vicente Machado” e ao seu “paranismo inflamado” (p.13).

Adjetivando, assim como fez Corrêa Lima (1982), parece simples entender as intenções de Amaral ao entrar para o partido republicano e pleitear cargos públicos. No entanto, este personagem é, certamente, uma figura bem mais difícil de explicar. Ao buscar o início de sua trajetória entre os republicanos, ainda nos tempos do Império, foi possível encontrar que Amaral recusou a indicação de seu nome para a Assembleia Provincial a ele oferecida, em 1889, “pelos clubes republicanos de Curitiba e Paranaguá” (CORRÊA LIMA, 1982, p. 13). Por que teria Victor do Amaral recusado?

Corrêa Lima (1982) ponderou que tal recusa não ocorreu sem que antes Amaral proclamasse “bem alto sua convicção republicana e o seu amor a Democracia” (idem), mas que não poderia aceitar a indicação por respeito ao Imperador, “de cujas mãos recebera o diploma médico, e ao qual se habituara a venerar, como personificação deste caro Brasil, desde a sua infância” (idem). Contudo, é possível que as palavras de seu primo João Cândido Ferreira, sobre Victor do Amaral, possam explicar um pouco melhor a sua recusa. Segundo Ferreira, Amaral era “cauteloso, timorato, blandicioso e conservador”, um homem “calmo e ponderado, que não se arrisca a pregar prego sem estopa” (FERREIRA, 1935, p. 03). Seria Victor do Amaral um indivíduo interessado em entrar na política partidária, defendendo a causa republicana, em tempos de Império?

Foi apenas após a proclamação da República, em 1890, que Victor do Amaral assumiu o cargo de Intendente Municipal de Curitiba. Também, após a mudança de regime, ele se candidatou a deputado estadual, em 14 de março de 1891, como bem apontou Corrêa Lima, através da publicação de um manifesto político no jornal “A

República”. Foi eleito em 1892 como deputado estadual, participando da elaboração da Constituição Política do Paraná (CORRÊA LIMA, 1982, p. 13).

Durante 1893 e 1894, exerceu o cargo de Superintendente do Ensino Público. E, em 1894, durante a Revolução Federalista, permaneceu ao lado da legalidade, assim como seu primo João Cândido Ferreira, então prefeito da cidade da Lapa.

Em 1900 foi eleito para a vice-presidência do Estado do Paraná, como vice de Xavier da Silva. Nesse período, se tornou Diretor Geral da Instrução Pública e se empenhou na fundação do Ginásio Paranaense, do qual foi professor e diretor.

Ainda em 1897, Victor do Amaral preocupou-se em fundar a Sociedade de Agricultura do Paraná e promover a Exposição Industrial Paranaense. Em 1903 escreveu, a pedido da Sociedade Nacional de Agricultura, a monografia “Herva Mate ou Chá no Paraná”. Anos mais tarde, em 1914, Amaral realizou um pronunciamento no qual se referia a Sociedade de Agricultura do Estado por ele fundada:

Congreguemos elementos necessários para instalação, no proximo anno, em nossa Universidade, do ensino agronomico, que tem sido a minha **delenda Carthago**, desde que em 1897, presidi a fundação da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, e, em 1906 e 1907, apresentei a Camara dos Deputados dous projectos sobre a educação agrícola largamente fundamentados. Conseguindo tal desideratum, terei realizado um compromisso moral, a qual me impuz, satisfazendo a um ideal de ha muito afagado (AMARAL, 1914, p. 05).

Também em defesa da agricultura, Victor do Amaral, quando deputado federal, requisitou, em 1906, que fosse aprovado um projeto, de n. 145, que visava “a difusão da técnica agrícola e autorizava o governo a subvencionar institutos agrônômicos estaduais, onde fosse feito o estudo teórico e prático da agricultura e da indústria pecuária” (AMARAL, 1907, p. 03). No entanto, em 1906, o projeto permaneceu sem parecer e, por isso, em 1907, Amaral resolveu retomar tal questão,

pressionando os colegas deputados a tomarem uma posição em relação à proposta feita no ano anterior.

Comparando a sua situação no plenário a do deputado norte-americano J. Morrill que propôs, no século XIX, a concessão de terras para escolas agrícolas nos Estados Unidos, Amaral afirmou: “Esse projecto, que recebeu particularmente os mais francos encomios de alguns membros da Comissão de Agricultura permanece sem parecer na pasta da mesma” (idem). A resposta que teve do Sr. José Bezerra, então presidente da sessão, foi: “-Assim como outros projetos” (idem). Victor do Amaral, interessado em defender seu projeto continuou:

Não venho censurar a Comissão por isso; antes agradeço a oportunidade, que se me offerece, para dar mais amplidão ao plano que esbocei no anno passado.

Cousa semelhante aconteceu nos Estados-Unidos, quando na Camara dos representantes o deputado J.Morrill apresentou um projecto identico ao meu, concedendo a União 20.000 acres de terras publicas aos Estados para a fundação de collegios destinados ao ensino agricola e artes mecanicas.

Naquelle grande paiz, a despeito da agitação, no periodo de 1840 a 1850, revolvendo as camadas sociaes mais adeantadas e attingindo até as mais antigas universidades, que trataram de modificar seos cursos, adaptando-as as novas correntes scientificas, o projecto Morrill teve, a primeira vez, parecer contrario da respectiva comissão e, pela segunda, triumphante embora em ambas as casas do Congresso Americano, foi vetado pelo presidente Buchanan.

Mr. Morrill, verdadeiro *yankee*, não era homem para desanimar; tenaz e convicto, reviveu o seu projecto em moldes ainda mais elevados, que foi convertido na lei, mais conhecida pelo nome de *Morrill Act*, sancionada pelo glorioso presidente Lincoln.

Receiando, Sr. Presidente, que meus argumentos não tenham a força precisa de fazer incutir no animo de meus nobres collegas a importância do projecto que vou ter a honra de apresentar, peço a permissão para ler um estudo que fiz, baseado nos relatórios publicados pelo governo dos Estados-Unidos, no final do século XIX, no intuito de demonstrar não só o aperfeiçoamento da instrucção agricola scientifica naquelle paiz, no seculo findo, como tambem fazer o paralelo da educação agricola norte-americana com a dos paizes mais adeantados do mundo.

Essa resenha irá dar maior extensão a esta despretenciosa arenga; mas como meu escopo é servir a causa publica, tenham paciência de me ouvir (AMARAL, 1907, p.03).

A partir da fala do presidente da câmara, José Bezerra, como no discurso do próprio Victor do Amaral, ficou evidente que houve resistência a aprovação do projeto que visava a criação de institutos agrônômicos estaduais. Essa resistência também pode ser percebida pelo fato de Amaral ter apresentado seu projeto no ano anterior, 1906, sem receber uma posição favorável. Buscando convencer os demais deputados da necessidade de aprovarem seu projeto, Victor do Amaral censurou a comissão por não ter tomado uma posição favorável no ano anterior (apesar de afirmar, em seu discurso, que criticar a comissão não era sua pretensão). Amaral articulou sua crítica de forma estratégica. Chamando atenção para si, através de adjetivos que o colocavam numa posição de voz autorizada a falar, ele se comparou a Morrill, rotulando-se como um homem que não desanima, tenaz e convicto, capaz de fazer reviver seu próprio projeto. Além disso, ao defender a agricultura norte-americana como moderna e avançada, procurou inserir aqueles que se posicionavam contra as inovações científicas no “rol” dos “atrasados”. Em outras palavras, em relação aos colegas da câmara, ele considerava-se avançado, tal qual o precursor do moderno ensino agrícola norte-americano. Por isso, atribuiu a si a condição de um porta-voz da modernidade.

Em defesa do que denominou como moderno ensino agrícola, Amaral leu quatorze páginas de estudos que falavam sobre a implantação da agricultura científica em países europeus, especificamente a França e a Bélgica. Estes dois países eram considerados, por ele, como adiantados, bem como os Estados Unidos, país americano que, ao seu ver, havia conseguido um rápido desenvolvimento econômico através do ensino das modernas técnicas de agricultura. Mas, do discurso de Amaral, é interessante destacar

a convicção de que o Brazil precisa dar o primeiro passo no caminho da educação agricola systematizada, scientifica e pratica de seus lavradores. Esse é o verdadeiro e único auxilio, realmente efficaz; esse é o remédio incontestavelmente capaz de alcançar uma cura radical dos males que teem affligido a lavoura de nosso paiz, os quaes, como acontece nas molestias chronicas, de tempos em tempos, tem crises agudas, exacerbando soffrimentos e despertando clamores. Os governos do nosso paiz não teem podido ou não teem querido estudar esses males em suas verdadeiras causas, impossibilitados talvez de agir, porque problemas sociaes e políticos de solução mais preemente obrigam-nos a derivar a sua attenção para outros assumptos: o fato incontestavel é que o Brazil, em matéria de agricultura está atrasado de meio século. Apenas no prospero Estado de São Paulo, na Bahia, e ultimamente no Paraná e Minas, teem se feito tentativas para libertar a lavoura dos processos antigos a que estava adstricta pela rotina. E, francamente, como poderiam os lavradores agir de outro modo, se não tinham a luz dos princípios scientificos de agronomia para esclarecer o campo de actividade do seu trabalho: si não tinha guias praticos para amparar seus primeiros passos na transformação de seus processos de cultura; si não tinham e não tem onde possam aprender e convencer-se pelo *visum et repertum*, observando e praticando nos campos de experiencia a superioriedade incontestavel dos sistemas de cultura já adoptados em outros paizes e as vantagens de novas lavouras, que poderão explorar com proveito? É essa lacuna que pretendo preencher com o projeto que entrego ao criterio e patriotismo da Camara dos Deputados (AMARAL, 1907, p.14).

Os seguintes elementos aparecem no discurso de Victor do Amaral: a defesa da educação agrícola, científica e sistematizada como único meio para “acabar” com, o que ele chamou, de males que atingiam a lavoura no país; O Brasil, como um país “atrasado”, em relação aos “modernos” e “científicos” - França, Bélgica e Estados Unidos - por culpa do governo que não queria, ou não podia, dar o primeiro passo rumo à modernidade, ao progresso; e a necessidade de iluminar o caminho dos lavradores com a luz do conhecimento científico da agronomia.

Para convencer os colegas da câmara de deputados, Victor do Amaral, exerceu certa “pressão”. Ele queria a aprovação do projeto e, para isso, teceu,

críticas aos demais deputados que, caso não concordassem com a aprovação, estariam inseridos, a partir da sua retórica, no “rol” dos “atrasados”, daqueles que não estavam em favor do progresso do Brasil.

O resultado do seu discurso de mais de trinta minutos, como apontou em tom de repreensão o presidente da casa José Bezerra, foi a aprovação do projeto que determinava a fundação de institutos agrônômicos estaduais. As sedes seriam no Rio de Janeiro, São Paulo e em Minas Gerais. Também foi aprovado que o governo deveria destinar subsídio para estabelecimentos regionais que buscassem viabilizar o ensino agrícola.

A aprovação do projeto na câmara foi considerada uma vitória para aqueles que defendiam a causa da educação agrícola no Paraná. Marach (2007) aponta que a revista paranaense, *A Escola*, mencionou a aprovação do projeto como uma conquista. Para Amaral, assim como para os *educacionistas*, “já passava a ser consenso a idéia de que “a felicidade do Paraná varia na razão directa da intensidade do amparo da agricultura por uma bronzea cerebração” (ESCOLA, FARIA, 1910, n. 7-12, p.236)”.

João Cândido Ferreira, em 1907, ano em que Amaral defendia seu projeto entre os deputados federais, era presidente do Paraná e também considerava a educação agrícola como elemento importante na sociedade paranaense. Por isso, ele teve a iniciativa de criar a Instituto Agrônômico do Bachacheri que, segundo o jornal *O Dia*,

é um dos muitos benefícios prestados ao Paraná pelo Governo do Estado. Moderno Estabelecimento, confiado à provecta direção do snr. Oscar Von Mein, a Escola Agrônômica do Bacacheri já tem, na sua curta existência de 4 meses, visto haver sido inaugurada a 18 de maio de 1907, prodilizado inúmeros serviços à lavoura paranaense, quer com as experiências realizadas nos seus ferteis campos, que com o ensino prático da lavoura, de acordo com os métodos mais adiantados da agricultura científica, extinguindo aos pouco os rotineiros processos que a atrofiavam. Para esse fim,

conta esse Instituto com aperfeiçoado maquinismo e instrumental necessário, para as demonstrações precisas (O DIA, n.1, m.08, 1907 in FERREIRA).

O impresso paranaense atribuiu à nova escola o estatuto de um grande feito e tentou passar à população a ideia de que a agricultura científica havia chegado ao Estado. O ensino que se preconizava seria calcado em novos métodos científico e contaria com máquinas e outros instrumentos vistos como necessários para uma agricultura moderna.

Os intelectuais de *A Escola* “voltaram suas forças ao máximo para o desenvolvimento agrícola” (MARACH, 2007, p.72). Mas afirmavam que, para maximizar a produção agrícola, seria necessário transformar a realidade da maior parte da população campesina por meio de “escolas theorico-praticas que façam agricultores aptos e conscientes” (ESCOLA, VELLOZO, 1908, n.6-7, p.140). Essas escolas “deveriam ser localizadas em todos os nucleos coloniais” (MARACH, 2007, p.73), juntamente com “postos agronômicos e laboratorios agricolas entregues à competencia de ex-alunos diplomados pela Escola Moderna” (ESCOLA, VELLOZO, 1908, n. 6-7, p. 140).

O Ensino Agronômico, preconizado pelos intelectuais de *A Escola*, consistia, segundo Marach (2007), em uma “peça importante para aqueles que visavam modificar a realidade das populações campesinas, tidas como frágeis por conta de uma vida de dificuldades, em completa ignorância e superstição” (2007, p. 74). Ainda para esta autora, na visão dos articulistas de *A Escola*, havia um “despreparo da classe rural frente aos progressos da ciência o que só seria solucionado se lhe fosse destinada uma educação “elementar, preparando às carreiras ruraes da mesma forma que o ensino profissional elementar das cidades preparará às profissões industriaes” (ESCOLA, LEDENT, 1910, n. 7-12, p. 288).

Marach (2007) ainda aponta que havia “um esforço, por parte dos

educacionistas, em manter os agricultores fixados na área rural” (p. 74). Segundo Carvalho (2003, p.54), a tentativa de manter esses indivíduos no meio rural e o enaltecimento da agricultura como forma de salvar a nação brasileira estiveram relacionados à busca da elite do país por colocar o homem certo no lugar certo, isto é, distribuir e organizar racionalmente os indivíduos a partir de atividades urbanas e rurais. No Paraná, a concepção de Educação Moderna,

pretendeu formar o cidadão, menos para a fábrica, que para a lavoura. Ao serem promulgadas as maravilhas da vida idílica do campo, tinha-se em mente a perspectiva de uma vida moderna, rural, a qual deveria ser tão produtiva e sistematizada quanto a vida fabril (MARACH, 2007, p. 76).

Neste item, a pretensão foi destacar que já era objetivo desses intelectuais intervirem, no cenário educacional, a partir da atuação na política partidária. Um dos projetos defendidos por Victor do Amaral, assim como por João Cândido Ferreira e pelos intelectuais da revista *A Escola*, era a educação dos lavradores por meio do ensino de uma agricultura científica e prática. Foi possível perceber, portanto, que mesmo antes do *Paraná-Médico*, a preocupação com a educação dos habitantes do meio rural já estava presente entre os intelectuais que ocuparam uma posição de centralidade na organização da revista. A defesa da educação agrícola também esteve relacionada à defesa da *vocação eminentemente agrícola* do Brasil, algo que se constituiu na principal bandeira do movimento ruralista¹⁹.

¹⁹ Para Mendonça (1997) o ruralismo nasceu no final do século XIX, num momento de expansão da urbanização e foi “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes” (p. 26) ou como “um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e da sociedade política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual, unificado pelo fim último de restaurar a vocação agrícola do país, mediante a diversificação da agricultura nacional” (p. 27). Portanto, trata-se de um movimento, e não apenas de uma ideologia, que representava os interesses dos setores dominantes (agrários) da sociedade brasileira, porém não-hegemônicos. Daí a essência do movimento residir na reação à industrialização, o que se daria através da reafirmação de nossa vocação agrária, e na recusa do exclusivismo do café, o que se expressaria na defesa da diversificação agrícola. O movimento, ainda que perpassado por divergências internas, seria unificado em torno desses dois objetivos.

Mendonça (1997) afirmou que os intelectuais que estiveram integrados no movimento ruralista aplicaram a ciência como discurso e que essa ação fez parte da manutenção do poder dos grandes latifundiários. Eles defendiam que o “atraso” do país estava relacionado ao atraso da agricultura, o que só seria solucionado com a implementação de uma agricultura científica e moderna, algo que foi fortemente defendido por Victor do Amaral e João Cândido Ferreira.

Outra questão importante a destacar é que, após o término de seu mandato como deputado federal, Victor do Amaral abandonou as fileiras do Partido Republicano. Isso ocorreu, coincidentemente (ou não?), no mesmo período em que João Cândido Ferreira se desligou do partido. Assim também aconteceu com a ocupação de cargos na política partidária.

1.2.4 João Evangelista Espíndola

Diferente de João Cândido Ferreira e Victor do Amaral, republicanos legalistas, o Dr. Espíndola era federalista e participou da Revolução Federalista (1894), com Custódio de Mello e Gumerindo Saraiva, como chefe do corpo de Saúde do Exército Libertador.

Em Paranaguá, fundou os jornais “A Razão” e “O século” (1890). Segundo Macedo (1970), o jornal “O século” foi um “órgão político, de combate, defensor dos ideais liberais” (p.15).

E foi seu próprio jornal que deu a notícia da sua prisão, em 22 de janeiro de 1894 (nº 1, ano IV), junto com outros 41 acusados de participarem do movimento federalista. Ele e os demais presos foram libertos pelas tropas de Custódio de Mello “e na iminência da retomada da cidade pelas forças do governo” abandonou o grupo

indo refugiar-se na fazenda Guaraúna, de seu sogro, Comendador Henrique Alves de Araújo. Não se achando em

completa segurança, foi se homiziar em Ponta Grossa, na casa do Sr. Theodoro Guimarães, pai do ex-senador Flávio Carvalho Guimarães, onde esteve escondido no sótão até de normalizar a situação” (MACEDO, 1970, p. 13-14).

Dr. Espíndola se mudou, definitivamente, para Curitiba depois dos acontecimentos da Revolução e lá se inseriu na política partidária, candidatando-se para deputado à Assembleia Legislativa do Estado. Macedo (1970) afirma que ele foi eleito com votação semelhante a dos políticos Affonso Camargo e Generoso Marques, em 1899, para a legislatura de 1900. Nos anos seguintes, Espíndola continuou inserido na política partidária sendo eleito, sucessivamente, em 1904, 1905, 1906 e 1907, como deputado estadual. E, na cerimônia da posse de Vicente Machado, quando eleito como presidente do Estado – do qual João Cândido Ferreira era vice – foi destinada ao Dr. Espíndola a tarefa de representar o congresso.

Uma questão interessante a ser apontada sobre a atuação de João Evangelista Espíndola antes do *Paraná-Médico*, é a divergência entre ele e João Cândido Ferreira sobre

a super-alimentação no tratamento da tuberculose, que se prolongou pelos anos 1900-1902. De um lado o Dr. Espíndola defendendo-a e o Dr. João Cândido, de outro, profligando-a. O Dr. João Cândido levou o assunto em tese até a Academia Nacional de Medicina. No ardor dos argumentos científicos resvalavam em mútuos e contundentes pejorativos. Com o passar dos anos, coisas que o tempo dilue e faz esmaecer o sentido primitivo, tornam-se pitorescas:

- dizia o Dr. João Cândido: “uma erupção retumbante de uma dispepsia cerebral”... “com esta última pá de terra fica esmagada toda a parlenda do cavalheiro-fidalgo, com a mesma facilidade com que o pé do quinteiro esmaga a lagarta enroscada na planta viçosa do horto”.

Revida o Dr. Espíndola:

“Por enquanto, os lagartos que V. Ex^a tem esmagado, são as que os transeúntes, na Lapa, deixam à noite nos cantos dos muros” (MACEDO, 1970, p.10).

No caso das divergências entre o Dr. Espíndola e o Dr. Ferreira o que interessa neste trabalho, principalmente, é entender: quais intenções fizeram com que, apesar das divergências, os dois se reunissem em torno da publicação do *Paraná-Médico*? Esta resposta pode ser encontrada nas convergências e nas práticas compartilhadas, que estão intimamente relacionadas à formação em medicina que ambos tiveram e ao debate que estabeleceram com as discussões feitas pela comunidade médica no período em que viveram. E não apenas eles, mas, inclusive, os demais integrantes do grupo de redatores do *Paraná-Médico*.

A frase de Macedo (1970) “*Com o passar dos anos, coisas que o tempo dilue e faz esmaecer o sentido primitivo, tornam-se pitorescas*” é passível de reflexão, haja vista que se o tempo diluiu as divergências entre Espíndola e Ferreira não se sabe. O que se pode perceber é que ambos tiveram discordâncias tanto na política partidária quanto sobre a super-alimentação no tratamento da tuberculose. A respeito disso é necessário entender, assim como afirmou Bertucci-Martins (2005), que as divergências entre os médicos eram comuns. Mas que especialmente a partir do final do século XIX, e nas primeiras décadas do XX, se acentuou o “processo de especialização que vinha, pouco a pouco, se desenvolvendo na fala médico-científica (e do local em que deveria ser pronunciada)” (ibidem, p.154). Um discurso que foi “no Novocentos, ao longo dos anos, cada vez mais feito e refeito pelos doutores em “debates científicos” e não em “embates” (ibidem, p.155). Em outras palavras, é possível pensar que uma das práticas compartilhadas entre Dr. Espíndola e Dr. Ferreira era a utilização de uma linguagem médica específica e a busca pela afirmação profissional, distinguindo os indivíduos aptos, ou não, para o exercício da medicina. No Capítulo 2, são aprofundadas as discussões sobre: a construção de uma linguagem médica específica pelos doutores; o movimento dos médicos, principalmente no início do século XX, para constituir “uma outra identidade profissional” (SILVA, 2002, p.01); a relação destes dois elementos com a formação e a atuação dos médicos do *Paraná-Médico* (1916).

Mas, ainda neste item, a respeito da atuação do Dr. João Evangelista Espíndola é importante destacar que, durante o período que atuou na política partidária, este médico criou o projeto de lei que requeria a construção de um necrotério para o Serviço Médico-Legal, em março de 1904 - cabe lembrar que Miguel Santiago, o qual estava ao lado de Espíndola na Santa Casa, fundou o gabinete médico-legal, em 1908. Também, em 1906, apresentou o projeto para criação de um Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas do Estado. A tentativa de criação de um laboratório de análises químicas e microscópicas no Estado esteve relacionada à tentativa de institucionalização científica da medicina praticada do Paraná e vinculada à convicção do Dr. Espíndola - em defesa de uma medicina experimental e especializada. O Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas, no entanto, foi criado apenas em 1909²⁰.

Cintra (2010) apontou que o Dr. Espíndola foi o médico que mais discutiu a questão da assistência pública nos jornais da cidade e que, em 1912, quando era diretor da Santa Casa de Misericórdia, publicou uma série de sete artigos, no jornal *Diário da Tarde*, relatando “a então precária questão da assistência pública e de urgência na cidade” (p. 81).

Outro aspecto interessante a respeito do Dr. Evangelista Espíndola é que ele também se desligou, assim como João Cândido Ferreira e Victor do Amaral, da política partidária.

O abandono desses três agentes dos cargos no poder público pode estar relacionado à questão defendida pelos intelectuais da revista *A Escola*, para os quais a política partidária era *locus* das paixões mundanas, de forma que neste espaço não havia lugar para o professor que detinha o importante “papel cheio de graves e tremendas responsabilidades, de condutores da sociedade [...]” (ESCOLA, 1910, n. 103, p. 126). O envolvimento do professor, na política partidária, o distanciaria do

²⁰ PARANÁ. Decreto n. 5 – 4 jan. 1909. Decreta a criação do Laboratório de Analises Chemicas e Microscopicas. Curitiba, Coleção de Leis do Governo do Estado, p. 4-5.

seu sacerdócio “porque, ocupando-se mais da política do que da escola a seu cargo, teem por incondicional apoio aos chefes políticos dessas localidades, e por isso, ficam impunes” (ESCOLA, SOUZA, V. 1910, n.4-16, p.243).

A saída da política partidária também pode estar relacionada a formação desses intelectuais nas faculdades de medicina durante as últimas décadas do século XIX. Formação que foi marcada por “uma forte confiança nas soluções apresentadas pela ciência, assim como nutria aversão à ostentação de títulos e privilégios individuais que ultrapassassem a precedência do “bem coletivo” na vida pública” (SÁ, 2006, p.108). Para Sá (2006), houve um recrudescimento da confiança na ciência para instaurar o progresso do Brasil e expandiu-se, com isso, a “ideia de que o saber precisar ser útil, do ponto de vista do progresso material do país, e nunca deleitável” (idem).

Neste trabalho, defende-se a possibilidade de que foi a crença no papel do professor e da educação, mas também a crença na ciência como instauradora do progresso, que proporcionou a desvalorização da política partidária como meio de intervenção da sociedade por parte desses intelectuais. A política passou a representar, para eles, o discurso de uma parte da sociedade, de um grupo, de um interesse privado e motivado. Já a posição de cientista e de professor era entendida por como o discurso do todo, do bem público, isento e desinteressado.

Todavia, apesar do abandono dos cargos no poder público esses intelectuais não deixaram de tentar implementar seus projetos. Articulados profissionalmente, como médicos e educadores, esses personagens buscaram, através na ênfase no discurso científico, contornar as “tramas na política partidária” (ditas “repulsivas” e “subalternas” – por João Cândido Ferreira) e implementar seus projetos na área médica e educacional. Eles constituíram espaços próprios de sociabilidade, a partir dos quais tornaram suas vozes imbuídas de poder, autorizadas a falar por meio da ênfase no discurso científico. Um desses espaços de sociabilidade foi o periódico *Paraná-Médico*, como se verá a seguir.

CAPÍTULO 2

***“NO PARANÁ SE FAZ SCIENCIA”*: OS MÉDICOS EM BUSCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA DA MEDICINA**

No capítulo anterior, a busca foi por tentar compreender as singularidades dos intelectuais que se sobressaíram na organização da revista *Paraná-Médico*, pois a intenção é não reduzir os indivíduos ao grupo social do qual fazem parte. Para Vieira (2010) “quanto mais nos aproximamos do indivíduo verificamos suas formas peculiares de interpretação e de ação diante do mundo e quanto, mais focalizamos o grupo social ao qual, pertenceu mais identificamos as crenças e as práticas compartilhadas” (p. 19).

Identificar as crenças e práticas compartilhadas entre os médicos que fundaram o periódico é ponto central para compreensão dos propósitos que levaram estes intelectuais à criação de instituições da medicina no Paraná, entre elas o *Paraná-Médico*. Uma das questões compartilhadas pelos intelectuais da revista, percebida no capítulo anterior, por meio da breve passagem pela trajetória destes agentes, foi a formação em medicina. Por isso, neste capítulo, busca-se evidenciar qual era o padrão de ensino vigente nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, quais discussões ocorriam nacionalmente na comunidade médica no período em que os médicos do Paraná se formaram e o debate que estabeleceram com as questões nacionais, principalmente através do *Paraná-Médico*.

O objetivo será, portanto, refletir sobre o nascimento e os objetivos do periódico, a fim de entender que a construção da revista, bem como a manutenção da publicação, foi fruto do trabalho e, também, expressão de um grupo de médicos que compartilhavam uma identidade, linguagem e crenças próprias, independente das especificidades individuais. O que se pretende é destacar o grupo, durante a trajetória da revista, por meio da análise do discurso dos médicos, identificando as convergências entre eles, as quais os estimularam a organizar espaços próprios de sociabilidade, em que definiram “as regras do jogo do campo e, por extensão, a identidade daqueles que atuavam no seu interior” (VIEIRA, 2010, p. 08).

É possível verificar na primeira edição, publicada em 19 de agosto de 1916, que os médicos João Cândido Ferreira, Miguel Santiago, Eduardo Leal Ferreira,

João Evangelista Espindola e Reinaldo Machado, delinearam o programa da revista:

A Sociedade de Medicina do Paraná commemóra o seu 2º anniversario, fazendo surgir na arena jornalística de nossa terra o primeiro numero do Paraná-Medico, órgão representativo de seus interesses moraes, revista scientifica, cujo apparecimento se tornava necessario para completar a missão social altamente digna e proveitosa que lhe inpos (...) A revista de medicina que hoje inicia sua publicação era de muito reclamada pois sabemos o valôr moral da imprensa medica como propugnadora de boas idéias, defensora dos interesses collectivos da *classe*, écho de nobres aspirações, repositório de investigações scientificas, intermediaria nas relações com as sociedades congêneres e principalmente representante genuíno de nossos ideaes. (...) Já uma vez houve uma tentativa de se lançar uma publicação medica nesta Capital e se conseguiu durante dous longos annos mantel-a senão com grande brilho, ao menos com muita nobreza e rara dedicação. Infelizmente o terreno ainda não tinha soffrido o necessario amanho para a germinação da semente e a planta não poudede se desenvolver em meio hostil. O *Paraná- Medico* é órgão da Sociedade de Medicina do Paraná e o seu programa pode ser delineado em poucas palavras. Destas columnas, sempre francas a todos collegas de boa vontade, procuraremos nobilitar o nome de nossa *classe*, faremos tudo que pudermos para auxiliar os poderes dirigentes do Estado nas questões administrativas que se ligarem e medicina e a hygiene, publicaremos todos os trabalhos scientificos que nos forem enviados pelos collegas do Paraná, daremos em resumo as ultimas e mais importantes communicações feitas ás sociedades medicas do Paiz e do Extrangeiro, inseriremos as lições mais notaveis dos professores de medicina de nossa universidade, finalmente faremos quanto alcançarem nossas reduzidas forças para que o *Paraná-Medico* honre a nossa *classe* e o Estado do Paraná. (...) Agora, com o apparecimento do seo legitimo órgão, o “Paraná Médico”, entra em nova phase de sua actividade. Elle será, ao mesmo tempo que o órgão de sua defeza, o porta voz dos seos feitos, levando aos outros Estados da Confederação e ao estrangeiro, a noticia da sua existencia e estabelecendo com elles a permuta de ideias e de interesses geraes da grande *classe* medica do nosso paiz. O seo lugar, portanto, no serio da sociedade paranaense não foi conquistado; - ella já o tinha preparado (PARANÁ-MÉDICO, 1916, p. 01).

Nas palavras dos próprios médicos, o *Paraná-Médico* surgiu para completar uma missão social. Que missão seria essa? Ele deveria nobilitar e honrar os médicos, como propugnadores de boas ideias, representando seus interesses morais. O periódico seria o porta-voz dos seus feitos, um repositório de investigações científicas e intermediário na relação com as sociedades congêneres, estabelecendo a permuta de ideias e interesses gerais entre os médicos do país. Também divulgaria as lições mais notáveis dos professores de medicina da Universidade, auxiliaria os poderes dirigentes do Estado nas questões administrativas ligadas à medicina e a higiene e honraria o Estado do Paraná.

A missão seria, portanto: 1) Defender a autoridade do discurso médico, acompanhando o movimento nacional de busca por institucionalizar cientificamente a medicina e por uma “outra identidade profissional” (SILVA, 2002, p. 01). Mas, além disso, a criação do *Paraná-Médico* significou um esforço dos médicos do Paraná por conseguirem se inserir em debates nacionais e por afirmar a cientificidade da medicina praticada no Estado frente aos congêneres, através da construção de uma identidade do grupo veiculada nos artigos da revista. Ferreira (2004) afirma que a publicação de periódicos médicos, iniciada já no século XIX no Brasil, contribuiu para ampliação do público conhecedor dos feitos da medicina e, com o passar do tempo, para a legitimação das atividades e do lugar dos médicos na sociedade. No Paraná isso ocorreu, principalmente, por causa da divulgação dos discursos dos médicos da Sociedade de Medicina do Paraná e da veiculação de informações entre os doutores e o público leigo através do periódico. 2) A exposição das lições dos professores da Universidade que, não por acaso, eram eles mesmos, bem como dos demais integrantes do próprio grupo, a fim de divulgar suas atividades como educadores, seus projetos e concretizações no cenário político-científico-educacional. 3) Auxiliar o Estado nas questões relacionadas a higiene e outras áreas da medicina. O Estado, que deveria ser auxiliado e honrado, era

protagonista na visão dos médicos, isto é, seu papel era considerado como central na organização da sociedade.

A partir dos objetivos delineados para a revista foi possível qualificar os médicos do periódico como intelectuais já que eles compartilharam “a identidade e o sentimento de missão dos intelectuais, bem como as crenças na modernidade e no protagonismo político do Estado”, aspectos que, segundo Vieira (2011), compõem a explicação histórica do intelectual como agente coletivo.

Mas, quais foram os intelectuais que criaram o *Paraná-Médico* e definiram os objetivos da revista? De início, destacaram-se os médicos fundadores do periódico. Sabe-se que, em 1916, tal como prova a capa do primeiro número do *Paraná-Médico*, eles eram professores da Universidade (1912) e da Faculdade de Medicina do Paraná (1913). Cintra (2010) sugere que o primeiro encontro entre esses personagens, chamados por esta autora de homens de ciência e médicos-professores, ocorreu na Faculdade de Medicina do Paraná (1914) e que, deste encontro, decorreu a organização destes intelectuais em torno do *Paraná-Médico* e da Sociedade de Medicina do Paraná (1914).

Se a SMP foi efetivamente à época “a primeira resposta encontrada pelos médicos paranaenses frente às questões que se colocavam”, entendo que ela só pôde ser como foi a partir das condições postas pela organização iniciada na FMP, o primeiro espaço de agremiação de difusão dos saberes científicos, tendo como base o ensino dos cursos e especialização, a pesquisa junto aos laboratórios ali preparados e a extensão na aprendizagem das clínicas nos gabinetes juntos aos hospitais e instituições congêneres de assistência. Nesse sentido, pensar a constituição da sua primeira agremiação além da escola médica é lançar vistas à memória de um tempo e instrumento (a revista) um tanto esquecidos – não se tem notícia do uso da presente revista em qualquer outro trabalho desta natureza, ainda que o consideremos tangencialmente –, mas que resguarda valores que se mantêm até o projeto atual da organização. Afinal, na trajetória das instituições associativas da classe médica no Paraná, e na ausência de novos trabalhos que tragam outras questões ao tema, se estará falando, de modo muito

próximo, da mesma instituição – ao menos, de mesmo matiz. São as mesmas pessoas! E o primeiro encontro daqueles homens de ciência que fizeram a história da medicina paranaense, na primeira metade do XX, aconteceu mesmo nos corredores e nas alas da FMP (CINTRA, 2010, p. 206).

É provável que muitos médicos tenham se conhecido nos corredores da Faculdade de Medicina do Paraná, mas não o grupo de fundadores do *Paraná-Médico* e da Sociedade de Medicina do Paraná. Este não se encontrou pela primeira vez na faculdade, mas antes da sua fundação, como já foi mencionado. Basta lembrar de Machado, Espíndola, Santiago e Amaral que, em 1901, publicaram a *Gazeta Médica do Paraná*, primeiro impresso de medicina do Estado e fundaram a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná. Esses indícios demonstram que grupo fundador do *Paraná-Médico* já se conhecia e havia se organizado para criar instituições da medicina no Paraná, entre elas uma revista especializada e uma sociedade, mas também para criar a própria Faculdade de Medicina do Paraná. Para Cintra (2010)

é da criação da FMP a possibilidade real da constituição de ainda outras instituições conexas: as associações da classe médica nascente (a Sociedade de Medicina do Paraná, SMP, em 1914 é exemplo disso), as revistas específicas e de difusão das próprias pesquisas e do intercâmbio com outras instituições e agremiações médicas no país (Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Porto Alegre, se encontravam na Revista Paraná Médico, em parceria com a SMP, 1914) (...) (CINTRA, 2010, p. 16).

Diferente do que afirma esta autora, este trabalho defende que não foi somente após a criação da Faculdade de Medicina do Paraná que houve a possibilidade de constituição de outras instituições. A Faculdade de Medicina do Paraná representou, sem dúvidas, um marco importante no processo de institucionalização científica da medicina no Estado do Paraná. Espaços de

sociabilidades, as salas de aula e o dia-a-dia entre professores potencializaram as relações interpessoais, as discussões e, inclusive, a realização de projetos educacionais. No entanto, afirmar que a Faculdade de Medicina do Paraná “foi um marco fundador na história da medicina paranaense” (CINTRA, 2010, p.16) é questionável. Primeiro, porque a própria alegação de uma medicina genuinamente paranaense é duvidosa. A constituição de instituições médicas no Paraná deve ser enxergada como parte do processo de institucionalização científica da medicina ocidental, bem como dos desdobramentos deste processo no Brasil. Perceber os médicos que viveram no Paraná, durante as últimas décadas do século XIX até meados do século XX, nesta totalidade, levando em consideração a formação de cada um, possibilita compreender que eles se organizaram para fundar instituições da medicina porque estavam em debate com as discussões nacionais da busca pela regulamentação profissional e não somente porque lhes surgiu uma oportunidade de fundar a Faculdade de Medicina do Paraná. Além disso, a busca pela congregação dos médicos por meio da fundação de instituições da medicina no Paraná é anterior a criação da Faculdade de Medicina no Estado. Outra questão importante é: o *Paraná-Médico* não foi um parceiro da Sociedade de Medicina do Paraná, mas seu órgão legítimo, um porta-voz dos seus feitos, representante genuíno de seus ideais.

É possível afirmar que a Faculdade de Medicina do Paraná (1913), como a própria Universidade do Paraná (1912) são, neste sentido, fruto dessas relações e da organização de um grupo de intelectuais que enxergava na ciência e na educação um meio de alcançar seus objetivos políticos e a transformação social. Contudo, além desse aspecto, a criação da Universidade do Paraná, da Sociedade de Medicina do Paraná, da Faculdade de Medicina do Paraná e do periódico *Paraná-Médico*, sugere um grupo que se reconhecia como *intelligentsia* a partir da criação de espaços próprios de sociabilidade, assim como apontou Vieira (2010). A respeito desta expressão, o mesmo autor ressalta:

No Brasil da segunda metade do século dezenove o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen utilizou a expressão aristocracia de serviços para representar o papel das elites cultas na administração racional e isenta do Estado imperial brasileiro. Sendo assim, tanto na Europa como no Brasil, esses agentes foram representados como elite que, em contraste com as elites de sangue ou de posição econômica, se distinguia pela sua identidade própria e pela sua missão social específica. As posições sociais ocupadas pelos intelectuais nos séculos dezenove e vinte, bem como suas habilidades retóricas propiciaram a esse personagem a condição privilegiada de atuar diretamente na produção de sua própria representação social, de forma que, em diferentes momentos, prevaleceram imagens extremamente favoráveis aos intelectuais, “instituindo-os como verdadeiros heróis prometéticos, vocacionados para defender os interesses públicos em nome da razão universal (VIEIRA, 2008, p. 74).

Foi um grupo que, como se verá na próxima seção deste capítulo, tinha uma identidade própria e atuou diretamente na produção da sua própria representação social. E a imagem que prevaleceu de “homens de ciência que fizeram história”, destacada por Cintra (2010), sugere que conseguiram disseminar e legitimar esta representação.

2.1 HOMENS DE CIÊNCIA, PROFISSIONAIS DA MEDICINA: EDUCADORES DO SABER MÉDICO NO PARANÁ

No início do século XX, já no período republicano, quando foi publicado o *Paraná-Médico* (1916), os médicos do Paraná estavam em debate com as discussões nacionais, que ocorriam entre a comunidade médica desde o final do século XIX. Como interlocutores neste debate, construíram discursos que enalteciam sua profissão e o papel desempenhado por eles na sociedade, defenderam os conhecimentos da medicina científica – empenhados em institucionalizar cientificamente a medicina brasileira, mas também a medicina praticada no Paraná. Além disso, buscaram “educar os indivíduos como pacientes

do saber médico” (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 55).

A maioria dos doutores do Paraná havia se formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX, principalmente entre os anos 1879-1884. Nesse período, eles vivenciaram os impactos de uma reforma acadêmico-administrativa, relacionada ao advento da medicina experimental, que determinou “mudanças no padrão de ensino vigente” (FERREIRA; FONSECA; EDLER, 2001, p.72). Mas em que efetivamente consistiram essas mudanças? Para Sá (2006), segundo a concepção médica do período,

a emergência das pesquisas bacteriológicas levaria ao progressivo abandono do paradigma climático – telúrico. Seguindo essa climatologia médica, o diagnóstico e a terapêutica exigiam a identificação de agentes ambientais – climáticos e geográficos (miasmas, pressão atmosférica, calor, umidade, parasitas, gases químicos e temperatura) – quanto de hábitos sociais “anti-higiênicos” (desde banhos frios e bebidas alcoólicas, por exemplo). Para tanto, seriam necessários longos estudos em higiene, profilaxia, química, física (...). Tamanhas leituras na medicina passaram, gradativamente, a ser identificadas como um saber exageradamente abstratos pelas novas gerações que iam sendo entronizadas sob as ideias de Pasteur (SÁ, 2006, p.109).

A adesão dos médicos aos ensinamentos de Pasteur que apontavam para a causa microbiana das doenças - ao paradigma da bacteriologia – deram outro direcionamento as pesquisas médicas, que passaram do leito dos hospitais para os laboratórios. Assim o ensino médico deslocou-se, de um caráter mais teórico e geral, para uma perspectiva prática e especializada (idem). Além disso, “contra uma terapêutica que se reduziria a meios sociais e a climas específicos, os pastorianos apresentavam uma etiologia única, os micróbios; marca de uma teoria que foi, crescentemente, sendo considerada mais “verdadeira” e mais “científica” (SÁ, 2006; EDLER, 2001).

Foi um período no qual houve uma “progressiva recepção do pensamento científico entre a intelectualidade brasileira” (CAMPOS, 2006, p. 67). O debate de ideias que tomou a intelectualidade da época contou com Comte, Spencer, Taine, Haecker e Renan (SÁ, 2006, p.108). A orientação intelectual proposta por esses autores estava ligada a predominância da razão sobre os sentimentos e a uma defesa apaixonada da adoção do método científico de estudos em toda e qualquer atividade intelectual (COSTA, 1989).

A busca dos doutores por profissionalizar a medicina ocorreu, principalmente, a partir das últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Foi um período marcado por uma mudança no padrão de ensino vigente nos cursos de medicina, como já mencionado. Mas, sobretudo, como apontou Márcia Regina Barros da Silva, que estudou as atividades médicas em São Paulo nesse recorte temporal, “tratou-se de uma reorganização ampla, das representações sobre a medicina, de suas instituições, seus articuladores e das concepções sobre a saúde e doença” (2002, p. 01).

Foi uma época em que, assim como destacou Silva (2002) a respeito das atividades médicas em São Paulo, os médicos, sob a égide da República, “tomaram seus novos lugares” e estiveram “fortemente integrados ao cenário social” (idem). Esse momento também deve ser destacado, assim como apontou esta autora, como aquele em que se acentuou a “busca por uma outra identidade profissional” (idem). Para ela:

Tal busca se daria por meio da ênfase no discurso científico, no treinamento especializado, na produção de conhecimento experimental e na institucionalização de novos espaços para o exercício da medicina. Sendo esta uma ciência da observação centrada na clínica, a medicina começava a tornar-se, no mundo ocidental, com cada vez mais vigor, também uma ciência da experimentação, situada dentro e fora das instituições hospitalares. Esse processo resultou num quadro calcado no laboratório e no ensino. (...) (SILVA,

2002, p. 01).

Tanto a mudança no padrão de ensino quanto a reorganização das representações da medicina, bem como a “busca por outra identidade profissional” relacionavam-se ao processo de institucionalização da ciência no Brasil. Luiz Otávio Ferreira (1996) afirma que o processo de institucionalização da ciência se deu de forma múltipla e ocorreu por diferentes vias. Weltmann (2008) fala que com “a fundação dos institutos de pesquisa, mas também com a criação de escolas profissionais, faculdades, universidades, associações, sociedades científicas e a elaboração de periódicos” a ciência se implantou, desenvolveu e consolidou. Weltmann destaca que

a institucionalização englobaria a formação de profissionais, os locais de produção e pesquisa científica (laboratórios e institutos), os meios de divulgação desse conhecimento (publicações) e os espaços associativos, os quais reuniriam os profissionais, conferindo-lhes identidade e reconhecimento (WELTMANN, 2008, p.26).

Os médicos do *Paraná-Médico* estudaram e atuaram nesse contexto de institucionalização da ciência no Brasil, especificamente de institucionalização científica da medicina no Brasil como produção de um conhecimento especializado, experimental – de laboratório. Em debate com a comunidade médica nacional esses doutores buscaram criar instituições da medicina no Paraná. Se pensarmos, assim como afirmou Ferreira (1996), que a institucionalização da ciência se deu de forma múltipla e por diferentes vias, é possível afirmar que a Universidade do Paraná, a Faculdade de Medicina do Paraná, a Sociedade de Medicina do Paraná e o *Paraná-Médico* foram vias pelas quais a ciência se institucionalizou no Paraná. A criação destas instituições esteve ligada a procura de um grupo por definir sua identidade e conseguir reconhecimento.

A busca por definir a identidade dos médicos pode ser encontrada nos discursos presentes no *Paraná-Médico*. No periódico paranaense, o médico foi representado como um ser benevolente, dedicado e capaz de proporcionar transformações que levariam o país ao progresso. Nas palavras do Dr. João Cândido Ferreira:

todos têm suas horas destinadas ao lazer, ao convívio dos amigos ou ao doce aconchego do lar, só o medico vive sempre com o peito à lucta posto porque <<os seus dias e as suas noutes são patrimonio dos doentes>>. Apesar de tanta canceira, tantas contrariedades e tantos revezes, sempre de animo esforçado, jamais deslizando de uma moral severa, não deve o medico deixar transparecer de sua physionomia i de seo trato o menor vislumbre de enfadado ou mão humor quando attende a um cliente. Deve ser insensível ás injustiças, ás seducções, aos remoques e ás imprecações, e ter a preocupação obstinada de espalhar os benefícios de sua sciencia e despertar sempre a esperança, a fé e alegria em corações lanceados pelo soffrimento (FERREIRA, 1916, p. 21).

A representação era de um médico humanista, capaz de se desligar de quaisquer problemas que não estivessem relacionados ao exercício da profissão. É possível identificar no discurso de Ferreira a ideia da ciência como missão haja vista que, além da confiança nas soluções apresentadas pela ciência, também pode-se perceber a defesa do médico como aquele que abriria mão das suas aspirações individuais em benefício do bem público, isento e desinteressado. Nas palavras de Ferreira, o médico não teria horas de lazer, por fazer de seus dias e noites patrimônio dos doentes e que, mesmo cansado, não demonstra exaustão, pois o mais importante é espalhar os benefícios da ciência e levar a alegria aos corações sofridos. Por isso, mesmos com tais percalços, Ferreira afirmou:

Amo a glória da minha profissão. A unica que devo e posso aspirar.
E' uma glória obscura e desconhecida, bem sei. Nossos triumphos

não os obtemos na praça ou no teatro, diante da multidão que applaude; mas lá, no recondito de uma casa, no aposento silencioso onde se esconde o germen a criatura. Só Deus os contempla, só Elle os recompensa. O mundo e aquelles mesmos, a quem salvamos, nos pagam mas nem nos agradecem ás vezes. Foi a natureza dizem elles. Mas os revezes, esses pesam sobre nós. E' uma glória amarga a que nos coube em partilha (FERREIRA, 1916, p. 21).

Esse seria o perfil do “médico ideal”, e não somente para João Cândido Ferreira, mas para grande parte da comunidade médica do país. Um indivíduo que afirma a medicina e “a ciência como profissão” (SÁ, 2006, p.135) e que confia nas soluções apresentadas pela ciência para instaurar o progresso no Brasil (ibidem, p.108). O médico ideal seria um homem de ciência, que ama a glória da sua profissão apesar de todos os revezes. Deveria ser “insensível ás injustiças, às seducções, aos remos e ás imprecações, e ter a preocupação obstinada de espalhar os benefícios de sua ciência e despertar sempre a esperança, a fé e alegria em corações lanceados pelo sofrimento” (FERREIRA, 1916, p. 23). Mas não apenas isso, ao “homem de ciência como na acepção mais difusa do termo até então, não mais bastaria ser um livre-pensador, dotado de boníssimas virtudes espirituais, de um grande amor pela ciência, pela verdade ou por um sincero desejo de servir a humanidade a despeito de quaisquer intempéries de ordem pessoal ou financeira” (SÁ, 2006, p. 137): “De um “cientista” se deveria exigir dedicação exclusiva” (idem). A defesa por tal dedicação pode ser identificada nas palavras de Ferreira ao afirmar que a glória da medicina é a única que ele podia e devia aspirar e que todos têm suas horas destinadas ao lazer, com exceção do médico, já que seus dias e noites são patrimônio dos doentes.

O Dr. Reinaldo Machado elaborou, um mês depois, assim como seu colega, uma forte apologia à medicina e aos profissionais que a exercem. Ele defendeu:

A medicina, meus Srs., não obstante a crise mundial que assoberba

o planeta, continúa, por toda a parte, no seu assombroso labôr, na tranquilidade dos laboratorio, nas vastas e claras salas hospitalares, sobre as mesas operatorias, nos institutos de anatomia, sobre os marmores frios dos anphitheatros, nos campos de batalha, com calma e serenidade,e a espalhar as man-cheias benefícios de toda ordem, a investigar os problemas mais difíceis da vida e da morte a dissecar fibra afibra, vaso a vaso, nervo a nervo, a fórmula estructural complicadissima de nossos organismos, a se antepor, como uma divindade tutelar, ás devastações e ao extermínio. Devemos ter orgulho da profissão que abraçamos. Quantas extraordinárias victorias teremos de assignalar em dias vindouros no campos da observação e da experiencia medicas? A sementeira foi farta e bem escolhida. Dos semeadores muitos já dormem para sempre a sombra das casuarinas e dos cyprestes. A seára promete avultada colheita ondulante e loira se curva as brisas fagueiras. Felizes os que vierem depois, quando as espigas amadurecerem e apenas tiverem o trabalho facil de ceifal-as á vontade (MACHADO, 1916, p.34).

Machado afirmou, em um momento desencadeava-se a Primeira Guerra Mundial, a ideia de que a ciência - especialmente a ciência médica - detinha o poder para se antepor as devastações e aos extermínios. Isso porque, segundo o doutor do Paraná, a medicina científica, na tranquilidade dos laboratórios, seria o futuro, a salvação. A medicina evidenciada por este doutor é àquela que se deslocou do leito do doente para o laboratório (EDLER, 2001). Assim como seus contemporâneos, esse médico buscou destacar que a geração de médicos, da qual fez parte, era científica, ao contrário das anteriores. Todavia, não era apenas necessário valorizar os métodos práticos e experimentais (SÁ, 2006, p. 119). Era mais do que isso. “Os homens de ciência que se formaram e atuaram na virada do século XIX para o XX percebiam-se como os primeiros a contribuírem para a fixação definitiva de instituições, padrões de análise e normas de conduta para a ciência brasileira” (idem). Machado também se identificava como um pioneiro, um semeador das grandes vitórias advindas das experiências médicas e defendeu que restaria às gerações vindouras o fácil trabalho de colher os frutos e manter as vitórias já

obtidas.

No discurso destes doutores, e também para a maior parte da comunidade médica brasileira no período, o médico é representado como um homem de ciência, um profissional que deveria ser honrado. Por isso, era necessário, na visão de Machado, comemorar o 2º aniversário da Sociedade de Medicina do Paraná e suas conquistas.

Que nos reúne hoje neste palacio da instrucção e do saber? Uma festa, uma commemoração: dous annos se passaram depois que neste mesmo logar installamos a Sociedade de Medicina do Paraná. A muitos parecerá um facto de somenos importancia, uma data sem significação, um acontecimento vulgarissimo na vida de um povo que progride. Entretanto, meus Srs., uma sociedade scientifica como a nossa, que se mantem e se eleva e que promette novos triumphos nas luctas incruentas pela vida, pela saude, pela força e pela belleza dos nossos semelhantes que procura como mais alevantado ideal, tornar a existencia suave e alegre, afastar a dôr, extinguir as lagrimas, amenisar os soffrimentos, merece bem, que ao menos uma vez no anno nos reunamos para festejal-a e para que se evidencie que o nosso trabalho tem sido proficuo (...). (MACHADO, 1916, p.36)

No seu discurso reafirma-se a ideia de uma medicina científica e conquistadora, que caminhava, por meio de uma sociedade médica que se mantém e se eleva vitoriosa, para o desenvolvimento de uma grande missão social pelas mãos de médicos que, além do amor pela profissão, abririam mão da vida privada em benefício de um bem coletivo e maior. Segundo Sá (2006), ao mesmo tempo em que a formação desses intelectuais imprimia neles uma forte confiança nas soluções apresentadas pela ciência, também nutria a “aversão à ostentação de títulos e privilégios individuais que ultrapassassem a precedência do “bem coletivo” e da vida pública” (p. 108).

Ademais, o discurso de Machado demonstra o valor que o grupo atribuiu à Sociedade de Medicina do Paraná. Se lembrarmos da afirmação de Sá (2006), de

que esses médicos entendiam-se como parte da primeira geração a contribuir para a fixação de instituições da medicina, pode-se afirmar que, no caso dos médicos do Paraná, a defesa da importância da Sociedade de Medicina do Paraná (1914) esteve relacionada à luta pela institucionalização científica, não apenas da medicina brasileira, mas, da medicina praticada no Estado. A busca por institucionalizar a medicina praticada no Paraná também pode ser identificada no discurso de Machado, quando ele se dirige aos médicos de outros Estados: “Para muitos colegas de outros centros ainda vivemos na infância da medicina, de olhos e longas sobrecasacas pretas, sobreçando o imponente instrumento lavativo, uns medicos dos tempos coloniaes perdidos entre botocudos de arco e flécha” (MACHADO, 1916, p. 56).

Estes atributos estavam distantes do que eles mesmos afirmavam ser. A forma como os doutores dos outros Estados representavam a medicina praticada no Paraná não agradava aos médicos do *Paraná-Médico*. Primeiro, porque colocava em dúvida a formação de cada um deles, como médicos que eram, pois haviam estudado, colado grau. A maioria, inclusive, vinha da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como já foi mencionado. Segundo, devido ao fato de que representavam o Paraná como um Estado provinciano, que não tinha acesso às inovações científicas. Assim, duvidavam dos médicos do Paraná porque duvidavam do próprio Estado. E, os doutores do *Paraná-Médico*, preocuparam-se em combater esse tipo de representação.

Colegas de outras regiões, principalmente de São Paulo, Estado do qual o Paraná se emancipara, viam a medicina praticada no Estado como provinciana e pouco especializada. O Dr. Reinaldo Machado, indignado, se posicionou em relação à forma pela qual os médicos de outras unidades da federação representavam os paranaenses, numa atitude que também foi de incentivo, aos demais médicos do Paraná, para que agissem em defesa da medicina praticada no Estado. Em novembro de 1916, Machado destacou a necessidade do surgimento da Sociedade

de Medicina do Paraná e do *Paraná-Médico*.

Felizmente, para nós, médicos do Paraná, nos congregamos em boa hora na organização da Sociedade de Medicina e na Resolução de publicar uma Revista profissional, que estampe os nossos trabalhos, as nossas idéas e as nossas aspirações. Até aqui tudo quanto se fazia entre nós no terreno das sciencias medico-cirurgicas se confinava e se perdia por completo, sem a mais insignificante repercussão em outros centros scientificos do paiz. Dahi a ignorancia absoluta em que se encontram os collegas dos outros Estados e da Capital Federal em relação aos nossos progressos, ao que temos alcançado no estudo e na applicação dos mais modernos recursos da propedeutica, da therapeutica e da cirurgia. Este introito nos é suggerido pelo dislate de um occulista de S. Paulo que indagou de uma sua cliente desta Capital si aqui haveria um medico capaz de fazer umas injeccões que desejava prescrever-lhe (MACHADO, 1916, p. 56).

Machado atribuiu a ignorância dos médicos de outros locais e da Capital Federal, frente às conquistas da medicina praticada no Paraná, à falta de divulgação das atividades desenvolvidas no Estado. A Sociedade de Medicina do Paraná (1914) e o *Paraná-Médico* viriam para solucionar tais equívocos e convencer, através da divulgação das conquistas alcançadas no terreno das ciências médico-cirúrgicas que, no Paraná, também se trabalha, se estuda e se age. Segundo Sá, fazia certo tempo que os

homens de ciência se esforçavam para criar condições institucionais para o exercício de suas competências específicas, e isso para que os intelectuais brasileiros deixassem de ser conhecidos por suas variadas e múltiplas capacidades (SÁ, 2006, p. 120).

Vale lembrar, assim como apontou Schwarcz (2007), que ainda nas primeiras décadas do século XIX, “o processo de consolidação da medicina enquanto atividade diversa da até então praticada por barbeiros, sangradores e práticos, levou

a fundação, em 1829, no Rio de Janeiro, de uma Sociedade Médica (p. 196) que foi “organizada nos moldes da Academia Francesa” (idem). A essa sociedade também era atribuído o papel de analisar diferentes propostas de reforma de ensino médico em discussão no período” (SCHWARTZMAN, p. 69). Além disso, segundo Schwarcz (2007), foi a partir do século XIX que as revistas médicas passaram a se tornar influentes. Ferreira (1996), que analisou em sua tese de doutorado as estratégias utilizadas pelos médicos na primeira metade do século XIX, defende que o periodismo médico desempenhou um papel estratégico na institucionalização, legitimação e difusão do saber médico. Gondra (2004) enfatizou que, nesse mesmo período, o periodismo médico buscou, “de um lado, estabelecer uma certa padronização interna por intermédio do reconhecimento daqueles sujeitos mais ou menos autorizados para indicar a direção mais adequada à medicina, procurando deixar claramente identificados os que não participavam do campo e, do mesmo modo, aqueles deslocados e postos à margem, no seu limbo” (p. 48). “De outro lado, buscou o apoio social para suas intervenções” (idem). Para Schwarcz (2007) também foi a partir do século XIX que essas publicações passaram a resumir “de forma perfeita as características da medicina feita no Brasil – e mesmo esse novo perfil profissional – em finais do século XIX e inícios do XX” (p.198).

Os médicos do Paraná participavam da luta nacional em busca da afirmação da medicina científica, através da criação de espaços institucionais de sociabilidade. Os espaços por eles constituídos, todavia, também fizeram parte do processo de busca pelo reconhecimento de que os médicos do Estado tinham suas competências específicas. Além disso, entre o final do século XIX e o início do XX, já “assentava-se nacionalmente a convicção de que os textos científicos só tinham valor quando publicados por escrito e em suportes imparciais e especializados” (SÁ, 2006, p.120). Por essa razão se justificava a valorização de uma sociedade científica, e de um periódico médico, para divulgação das atividades realizadas. Apenas através da consolidação de instituições da medicina e da divulgação de experiências

científicas, por via da escrita e de uma linguagem médica específica que, pouco a pouco, se consolidava nas primeiras décadas do século XX (como se verá a seguir), eles conseguiriam o reconhecimento nacional. Reinaldo Machado, bastante incomodado com a forma pela qual eram vistos pelos médicos de outros estados, reivindicou reconhecimento afirmando:

Acredito, piamente, que, com o correr do tempo não se nos faça mais tão clamorosa injustiça e possamos convencer que aqui também se trabalha, se estuda e se age, com mais dificuldades e sacrificios que alhures, porque nos faltam os ricos laboratorios, os vastos campos hospitalares que as grandes cidades soém offerecer aos estudiosos. (...) Entretanto, poderíamos referir centenas de intervenções das mais difficeis, praticadas com raro successo pelos nossos operadores, para os quaes a cirurgia não tem mais segredos, porderíamos, com grande gaudio, relatar as bellas conquistas alcançadas por collegas, não menos distinctos, no intrincado emmaranhamento de um diagnostico difficil em medicina interna e consecutivo tratamento efficaz, poderíamos referir as pesquisass que se procedem no terreno mysteroso da bacteriologia e da parasitologia, poderíamos citar os trabalhos dos especialistas ophtalmologistas, gynecologos, obstetras, etc., que honrariam qualquer centro mais populoso e adiantado (MACHADO, 1916, p.56).

Reinaldo Machado, opondo-se a visão dos doutores de outros estados e buscando dar legitimidade científica às ações dos médicos do Paraná evidenciou o que ele chamou de conquistas da medicina praticada no Paraná, que “honrariam qualquer centro mais populoso e adiantado”. A divulgação dessas conquistas por meio da revista possibilitariam, na defesa de Machado, que “talvez mais tarde nos façam a justiça que merecemos e não nos olhem mais por cima dos hombros como uns retardados e obsoletos que não sabem ainda fazer uma simples injeccção” (MACHADO, 1916, p. 56).

Deve-se clarificar que o período do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, que se destaca pelo processo de construção da medicina

como uma prática profissional, movimento do qual participaram os médicos do *Paraná-Médico*, também foi palco de uma disputa regional de hegemonia na medicina brasileira (SCHWARCZ, 2007). A disputa se dava principalmente entre as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e foi marcada pela busca por delimitar uma originalidade e identidade próprias das instituições nas descobertas das doenças (idem). Schwarcz (2007) destacou que

Os médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade descoberta das doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas “hygienicos”. Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como nosso grande mal, mas, ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou, nos anos 20, se promoviam programas “eugênicos de depuração”. Se o jargão é comum, a atenção é diversa (SCHWARCZ, 2007, p. 190).

Em meio às disputas entre Rio de Janeiro e Bahia, os médicos defensores da cientificidade da medicina praticada no Paraná, que buscavam seu lugar nos debates científicos nacionais, publicaram no periódico o resumo do discurso proferido pelo Dr. Pinto de Carvalho, delegado da Sociedade de Medicina Legal da Bahia, na sessão inaugural do 1º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, falando a respeito das instituições científicas do país. Este médico, assim como a maior parte dos médicos brasileiros, lutava pela unidade de pensamento e ação dos médicos em favor da institucionalização científica da medicina brasileira. O resumo foi feito pelo Dr. Eduardo Leal Ferreira afirmando que o Dr. Pinto de Carvalho:

(...) não vê motivos para regionalismo político no Brasil, em se tratando mesmo de um tão vasto território, dotado de climas tão

diversos.

Faz largas considerações sobre a orientação medica na Bahia, affirmando que ella é inteiramente identica á do Rio de Janeiro, a despeito das grandes vantagens que este tem sobre aquella, por ser o centro politico da nação, para onde affluem as attenções mais poderosas e os esforços mais intensos dos governos.

Estende-se em um profundo estudo sobre o ensino official de medicina pelas Faculdades do Rio e da Bahia, comparando o aparelhamento scientifico de ambas e concluindo que a Escola da Bahia não deve recear confronto com a sua congenere da Capital da Republica (FERREIRA, 1916, p. 68).

Em seguida, o Dr. Eduardo Leal Ferreira, cita diretamente a fala de Pinto de Carvalho:

O que nos falta a todos, meus senhores, aos bahianos como aos filhos dos demais Estados brasileiros, é o conhecimento mutuo. As personalidades em evidencia nesta capital, seja no terreno da politica, no scientifico, no literario, ou em qualquer outro, ferem naturalmente a attenção dos provincianos, quem bem as conhecem e podem analysar, nas suas perfeições ou nas suas falhas.

Desapparece, comtudo, esse conhecimento, já nos vultos dos Estados entre si, já por parte dos homens d'aqui em relação aos das provincias.

Nós, medicos, professores, mal nos conhecemos. Campeiam idéas e julgamentos erradissimos a respeito das entidades scientificas provincianas. Quando menos, forma-se e mantem-se em torno dellas o mais absoluto silencio.

Não havera proposito deliberado nesse facto. O que lhe dá logar é a maneira condemnavel, absurda, inconveniente, por que vivemos distanciados. As nossas vidas intellectuaes não se encontram; não têm pontos de contacto; não estabelecem marcos para reciproco entendimento: divergem aqui, poder-se-ão confundir acolá, mas sem a consciencia nitida da visinhança ou da radical discrepancia. Nenhum exaggero ha em affirmar que melhor se conhecem, não somente, insisto, por trabalhos escriptos, senão tambem por convivio pessoal ou, pelo menos, intellectual, professores da Europa e da America do Norte, do que professores do Rio e da Bahia. Urge dirimir tal situação. (...) Porque não haverá entre nós as trocas temporarias de professores entre Faculdades similares? Porque não nos contarem, a nós das provincias, as alcançadas

sublimidades de seu valor? Porque lhes não trazemos nós os fructos sazonados das nossas observações e experiencias? Porque não há de o Governo pensar em estabelecer facilidades para a realização dessas visitas, como acontece entre as universidades européas e norte americanas? (CARVALHO, 1916, p. 68)

Carvalho defende o intercâmbio científico e tece sua crítica ressentida aos médicos da então capital, Rio de Janeiro, e ao governo do país. Ficam evidentes, em seu discurso, reivindicações para que tal situação, de falta de comunicação e descaso do governo, fosse solucionada. A Europa e a América do Norte apareceram como fortes referências, no que se refere à questão do intercâmbio científico, para o baiano. É importante destacar que a relação com a medicina norte-americana e aquela vinda do Velho Continente não era uma exclusividade deste médico. Ao contrário, era compartilhada pela maior parte dos profissionais da área que tinham em sua formação principalmente, senão exclusivamente, referenciais teóricos e práticos de tais lugares.

No resumo do Dr. Eduardo Leal Ferreira, com base nas palavras de Pinto de Carvalho, evidencia-se a disputa entre baianos e cariocas. Destaca-se, também, a necessidade de aprimorar o intercâmbio científico e a falta de comunicação entre as diversas unidades da Federação Brasileira, atribuindo a tais falhas os julgamentos a respeito das entidades científicas provincianas. Para os médicos do Paraná, que objetivavam projetar a medicina do Estado nacionalmente, livrando-se do estereótipo que carregavam, de provincianos e atrasados, o discurso do médico da Bahia *caiu como uma luva*. Não foi por acaso que, o Dr. Leal Ferreira, optou por citar exatamente as palavras utilizadas pelo baiano e *tão caras* aos médicos do Estado para publicar no *Paraná-Médico*. Leal Ferreira se posicionou, ao final do texto:

São tão dignas de apreço e meditação as idéas pregadas com vigor e entusiasmo pelo emerito ex-diretor de Saude Publica do Estado da Bahia, que não quizemos resumir a eloquente allocução,

preferindo passar integras para nossas columnas as palavras judiciosas, com que o representante da Sociedade de Medicina Legal da Bahia encara, de modo elevado e verdadeiro, o problema, que precisa ser resolvido, do intercambio scientifico entre as unidades da Federação Brasileira X (FERREIRA, 1916, p. 69).

Não somente para que os médicos de outros estados, mas para que os leigos também conhecessem e reconhecessem os doutores do Paraná como profissionais no exercício formal da medicina, foram elaborados discursos, divulgados através do periódico. Convém lembrar as palavras de João Cândido Ferreira ao afirmar que, apesar de tantos esforços, os médicos não recebiam o devido reconhecimento. Nas suas palavras: “Só Deus os contempla, só Elle os recompensa. O mundo e aquelles mesmos, a quem salvamos, nos pagam mas nem nos agradecem ás vezes. Foi a natureza dizem elles” (FERREIRA, 1916, p.21).

A partir da fala de Ferreira fica claro o direcionamento das críticas ao público leigo que, segundo ele, não reconhecia devidamente o papel dos médicos na sociedade apesar de suas lutas e abnegações e atribuía à natureza a melhora ou a cura das doenças. Segundo Sá,

na argumentação geral desses homens de ciência, o proverbial palanfróio dos intelectuais brasileiros era estimulado pela exagerada idealização da natureza. E se, segundo eles, uma desproporcionada listagem das exuberâncias naturais do Brasil tinha sido patrocinada pela literatura, com sua linguagem povoada de hipérboles e exageros, objetavam de sua parte, que a natureza nada tinha de unidade cósmica e que nem dela eram parte integrante. Constituía tão-somente um objeto de conhecimento, no máximo uma paisagem a ser civilizada e transformada (Roquete-Pinto, “Etnografia sertaneja”, Revista Americana, jul. 1918, p.151) (SÁ, 2006, p.125).

Os homens de ciência, assim como João Cândido Ferreira, não percebiam a natureza como uma unidade cósmica. Ao contrário, combatiam este universo

romântico que era, inclusive, apregoado pela literatura do período, pois esta visão romântica “em nada se coadunava com os imperativos da estabilidade, da padronização discursiva e da reprodutibilidade das experiências do discurso científico pretendente à especialização” (ibidem, p. 126). Para eles a natureza era objeto de estudo, passível de modificação, através do método científico, e não uma unidade cósmica (idem). Eduardo Leal Ferreira esteve preocupado, assim como a maior parte da comunidade médica do país, em combater este lirismo poético e publicou, em setembro de 1918, no *Paraná-Médico*, as palavras do doutor Octávio de Freitas, então diretor do Instituto Pasteur de Pernambuco:

A poesia das paisagens e dos panoramas ficaria apagada pela tragédia, pela desolação e pela miséria dos infelizes habitantes sertanejos, nossos patricios. Os nossos filhos que aprendem nas escolas que a vida simples dos nossos sertões é cheia de poesia e encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nestas regiões se desdobra mais um quadro infernal que só poderia ser magistralmente descripto pelo Dante immortal” (PARANÁ-MÉDICO, 1918, p.408).

Os discursos que almejavam o reconhecimento dos leigos objetivavam desconstruir o Brasil, como “tema de lirismo, subjetivismo poético e sentimentalismo” (SÁ, 2006, p. 126), mas também se preocuparam em definir os indivíduos aptos, bem como os inaptos, para o exercício da medicina no intuito de “educar os indivíduos como pacientes do saber médico” (BERTUCCI-MARTINS, 2005).

Não foi à toa que Eduardo Leal Ferreira publicou as palavras de Octavio de Freitas em 1918, ano marcado pela epidêmica gripe espanhola. Segundo Bertucci-Martins (2005) a questão da “especialização na fala médica, dos espaços privilegiados para aquela fala, a comunicação entre pares e com aqueles considerados leigos” (p. 145) ganhou uma visibilidade ímpar no período dessa

epidemia (idem). Essa autora demonstra que isso ocorreu, inclusive, devido à natureza daquela doença epidêmica: gripe. Uma “enfermidade para qual todos (médicos ou não) tinham um medicamento oficial ou oficioso por parecer sem gravidade” (idem). Contudo, a ausência de gravidade era apenas aparente e as informações de várias partes do mundo chegavam ao Brasil alertando sobre as mortes causadas pela epidemia (idem). Os médicos tentavam descobrir a causa da doença. Seidl a definiu como uma doença “sem causa específica”, para cujo tratamento eram “recomendadas” algumas práticas e remédios (SEIDL, 1919, p. 45 *apud* BERTUCCI-MARTINS, 2005). E, em comunicado publicado pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo foi apresentada como uma enfermidade para a qual “não pode haver profilaxia eficaz, regional ou local, (...) toda ela deve ser individual” (O Estado de S.Paulo, 16.10.1918 *apud* BERTUCCI-MARTINS, 2005). Para Bertucci-Martins,

Essa situação amplamente divulgada, de cuidados pessoais e terapia diversificada (porque ‘recomendada’), colaborou para que fabricantes de vários medicamentos aprovados pelas autoridades sanitárias passassem a anunciar que seus produtos combatiam a gripe espanhola, utilizando muitas vezes a mesma linguagem manipulada por indivíduos que tentavam comercializar poções sem aprovação científica. Poções que eram combatidas por médicos e autoridades médico-governamentais em campanhas contra charlatões e curandeiros havia décadas (Bertucci, 2003a; Pimenta, 2003; Sampaio, 2001) (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 144).

No Paraná, o combate às prescrições de poções e medicamentos realizadas por curandeiros, raizeiros e farmacêuticos (considerados pelos médicos como audaciosos e incompetentes), pode ser identificado, em 1918, nas palavras escritas pelo Dr. Alvaro Lobo Leite Pereira.

não só a gripe victimou enormemente a população sertaneja, mas também os *curandeiros e raizeiros*, bem como praticos de

pharmacia audaciosos e incompetentes augmentaram extraordinariamente coefficiente de mortalidade, chegando a sua imbecilidade muita vez ás raias do assassinio puro e frio. Para avaliardes o que foi a acção nefasta de taes charlatães, basta referir o mhetodo de trabalho administrado por elles aos grippados, principalmente em Jaboty: *tartaro e nitro*...como balança a ponta da faca...Tartaro e nitro...Conhecidos deprimentes, numa doença essencialmente debilitante como a gripe. (...) Jaboty é o covil dos charlatães e raizeiros (PEREIRA, 1918, p. 501).

Bertucci-Martins (2005) afirma que, ao mesmo tempo em que combatiam as prescrições dos chamados “charlatães”, os médicos divulgavam, repetidamente, na imprensa, conselhos ao povo na tentativa de “instruir a população sobre como evitar e combater a gripe espanhola” (p. 146). Esse movimento, estudado por esta autora em São Paulo, ocorreu nacionalmente. No Paraná, também em 1918, são publicados os “*Conselhos a população paranaense*”.

É impossível impedir a propagação da epidemia da gripe, por não existir preventivo seguro capaz de evitar a infecção.

-Aconselhamos, comtudo, o seguinte: Tranquilidade e confiança nas autoridades sanitarias. Não fazer visitas e evitar o contato com os doentes de gripe, porque o contagio é directo, de indivíduo doente a indivíduo são. Evitar toda fadiga ou excessos physicos. Fazer refeições leves e a horas certas e dormir tempo sufficiente. Tomar um laxante cada 4 dias, afim de trazer o tubo digestivo sempre desembaraçado.

Fugir das aglomerações, sobre tudo, à noite.

Evitar uso de bebidas alcoolicas.

Lavar a bocca, nariz e garganta com agua salgada ou com agua salicylada a 1 por 200, de manhã e de noite e instillar, em seguida, 5 gottas de oleo gomenolado a 5%, nas narinass, ou usar támpões de algodão com vaselina mentholada a 3%.(...)

Só chamar o medico para os casos serios afim de evitar que elles adoeçam pelo asfalfamento e venham a faltar no mento mais difficil, quando elles poderão prestar maiores serviços a população. Aviso: A homeopathia, o espiritismo e as hervas, não curam a gripe, como nenhuma outra molestia infectuosa ou parasitaria (ARAÚJO, 1918, p. 497-498).

“A educação do paciente era, certamente, um “importante recurso terapêutico”” (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 149) e, por isso, as informações destinadas aos leigos foram aquelas relacionadas à instrução. Cabia à população saber “os procedimentos que deveriam ser seguidos durante a epidemia e como se medicar durante a gripe espanhola” (ibidem, p.154). Todavia, o acesso dos leigos a essas informações não significou, assim como apontou Bertucci-Martins (2005), que eles compartilhassem o discurso científico da medicina. A vulgarização de “noções esparsas, como o que seria sintoma, e de termos como micróbio e profilaxia, que de fato, pouco esclareciam os “não iniciados” sobre sua própria saúde, a doença e seu possível tratamento, concorriam para “popularizar” a ciência médica e a ação de seus representantes” (idem).

Assim como afirmou Bertucci-Martins (2005), as medidas preventivas foram insistentemente divulgadas (p.147) e, aos poucos, os indivíduos, que procuravam seguir as indicações médicas, eram reeducados (ibidem). Esta autora identificou que “as pessoas deveriam ter atenção até mesmo para tomar um chá, consultar as instruções médicas – o que não significa que todos seguiam o que os doutores prescreviam” (p.149), já que havia uma disputa pela preferência popular entre os médicos e vários outros curadores naquele período (ibidem). Basta lembrar do Dr. Leite Pereira referindo-se aos curandeiros, raizeiros e farmacêuticos como imbecis (até mesmo assassinos) e dos *conselhos ao povo paranaense* que trazem o aviso de que a homeopatia, o espiritismo e as ervas não curavam a gripe ou qualquer outra moléstia infecciosa ou parasitária. Para Bertucci-Martins (2005) essa foi uma “época em que fragmentos do discurso médico-científico indicavam o processo de construção de uma forma de discurso específico entre os doutores, com a paralela ordenação de informações pertinentes aos leigos” (p. 145).

Mas qual era o discurso científico partilhado pelos doutores? Bertucci-Martins (2005) identificou através dos relatos de observação, experimentação e solicitação da opinião de pares “aspectos da própria forma do discurso médico que

embasava a fala médico-científica naquele período” (p. 150). Para esta autora,

seguindo moldes das pesquisas de laboratório, o procedimento era “asséptico”, escamoteando diagnósticos e condutas conflitantes, evitando confrontos entre iguais com expressões como: “dá quase sempre bons resultados”, “acha interessante a observação”, “deseja ouvir a opinião da Academia” (Annaes, 1919, p.43-8)” (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 150).

Essa forma do discurso científico pode ser percebida na ata da reunião ocorrida entre os médicos do Paraná, em outubro de 1917, quando a capital paranaense era assolada por uma epidemia da febre tifóide. De acordo com Leal Ferreira, a justificativa para tal encontro entre os médicos era “a necessidade urgente de trocarmos idéas sobre os fatos observados, é a obrigação que nos cabe de sugerir ao digno governo do Paraná um certo número de medidas, que ele não se eximirá de praticar, prestando assim ao seu povo o maior serviço que lhe é dado prestar-lhe – a salvaguarda de sua saúde” (PARANÁ-MÉDICO, 1917, p. 243). As propostas em questão eram: a rigorosa vistoria dos mananciais que abasteciam a cidade para avaliar suas condições higiênicas; a análise química e biológica das águas colhidas nos reservatórios; providências no sentido de ser estabelecida a filtração das águas de alimentação e a criação imediata de postos oficiais de vacinação anti-tífica preventiva.

Após a apresentação das proposições abriram-se as inscrições para que os interessados explanassem sobre suas posições. O primeiro a falar foi João Cândido Ferreira, votando a favor das intervenções do Dr. Leal Ferreira. Também propôs, “sujeita ao juízo dos seus colegas, esta indicação: Que a Sociedade organize uma comissão para, em linguagem ao alcance de todos, redigir conselhos a população, com o fim desta se precaver contra os perigos do momento que atravessamos” (ibidem, p. 245)

O próximo a evidenciar sua opinião foi o Dr. João Evangelista Espíndola.

Primeiro, ele “congratula-se com os seus collegas” e, depois, afirma que “mais do que nunca lhe parece que os nossos regulamentos de hygiene devem ser bem observados” (idem). Ele vota a favor das sugestões de Leal Ferreira, mas pede para “submitter ao julgamento da Sociedade” mais uma questão: de que os mananciais fossem vistoriados e tivessem suas águas analisadas ao menos de três em três meses.

Depois de Ferreira e Espíndola, foi a vez do Dr. Menezes Doria que “louva o procedimento da Sociedade, postando-se a frente da nossa população em momento tam afflictivo”, mas “confessa-se descrente

da exequibilidade destes bons alvitres suggeridos pela Sociedade, pois conhece perfeitamente o modo de proceder das nossas Hygienes em todas as ocasiões. Lamenta que não seja conhecida até agora medida alguma tomada pela Directoria do Serviço Sanitario, que nem mesmo se déra ao encommodo de fazer-se representar nesta importante reunião da classe medica. (...) Mais do que nunca quizeria ver bem cumpridos os nossos regulamento sanitarios. Acredita que o seu illustre collega director de Hygiene Municipal tenha boa vontade no desempenho de seu cargo, mas acha que se S. S. não pode se multiplicar. S.S tem que attender a um só tempo várias incumbencias que tomam bastante tempo e exigem muito trabalho. É possível assim que esta seja uma das razões de não possuirmos boa hygiene urbana (PARANÁ-MÉDICO, 1917, p. 245).

O Dr. Doria conclui seu discurso, mesmo descrente, mostrando-se favorável às propostas dos colegas e expôs, ainda, mais duas indicações: que a sociedade comunicasse ao governo que os médicos que a compõem estavam se oferecendo para vacinar o povo gratuitamente, desde que o poder público lhes fornecesse material para tal procedimento e que as escolas fossem fechadas enquanto não estivesse acabada a epidemia (idem).

Posicionando-se em relação à intervenção do Dr. Doria, o Dr. Martins Franco pede a palavra e afirma que “acha preferível que não se fechem as escolas, porquanto a vacinação seria mais facilmente praticavel quando esses

estabelecimentos estivessem funcionando” (ibidem, p. 246).

Ainda pedem a palavra os doutores Victor do Amaral, José Ferenz e Simon Kossobudzki. Amaral aprova as providências que a sociedade vai pedir ao governo e “insiste para que seja colhida agua nas habitações, principalmente nas que já tem sido visitadas pela infecção reinante. Deseja que sua residência seja contemplada pois não sabe explicar como a febre typhoide lhe invadiu o lar, robando-lhe, ao amor paterno, dois entes muito caros” (idem). Ferenz ocupa-se das indicações feitas pelos colegas que falaram anteriormente e ressalta a necessidade de que “os conselhos a serem redigidos para o povo sejam impressos em avulsos e em vários idiomas” (idem). Kossobudski também se declara favorável às propostas apresentadas e “pensa que o governo acatará todas estas resoluções, que visam exclusivamente o bem publico” (idem).

A partir da ata da reunião entre os médicos fica clara a forma do discurso que embasava a fala médico-científica naquele período. Assim como apontou Bertucci-Martins (2005), os médicos relatavam suas observações, experimentações e solicitavam a opinião de pares. A fim de sempre evitar os conflitos entre iguais, utilizavam expressões como: a proposta está “sujeita ao juízo dos seus collegas”, tal como afirmou Leal Ferreira; pretende “submeter ao julgamento da Sociedade”, assim como disse João Evangelista Espindola; “acha preferível”, tal como fez Ferenz ao se posicionar de forma contrária a proposta do Dr. Menezes Doria; “louva o procedimento da Sociedade”, assim como explanou Dr. Doria, mesmo confessando-se descrente; “acredita que seu illustre collega tenha boa vontade no desempenho de seu cargo”, ainda palavras do Dr. Doria, criticando o serviço municipal de higiene, mas sem querer entrar em embate com seu colega de profissão, que ocupava o cargo de diretor da Higiene Municipal.

“Tudo se encerrava o mais academicamente possível” (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p.150). O discurso dos doutores foi, cada vez mais, sendo feito e refeito “em “debates científicos” e não em embates” (ibidem, p.155).

Para os médicos era necessário que os dissensos fossem debatidos e resolvidos apenas entre colegas de profissão. Assim eles alcançariam o respeito e a credibilidade almejada. Essa forma da linguagem médica, com uma tendência especializante, começou a ser adotada, segundo Sá (2006), já nas “faculdades de medicina e nos cursos de aplicação em que se formavam esses homens de ciência” (p.115) que participavam, cada vez mais

de encontros internacionais, onde apresentavam aos seus colegas e pares, os resultados de suas pesquisas, e publicavam, com a autoridade de especialistas, o fruto de seus trabalhos, supreendia-lhes o duelo direto de argumentos, feito em vias não especializadas. (...) O confronto direto supunha o uso da “retórica”, a sedução linguística para o convencimento e, o pior, a contenda entre desiguais: leigos, de um lado, e o homens de ciência, de outros. E é por isso que, de forma recalcitante, mas progressiva, saíram dos jornais as polêmicas e os debates sobre preceitos científicos e reputações intelectuais para adentrarem as preocupações educativas da vulgarização científica. E enquanto a linguagem da notícia e da entrevista tomou os jornais diários, os textos técnicos, com forte recurso a representação visual, se concentraram nos periódicos e nas suas seções especializadas (SÁ, 2006, p.115).

Bertucci-Martins (2005) falou sobre o caso do Dr. Paula Peruche, que “teve um comportamento considerado desleal com seus pares” (ibidem, p.152) ao fazer “declarações polêmicas para publicações leigas – longe do restrito círculo médico-científico” (idem) afrontando, assim, a “comunidade médica e seu “discurso competente” (idem). Segundo esta autora,

A partir das declarações aos jornais diários de São Paulo, as desavenças entre Paula Peruche e vários doutores paulistanos tornaram-se evidentes. Mas esse desentendimento foi menos pautado pelas divergências quanto ao diagnóstico e tratamento da gripe espanhola (divergências eram comuns, como aquela entre (...) Cunha Motta e Rubião Meira) do que pelo local dos

pronunciamentos polêmicos feitos pelo doutor Peruche e, principalmente, pela forma como ele “dialogou” com seus pares, olvidando, em mais de um momento, “a linguagem institucionalmente permitida e autorizada” pelo seu grupo (Chauí, 1980, p.7). Linguagem cada vez mais especializada, modelada e remodelada por meio da fala que o próprio saber da ciência médica chancelava – linguagem presente, por exemplo, nos debates da Academia Paulista de Medicina. (BERTUCCI-MARTINS, 2005, 153)

Foram “declarações imperdoáveis”, nas palavras de Bertucci-Martins (2005), aquelas feitas pelo Dr. Paula Peruche por meio de publicações não especializadas e da utilização de uma linguagem que não era institucionalmente permitida e autorizada pelo seu grupo. Mais tarde o Dr. Peruche seria, assim como apontou esta autora, “inclusive, banido do livro de Rubião Meira sobre os médicos de São Paulo daquela época” (idem).

Para combater este tipo de prática “desleal”, tal como a que foi utilizada pelo Dr. Peruche, os doutores do *Paraná-Médico* publicaram discursos que buscavam definir os indivíduos, considerados por eles, como aptos, ou não, para exercer formalmente a medicina. Os médicos, em seus discursos, defenderam a utilização dessa linguagem cada vez mais especializada e afirmaram a necessidade da unidade na ação dos doutores. No Paraná, o Dr. Olegario de Vasconcelos, em seu artigo “Pelo Congraçamento da *classe* Médica” explicitou que

com a marcha dos phenomenos sociaes, em que a lucta pela vida torna-se dia a dia mais intensa, em que as competições de toda a ordem surgem para os individuos e para a collectividades- há feito com que todas as *classes* procurem congregar-se em torno de um objetivo intelligente- qual o de resguardar os seus direitos e estabelecer principios uniformes, reguladores de sua acção. A compreensão da realidade da situação de todas as *classes* em relação á nossa - levou a *classe* medica, por sua Sociedade – a iniciar uma propaganda de necessaria e efficaz solidariedade de todos os profissionaes da medicina, no intuito de reunil-os com esforço e abnegação em torno de um certo rumo de principios,

tendentes a firmar o prestígio da *classe* como elle deve ser comprehendido e respeitado. Ainda ha bem pouco tempo – em face de uma calamidade publica – no periodo de desenvolvimento de uma cruel epidemia – a *classe* medica sem vacilações, sem discrepancia, em uma cohesão preciosa e indissolúvel – deu exhuberantes provas de seu devotamento aos deveres que lhe eram affectos e muito auxiliou os poderes publicos na lucta contra o terrivel mal. Sob o duplo ponto de vista da sua elevação moral e de seu valor scientifico na *classe* medica desta Capital merece ter pois o seu prestígio inconfundível em face da Sociedade e das leis que a garantem. Pode pois – a *classe* cuidar com mais segurança de seus direitos bastando para isso que não haja descontinuidades nos pontos de vista de todos os profissionaes, e que reciprocamente procurem elles velar pelos interesses e deveres comuns (VASCONCELOS, 1918, p. 418).

Nas palavras de Vasconcelos, a Sociedade de Medicina do Paraná havia iniciado uma propaganda no intuito de reunir todos os profissionais da medicina em torno de princípios uniformes, resguardando seus direitos e regulando a ação dos profissionais. Só assim afirmariam o prestígio dos médicos na sociedade. Para ele, reunir os profissionais em torno de *um certo rumo de princípios* fariam com que não houvesse mais descontinuidades nos pontos de vista e fosse possível velar pelos interesses e deveres comuns. Quais seriam esses princípios? A fé na ciência como instauradora do progresso; o compartilhamento de uma linguagem médica especializada que, ao manter os dissensos entre os médicos no seio da própria área, demonstraria a unidade na ação desses profissionais possibilitando que eles alcançassem prestígio e poder social; mas também partilhar da mesma crença em relação às formas de curar, ou seja, defender a alopatia²¹ como a única prática médica científica e verdadeira.

Em meio a essa campanha da Sociedade de Medicina do Paraná, que acompanhava o movimento da maior parte da comunidade médica do país para que não houvesse descontinuidades nos pontos de vista entre os profissionais da

²¹ Termo referente à medicina racional, galênica, que é, na maior parte do ocidente, a medicina oficial (SIGOLO, 1996, p.11).

medicina, como os editores do *Paraná-Médico* se posicionaram frente aos doutores que não tinham interesses comuns aos da maioria e quiseram publicar nesta revista especializada?

Em 1920, o Dr. Luiz Osmundo de Medeiros publicou no *Paraná-Médico*:

Respondendo à interrogação que em Outubro formulei, pelas columnas dos “Arquivos Paranaenses de Medicina”, o illustre Dr. Gerson de Sabóia, medico militar, appareceu em campo, procurando fazer doutrina larga, revolvendo cousas passadas (que se não prendem ao caso), aggredindo duramente, taxando de charlatismo o que se fez em um Laboratorio Bacteriologico dependente do Ministerio da Justiça – inaugurando, enfim, uma linguagem, até então, desconhecida em publicações scientificas (...). O articulista (...), em uma publicação scientifica, órgão da Sociedade de Medicina do Paraná, abre o processo das discussões pessoaes, ferindo muito fundo a dous membros dessa Sociedade sendo um deles da sua directoria. Assim, temos, segundo o que affirma o illustre articulista, um charlatão fazendo parte da directoria de uma sociedade sábia...Não me apraz imital-o. Prefiro resolver os pontos em litigio, restabelecendo a razão, - sem preoccupar-me com a sua illustre pessoa, muito respeitavel, é verdade, porém, despida de interesses para quem escreve estas linhas (MEDEIROS, 1920, p.27).

Medeiros elaborou a crítica ao Dr. Gerson de Saboia porque o mesmo teria inaugurado uma linguagem não autorizada em uma publicação da revista, *Paraná-Médico*, divulgada no mês de outubro de 1920. Neste caso, é importante destacar que, no levantamento realizado por Paola (2008), a respeito das edições da revista *Paraná-Médico*, bem como entre as edições do periódico levantadas nesta pesquisa, não houve nenhum exemplar encontrado datado no mês referido por Medeiros. Por isso, não foi possível saber a respeito de qual questão Gerson de Sabóia discutiu no *Paraná-Médico* e, sobretudo, qual membro da diretoria da Sociedade de Medicina do Paraná ele teria chamado de charlatão (se tomarmos a versão de Luiz Medeiros como ponto de partida). Todavia, o que pretende-se apontar é o fato do Dr. Sabóia,

que em 1920 era redator do *Paraná-Médico*, ter deixado de participar do corpo de redatores da revista e, além disso, nunca mais ter qualquer artigo seu publicado neste periódico.

Além do caso do Dr. Gerson de Saboia, é interessante destacar a questão que envolve o Dr. Nilo Cairo da Silva. Campos (2006) enfatiza que Nilo Cairo foi considerado, pelo grupo que fundou a Universidade do Paraná, como o “principal fundador” desta instituição de ensino superior. Já Victor do Amaral foi visto como o “reitor de sempre”. Ambos se formaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e tiveram sua formação em “um ambiente cultural em que a mentalidade positiva e científica era hegemônica” (idem). Nilo Cairo não foi apenas importante na fundação da Universidade do Paraná, pois ele se tornou professor na Faculdade de Medicina do Paraná e sócio da Sociedade de Medicina do Paraná.

Apesar de ser uma figura importante na Universidade do Paraná, na Faculdade de Medicina do Paraná e na Sociedade de Medicina do Paraná, o Dr. Nilo Cairo jamais foi redator ou teve qualquer artigo seu publicado no *Paraná-Médico*. Uma justificativa seria porque Cairo mudou-se para o Rio de Janeiro logo nos primeiros anos de publicação do periódico. No entanto, foi possível encontrar na revista um indício de que ele tentou submeter um artigo para publicação em Setembro de 1925. Uma nota:

Nota – Por falta de espaço deixaram de ser publicados no presente numero os trabalhos dos Drs. Nilo Cairo, Miroslau Szeligowski e Archimedes Cruz que aparecerão no próximo numero (PARANA-MEDICO, 1925, p. 32).

Em outubro de 1925, no entanto, apesar dos trabalhos de Szeligowski e Cruz serem publicados o artigo de Cairo não apareceu. Também não foi publicado nenhum trabalho assinado por ele em anos posteriores. Uma explicação, para que o trabalho de Nilo Cairo não tenha sido publicado, é a de que ele próprio retirou a

disponibilidade do seu artigo para a publicação. Todavia, outra versão plausível, sobre por que o artigo não teria sido publicado, pode estar relacionada a questão apontada por Sigolo (1999). Segundo esta autora, ainda no período em que participou da Universidade do Paraná, em 1912, Cairo já “possuía intensa atividade em torno da homeopatia, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em Curitiba” (p.12).

Em 1903, entrega sua tese inaugural aos docentes do Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: *Similia Similimum Curantur*, sua primeira obra sobre medicina homeopática. A tese foi rejeitada pela academia e Nilo Cairo faz *O Pé Equino* em 1904, a fim de concluir seu curso de medicina. Já médico, revela uma intensa atividade profissional, participando no debate sobre as teorias médicas da época. Ele é autor de vários artigos na imprensa médica homeopática e oficial e também nos periódicos destinados ao público leigo. Foi redator dos Anais do Instituto Hahnemanniano do Brasil²², principal instituição homeopática do país, localizada no Rio de Janeiro e também da Revista Homeopática do Paraná, que se transforma em Revista Homeopática Brasileira (SIGOLO, 1999, p. 12).

Sigolo (1999) ainda afirma que Nilo Cairo foi um dos propagandistas mais entusiastas da medicina homeopática e que ele mantinha diálogo, tanto no período em que esteve no Rio de Janeiro quanto no período em que esteve em Curitiba, com o meio médico nacional, sobre a importância da homeopatia na esfera da ciência. No entanto, a defesa da homeopatia, realizada por Nilo Cairo, não era comum a todos os médicos. No *Paraná-Médico*, como na maior parte da comunidade médica nacional, os médicos compartilhavam a crença de que a única forma de cura, científica e verdadeira, dava-se por meio da alopatia. Em contrapartida, desvalorizavam outras práticas de cura, como a homeopatia. Isso fica evidente, por exemplo, na publicação dos *Conselhos a População Paranaense*, pelo Dr.

²² Sobre isso ver: SIGOLO, R. P. **Em busca da “Sciencia Medica”: a medicina homeopática no início do século XX.** Tese de Doutorado. UFPR. 1999. Curitiba.

Heráclides César de Souza Araújo, que alertou a população para o fato de que “a homeopathia, o espiritismo e as ervas, não curam a gripe, como nenhuma outra molestia infectuosa ou parasitaria” (ARAÚJO, 1918, p. 497-498).

Os doutores do *Paraná-Médico* não defendiam, portanto, a crença na homeopatia. Mas, foi sobre o espiritismo como forma de curar que recaíram as críticas mais intensas por parte dos médicos da revista. O Dr. João Cândido Ferreira, católico, foi um dos médicos que mais escreveu sobre esse tema. O diálogo publicado entre ele, em 1920, que utilizava o pseudônimo de Dr. Anselmo, e uma leiga, chamada Dona Leopoldina, nos mostra que o interesse da Medicina era firmar-se como portadora de um discurso legítimo, científico e verdadeiro e, para tanto, precisava tornar desacreditáveis outras formas de cura que não as suas próprias. Ao responder as dúvidas da senhora sobre a credibilidade, ou não, do espiritismo e suas explicações, o médico afirma que: “há tanta verdade, tanta exploração, tanta ignorância, tanta mystificação dos phenomenos espiritas que muito sera difficil separar o joio do trigo. O espiritismo ora é um ardil, ora um negocio, ora uma sugestão, ora uma doença, conforme o pessoal que o pratica” (FERREIRA, 1920, p. 29).

Já em 1926, a batalha contra o espiritismo continua. Ele mesmo, agora utilizando seu próprio nome, defende que a intervenção do espiritismo no tratamento de qualquer neurose é sempre prejudicial. Para Ferreira

A intervenção do espiritismo no tratamento de qualquer nevrose é sempre prejudicial. Se esse tratamento fosse ministrado por pessoa de certa cultura e intelligencia, talvez fizesse efeito apreciavel agindo por sugestão. Não é isso, porém, o que se vê. Os espiritas, que mais se dedicam a tratamento são, em regra geral, individuos boçaes e analphabetos, sem nenhuma noção dos perigos a que expõem os doentes.

O espiritismo é, pode-se dizer sem exagero, uma verdadeira fabrica de loucos. Entre os dementes que diariamente dão entrada no Hospício, grande parte – a maioria, mesmo, vem de centros

espíritas. O espiritismo, tal como é praticado actualmente, é sem exagero, repito, uma fabrica de loucos, sendo, desse modo, nefasto. Para reforçar minha asserção, poderia citar centenas e centenas de casos, e minha opinião não pode ser posta em duvida, uma vez que não tenho nenhuma prevenção contra o espiritismo.

Se fôr levado adiante o projecto desse manicómio espirita, entendo que a Saude Publica deve intervir energicamente. Faz parte das suas attribuições a defesa publica contra os charlatães e exploradores, e, no caso presente, não me parece tratar-se de outra cousa (FERREIRA, 1926, p. 113).

A partir do discurso publicado no *Paraná-Médico*, tanto a respeito da homeopatia, quanto do espiritismo, é possível identificar que, para a constituição formal do exercício da Medicina como científica e experimental no Estado, foi necessária a construção do perfil do “médico ideal”: um homem de ciência, alopata, que compartilhava de uma linguagem médica específica entre seus pares. E, além disso, da explicitação de quais seriam os indivíduos considerados pela medicina oficial como não aptos, isto é, vistos como charlatães pelo fato de não terem formação em medicina e/ou não estarem, segundo os médicos, embasados na medicina experimental, alopata, para legitimar suas práticas de cura. No “rol” de praticantes da medicina não oficial estiveram os farmacêuticos, os curandeiros, as benzedeiras, mas também profissionais pertencentes ao seio da própria área médica, que não buscaram se encaixar no perfil do médico ideal. Na conformação de uma identidade de grupo, curandeiros, práticos, espíritas, herbalistas e todos os que não tinham em comum a *forma de curar*, considerada como científica e verdadeira pela medicina oficial, surgiam como inimigos necessários, já que ao apontarem o “outro, praticante de uma forma de curar não científica”, melhor se reconhecia o “nós, médicos”.

Neste sentido, pode-se afirmar que os elementos de convergência presentes entre os médicos do *Paraná-Médico*, ou seja, aqueles elementos que constituem o grupo como tal são: 1) a crença na ciência como instauradora do progresso nacional

e do progresso do Paraná; 2) a defesa da medicina como profissão. Algo que também era nacional. Os médicos seriam profissionais, homens de ciência, que tinham em comum *certo rumo de princípios*. Tais princípios agrupavam, além da crença na ciência e a opção pela alopatia, o compartilhamento de uma linguagem médica que contava com um vocabulário cada vez mais especializado. Os dissensos entre os doutores eram resolvidos em debates, e não em embates, numa busca contínua por unificar a ação dos médicos e assegurar o prestígio e reconhecimento dos doutores na sociedade. Por isso, estes intelectuais divulgaram o perfil de médico ideal, que agrupava os princípios que deveriam ser comuns a eles e explicitaram os indivíduos considerados aptos, ou não, ao exercício da medicina (questão que também não era apenas defendida pelos médicos do Paraná, mas constituiu-se no processo de institucionalização da medicina enquanto científica no Brasil, bem como na profissionalização dos médicos). 3) Acreditavam que era necessário criar instituições da medicina, tal como a Sociedade de Medicina do Paraná e o *Paraná-Médico*, para que pudessem discutir e divulgar as conquistas da medicina praticada no Estado. 4) Defendiam a cientificidade da medicina praticada no Paraná, mas também defendiam o Estado, suas causas, e principalmente, neste momento, sua afirmação frente aos médicos de outros estados, com ênfase para São Paulo, estado de que o Paraná tinha sido emancipado e do qual os doutores queriam se diferenciar, provando a autonomia científica e educacional do Paraná. 5) O discurso de enaltecimento do perfil do médico ideal, ao lado daquele que defendia a cientificidade da medicina praticada no Paraná, foi um trabalho coletivo de produção da identidade do grupo e da definição de regras de reconhecimento para aqueles que atuavam no seu interior.

A principal regra de reconhecimento do grupo integrante do *Paraná-Médico* era a formação dos médicos, seus títulos, diplomas, aquilo que assegurava que estivessem entre pares. Outra regra era ter em comum a crença na ciência como instauradora do progresso e defender a cientificidade da medicina praticada no

Paraná. Os integrantes do grupo seriam indivíduos preocupados com a transformação social e o progresso do Estado, questões diretamente relacionadas à atuação dos intelectuais no cenário educacional, no qual o grupo se integrou, por exemplo. Além dos primeiros aspectos apontados, outra regra para pertencer ao grupo era compartilhar uma linguagem médica específica, mantendo os dissensos entre os médicos no seio da própria área, isto é, era necessário que resolvessem seus problemas entre si, e divulgassem apenas a imagem de uma medicina científica, moderna e conquistadora.

Esse grupo, que trabalhou em debate com comunidade médica brasileira no período para construção do “ser médico”, o fez organizadamente, objetivando reconhecimento e aprovação do público leigo e dos doutores dos demais estados do país, para o cumprimento de uma missão social. Através da institucionalização científica da medicina no Estado e da criação de espaços próprios de sociabilidade esses médicos constituíram-se como vozes autorizadas a falar, imbuídas de poder relacionado, principalmente, à ligação entre ciência e verdade no período.

A partir do *Paraná-Médico*, um dos espaços de sociabilidade dessa *intelligentsia*, os doutores disseminaram seus discursos, não apenas a respeito da medicina praticada no Estado e sobre a identidade do grupo. Mas, também, sobre a educação dos habitantes do meio rural. O foco do próximo capítulo é analisar como se desdobra o debate em defesa da educação dessa população na revista.

CAPÍTULO 3

ARAUTOS DA MODERNIDADE E REGENERADORES DA NAÇÃO: A DEFESA DA EDUCAÇÃO DOS HABITANTES DO MEIO RURAL

Os moradores de Curitiba estavam deslumbrados nos últimos anos dos Oitocentos. Os parques de diversões, as sociedades, os clubes e salões nos quais aconteciam bailes, jantares e concertos, tinham transformado o cenário da cidade. Mas, a grande novidade era o cinema que, certamente, representava um ícone da modernidade.

A Curitiba que adentrava o século XX não parava de crescer. Indústrias de louças, de calçados, cervejas, sabonetes, mas também os engenhos do mate, haviam se estabelecido na capital paranaense e expandido o mercado de trabalho (PEREIRA, 1996, 131-134). Atraídos pelas possibilidades de emprego, muitos imigrantes europeus, entre eles alemães, poloneses e italianos, buscavam fixar moradia na cidade. A chegada desses indivíduos proporcionou o crescimento demográfico da capital paranaense que tinha cerca de 50.000 habitantes em 1900 e, em 1920, passou a ter 78.986 (MARTINS, 1941).

Intelectuais que viviam em Curitiba vivenciavam essas intensas transformações. Muitos deles se encontravam nos clubes e sociedades para conversar sobre as novidades na capital paranaense. No entanto, também tinham contato, principalmente por meio da leitura de jornais e revistas, com as mudanças que ocorriam nas grandes cidades do país e no exterior. Seduzidos pelas inovações modernas eles conversavam sobre pessoas, lugares, coisas e ações, que destoavam desse novo modo de vida que, aos poucos, se consolidava. E, por isso, passavam a ser vistas como antigas, atrasadas, inferiores.

Um dos grupos de intelectuais que ocupava uma posição de destaque na sociedade paranaense era composto pelos médicos do *Paraná-Médico*. Esses doutores encontravam-se regularmente para debater sobre as novas descobertas científicas da área médica e a respeito das formas de tratamento que deveriam ser destinadas à população.

Formados sob os auspícios da Higiene, saber que se transformara

paulatinamente após a descoberta da causa microbiana das doenças, os médicos publicavam no *Paraná-Médico* sobre a necessidade de práticas de limpeza e arejamento dos lugares, mas também de práticas pessoais de higiene.

Esse aspecto exigia atenção porque, conforme Curitiba crescia, os problemas de saúde se tornavam mais evidentes, uma vez que o adensamento populacional na capital paranaense também havia contribuído para ampliar as condições de insalubridade. De Boni (1998) aponta que a cidade foi assolada por diversas epidemias, ainda na segunda metade dos Oitocentos, destacando-se entre elas a coqueluche (1885); a disenteria (1879-91; 1880; 1882; 1889; 1890; 1893; 1895; 1896; 1897; 1898); tifo (1889-1891); pneumonia (1877; 1879; 1881; 1883 e 1895); erisipela (1895-96); febre dengue (1890-96); sarampão (1881-82-1890); varíola (1889); escarlatina (1890-91); e difteria (1891).

Totarski (1994) também atribuiu ao crescimento da população a formação de áreas pobres, com maior densidade demográfica e Kummer (2007) afirmou que, grande parte das pessoas que chegavam a Curitiba, se estabeleceram em áreas como hospedarias, cortiços e moradias sobre pântanos, locais que não contribuíam para uma vida salubre. A população que habitava em tais lugares era vista, principalmente por parte das elites, como atrasada, inferior, ignorante e pestilenta.

Além de combater as condições de insalubridade na capital paranaense, os doutores do *Paraná-Médico* também buscavam, em sintonia com a maior parte da intelectualidade brasileira, difundir um novo *ethos* cultural – considerado por eles como moderno - objetivando inserir o Brasil, e o Paraná, na modernidade.

Os médicos da revista paranaense acompanhavam as discussões que aconteciam entre a intelectualidade do país. Nessas discussões, os intelectuais afirmavam o Brasil como um país atrasado em relação a outros, como França e Estados Unidos. Várias eram as teorias sobre o motivo do “atraso” nacional. Um desses posicionamentos teóricos, praticamente consensual entre a intelectualidade, afirmava que para construir uma nação moderna era necessário que o povo do país

tivesse sentimento de nacionalidade. Algo que, na visão da maior parte dos intelectuais, não havia.

Ao mesmo passo, umas das teses defendidas no período afirmava que o Brasil não tinha jeito, pois este seria um país condenado pelo clima e pela raça miscigenada e, por isso, não produzia e nada produziria, não haveria desenvolvimento cultural e econômico.

Outra teoria, menos fatalista, era defendida pelo movimento ruralista, o qual afirmava que o atraso do país correspondia ao atraso da agricultura. Algo que só seria sanado através da modernização da produção agrícola, por meio da educação de lavradores à “*luz*” dos conhecimentos de uma agricultura científica. Esta última ideia acompanhava outra, que ganhou muita força principalmente nas primeiras décadas do século XX, por meio da afirmação de que o Brasil era um país atrasado em relação à outros que haviam implementado medidas educacionais modernizadoras (BONA JÚNIOR; VIEIRA, 2007, p.14).

João Cândido Ferreira, Victor do Amaral e Reinaldo Machado, médicos que organizavam a revista *Paraná-Médico*, assim como outros intelectuais do Paraná com quem se relacionavam (o grupo da revista *A Escola*, por exemplo) já depositavam suas esperanças em uma das propostas salvacionistas: o Brasil seria salvo através da educação do povo e, de preferência, pela educação agrícola. Eles defendiam a vocação agrícola do Brasil e acreditavam que o progresso do Paraná variava “na razão directa da intensidade do amparo da agricultura” (ESCOLA, FARIA, 1910, n. 7-12, p.236).

Todavia, todas as propostas de redenção nacional esbarravam nas discussões a respeito da constituição racial do povo brasileiro. Povo que, afinal, era pouco conhecido, assim como pouco se sabia sobre o território do país. Nesse cenário, conhecer a população que habitava o vasto território brasileiro passou a ser essencial na busca por descobrir os laços que integravam a Pátria (BERTUCCI, 2007).

Em virtude, sobretudo, do desconhecimento em relação ao país e aos seus habitantes, a notícia que chegou ao Paraná, em 1916, causou impacto entre os doutores. Belisário Penna e Arthur Neiva, médicos de Manguinhos, haviam publicado os relatos da expedição científica que tinham realizado à região do Brasil Central. Nesses relatos, os dois médicos afirmavam que os indivíduos encontrados durante a viagem eram miseráveis, ignorantes e doentes. Penna e Neiva também alertaram para o fato de que esses habitantes, chamados por eles de sertanejos, caboclos e caipiras, não viviam somente nas regiões que haviam visitado mas estavam dispersos de norte a sul do Brasil, abandonados pelos governos. Por isso, o problema brasileiro residia, segundo o diagnóstico desses médicos, no fato de a maior parte dos habitantes do país viver em condições de abandono, miséria, ignorância e sob uma situação que consideravam pior entre todos esses elementos: vulneráveis às doenças. Conforme a análise desses doutores, o clima e a raça não seriam os culpados pelo atraso do Brasil. Sendo assim, o país poderia ser redimido (LIMA; HOCHMANN, 1996). Na visão de Neiva e Penna, isso seria possível caso os sertanejos, caipiras e caboclos fossem curados, instruídos, fixados e tivessem “meios de alimentar-se convenientemente para (...) produzir o que produz um homem de saúde normal” (PENNA, 1918b, p. 51 in KROPF; LIMA).

Paralelamente à publicação de Penna e Neiva também repercutia, nacionalmente, o brado de outro médico do Rio de Janeiro - o Dr. Miguel Pereira, que havia causado alvoroço ao proferir a frase: “o Brasil é ainda um imenso hospital” (Pereira, 1922 [1916] *apud* Hochman, 1998: 64). Tal pronunciamento tinha ocorrido na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, durante a recepção ao médico, então diretor daquela faculdade, Aloysio de Castro, recém-chegado da Argentina. Nessa ocasião, um dos componentes centrais do discurso de Pereira era, segundo Sá (2009), a resposta endereçada ao deputado federal Carlos Peixoto (1871-1917), importante parlamentar do Partido Republicano Mineiro, que havia sido líder da bancada do estado e presidente da câmara no período da presidência de

Affonso Penna (1906-1909).

A resposta estaria relacionada ao fato de que, segundo a versão de Miguel Pereira no discurso em questão, Peixoto teria afirmado sua disposição, “em função do conflito mundial que ocorria no período, a primeira grande guerra, a ir aos sertões convocar os caboclos para o Exército brasileiro de modo a defender o país” (SÁ, 2009; LIMA; HOCHMANN, 1996). O médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro teria, segundo Sá (2009), ironizado as palavras do deputado ao dizer que: “Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte - e parte ponderável - dessa brava gente não se levantaria (...) Uma legião de doentes e de imprestáveis. Quais os soldados que o orador iria equipar?” (Jornal do Commercio, 11 out. 1916 *apud* SÁ, 2009).

Após a publicação dos relatos de Neiva e Penna, num momento em que repercutia o brado de Miguel Pereira, os estudos e depoimentos sobre as condições sanitárias de vários pontos do Brasil multiplicaram-se e eram divulgados, inclusive, na imprensa diária (SÁ, 2006). No Rio de Janeiro, as revistas e jornais, que tinham passado a se constituir como os principais vetores da produção cultural de então (idem), publicavam artigos de vários intelectuais²³ afirmando “que Neiva e Penna teriam fornecido subsídios “inéditos” para a compreensão de uma parcela da população brasileira que, segundo o dizer do período, tinha vivido, por séculos, entregue a si mesma” (SÁ, 2009, p. 192).

Esse assunto não fugiu aos doutores do *Paraná-Médico* e eles publicaram o discurso de Belmiro Valverde, médico do Rio de Janeiro, ainda em 1916. Valverde enfatizava que as necessidades do Brasil eram muito graves e urgentes e que “conhecendo-as devemos nos consolidar na convicção de que seremos um paiz mal afortunado se não as repararmos quanto antes e enquanto fôr tempo” (VALVERDE,

²³ Intelectuais como Monteiro Lobato, Catulo Cearense, Ronald de Carvalho, Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto, Amadeu Amaral, José Maria Bello, Aloísio de Castro, Álvaro Ozório de Almeida, Juliano Moreira, Cardoso Fontes, Carlos Seidl e Miguel Couto, entre outros (SÁ, 2009, p. 192).

1916, p. 64-65). Como grave e urgente, ele se referia “ao problema hygienico do interior do Brasil, nesse immenso territorio talado de tantas endemias, mortiferas e evitaveis, a cujas devastações vamos crimosamente assistindo como indifferentes testemunhas” (ibidem, p.65).

O discurso veiculado pelos doutores no *Paraná-Médico* atribuía os problemas do Brasil a falta de higiene. Apesar da gravidade e da urgência, seria possível solucionar essa falta. O país poderia ser redimido através da inserção da higiene no cotidiano das populações rurais.

Produzir sujeitos *higiénicos, higienizados e higienizadores*, por intermédio da educação, era algo que, desde o século XIX, já fazia parte dos debates e ações dos médicos brasileiros (GONDRA, 2003, p. 26). Ainda na Corte Imperial, os doutores buscavam disseminar a higiene e compartilhavam a crença de que a medicina deveria penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática. Na expansão da medicina, a escola não foi esquecida nem a educação, de um modo mais geral, pois para formar novas gerações seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas também no espaço privado da casa (GONDRA, 2000, p. 525).

A afinidade dos médicos, em relação a tal objetivo, ocorreu graças a um horizonte de expectativas mais ou menos assemelhado, relacionado às experiências por eles acumuladas dentro e fora do curso de formação e ao que aí lhes era proporcionado, inclusive pelas leituras autorizadas (GONDRA, 2003, p.26). Frente a esse contexto, é possível tecer a seguinte indagação: em que consistia a higiene para os doutores? “Inicialmente apresentada como a arte de conservar a saúde, a higiene é definida, em um segundo momento, como a ciência que trata a saúde com o duplo objetivo de sua conservação e aperfeiçoamento” (idem).

Conservar a saúde dos habitantes do meio rural, mas também aperfeiçoar essa população por meio da Higiene, foram objetivos da maioria dos médicos brasileiros que integraram o movimento sanitaria. Os doutores do *Paraná-Médico*

foram adeptos a esse propósito, pois, para os mesmos, higienizar e eugenzar²⁴ eram ações necessárias. Eles não seriam as “indiferentes testemunhas”. Para Leal Ferreira, o pronunciamento de Miguel Pereira havia sido uma oração formidável, um ato de sinceridade patriótica, ação que deveria ser defendida e divulgada. Do pronunciamento de Pereira, Leal Ferreira selecionou um trecho para publicar no periódico paranaense:

É bom que se organizem milicias, que se armem legiões, que se cerrem fileiras em torno da bandeira, mas melhor seria que e não esquecessem nesse paroxismo de entusiasmo que fóra do Rio ou de São Paulo, capitães mais ou menos saneadas, e de algumas outras cidades em que a providencia superintende a hygiene, o Brasil é ainda um vasto hospital (PEREIRA, 1916 *apud* LEAL FERREIRA, 1918)

Defendendo as palavras de Miguel Pereira, o doutor do *Paraná-Médico* corroborou com o discurso de crítica àqueles que entendiam como ação patriótica somente o ato de venerar os símbolos do país. Para ele, tal como para Pereira, era necessário que não fosse esquecida a precária situação sanitária do Brasil. Leal Ferreira, objetivando convencer os leitores da revista médica paranaense da, chamada por ele, “verdade nas palavras do grande tribuno”, construiu uma retórica na qual apontava fatos (LEAL FERREIRA, 1918, p.408). Tais fatos consistiam, em primeiro lugar, na (re) afirmação da denúncia, feita por Belisário Penna e Arthur Neiva, a respeito das mazelas que mais assolavam a população brasileira.

Penna e Neiva (este, hoje director de Saude Publica em S.Paulo) visitaram nucleos populosos “onde difficilmente se deparava um semi-idiotas capaz de dar algumas ligeiras informações”. Em outros pontos encontraram esses conhecidos pesquisadores 100% dos

²⁴ Sobre higienismo e eugenismo veja: BOARINI, Maria Lúcia (org.) **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003; MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

habitantess atingidos pelo mal que, segundo a opinião dos abalisados higienistas, vem desvalorizando cerca de tres milhões de brasileiros! A tuberculose, a morphéa, as dysenterias, a ulcera phagedenica, etc, etc, etc, vão dia a dia ampliando, entre nós, os arraiaes de suas temiveis conquistas. (LEAL FERREIRA, 1918, p. 412).

Segundo Lima (2009) e Sá (2009b), o relatório publicado por Neiva e Penna, num contexto em que ecoava o brado de Miguel Pereira com uma repercussão que ultrapassou as fronteiras do campo médico, foi evocado como base documental para legitimar as declarações e reivindicações da campanha pelo saneamento rural do Brasil. Era isso que fazia o doutor do *Paraná-Médico*, que, além de buscar legitimar o movimento abraçado por grande parte da comunidade médica do país, procurava legitimar a campanha de saneamento rural iniciada no Paraná.

Dois anos após a denúncia de Belisário Penna e Arthur Neiva o governo federal decretou a organização do Serviço de Profilaxia Rural no Brasil. O Paraná foi um dos primeiros estados que teve a instalação de Postos desse Serviço, inicialmente no litoral e, depois, no interior (campos). Os postos foram instalados em parceria com a Fundação Rockefeller e sob a direção de uma equipe enviada pelo Instituto Oswaldo Cruz (KUMMER, 2007). Participaram da comissão que buscava descobrir e sanear o *sertão* paranaense os médicos Heráclides Cesar de Souza Araújo e, também, o Dr. Eduardo Leal Ferreira que publicaram, no *Paraná-Médico*, os relatos das expedições realizadas ao interior do Estado²⁵.

Para legitimar a campanha nacional e local o Dr. Leal Ferreira deixou claro seu apreço pelas descobertas de Penna e Neiva e pelo pronunciamento de Miguel Pereira. Mas, além disso, citou o médico Octavio de Freitas que afirmava:

A poesia das paizagens e dos panoramas ficaria apagada pela tragedia, pela desolação e pela miseria dos infelizes habitantes

²⁵ Este trabalho não objetivou compreender as práticas médicas do Serviço de Profilaxia Rural do Paraná.

sertanejos, nossos patricios. Os nossos filhos que aprendem nas escolas que a vida simples dos nossos sertões é cheia de poesia e encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nestas regiões se desdobra mais um quadro infernal que só poderia ser descripto pelo Dante immortal (FREITAS, 1918 in LEAL FERREIRA).

Opondo-se a visão idílica da natureza presente na literatura indianista, sertanista e regionalista que “exaltava a exuberância da natureza e o vigor e a bondade inatos nos indígenas e nos sertanejos” (NASCIMENTO, p. 138), Leal Ferreira afirmou, citando Octavio de Freitas, que o interior do Brasil era um lugar em que desdobrava um quadro infernal. Esse quadro, na retórica de Freitas, era atribuído mais a situação de miséria, desolação e tragédia dos, chamados por ele, “infelizes habitantes sertanejos”, do que a natureza.

A tese de que os sertanejos viviam em uma situação de miséria e doença também foi defendida em um artigo sobre Miguel Pereira e assinado pela Redação do periódico *Paraná-Médico*. Os doutores afirmavam que o médico do Rio de Janeiro teria proferido

um estrondoso grito de humanitarismo pela sorte descuidada dos nossos irmãos sertanejos, arrastados a uma absoluta inutilidade para a communhão, por um cortejo de miserias phisicas, na sua maioria evitaveis com um pouco mais de providencia da parte dos responsaveis pela governança da nação. (...) Coube ao incansavel apostolo da redempção da saúde de nossos irmãos ver iniciada, sob os mais esperançosos auspícios, a obra inadiavel cujos alicerces assentara, calcados sobre o terreno firme de uma copiosa, insophistimavel e dolorosa documentação (REDAÇÃO, 1918, p.509)

Em conformidade com o que defendeu Miguel Pereira, para os doutores do *Paraná-Médico*, os habitantes do meio rural estariam sendo arrastados para uma

condição de absoluta inutilidade por causa das doenças que os acometiam²⁶. No entanto, para eles, essa situação poderia ser transformada já que, em sua maior parte, essas endemias seriam evitáveis se os médicos e os governos atuassem buscando modificar tal situação.

Ao defenderem que o principal problema do “atraso” brasileiro eram as doenças que devastavam os sertanejos, bem como a condição de abandono em que viviam esses habitantes, os doutores do *Paraná-Médico* posicionaram-se contra a tese fatalista de que o Brasil não teria solução por causa do clima ou da raça (ou de ambos).

Rehabilitemos o nosso clima, que elle não responde pelo definhamento da nossa gente sertaneja. Ao em vez de incriminal-o, sejamos justos para com elle, e a elle nos associemos praticando obras de previsão social, que nos assegurem a existencia sadia que o nosso clima não impede e nem sique embaraça.

Tanto ou mais errados andariamos, Senhores, se pretendessemos descobrir numa inferioridade da nossa raça a razão capital das scenas de desalento que nos offerece abundantemente o interior.

Os nossos patricios estão despauperando, não por culpa dos factores ethnicos que se fundiram para constituir a nossa nacionalidade e sim, única e exclusivamente, pela desidia de muitos dos responsaveis pela conservação integra do nosso mais rico patrimonio – que é o vigos physico do nosso povo (...) a nossa raça só caminhará para a degeneração se não correremos em seu socorro, amparando-a contra as agressões de males que nós conhecemos em suas causas, em suas fontes de propagação, em seus meios seguros de prevenção, e que muitas vezes até podemos curar efficazmente (LEAL FERREIRA, 1918, p. 413).

É possível perceber a crença de que a degeneração da raça só ocorreria se a situação de abandono, em que viviam os sertanejos, não fosse solucionada. E, para salvar o povo da degeneração, os médicos deveriam assumir a sua missão patriótica defendendo a saúde pública como a

²⁶ No *Paraná-Médico*, foi possível encontrar apenas um artigo que não corrobora com a teoria de que o Brasil seria um imenso hospital.

prévia a toda as garantias dos povos, a primeira lei dos Estados, um dos primeiros deveres dos Governos em todas as funções, visto que “*salus populi suprema lex est*”²⁷, é ao médico que compete pontificar em tão elevadas funções (AMARAL, 1925, p. 06).

Para os doutores havia urgência em integrar os sertanejos que estavam abandonados pelo Estado e entregues a própria sorte, nos marcos da nacionalidade e da cidadania (LIMA & HOCHMANN, 1996). Por isso, o discurso veiculado no *Paraná-Médico* afirmava que a mudança do quadro atual brasileiro só aconteceria através dos médicos e do movimento de saneamento do país, por meio do combate às endemias. Segundo Motta

A ação saneadora esperava criar a possibilidade de rever o tema da formação dos brasileiros e todas as ambiguidades que cercavam essa discussão. A observação pormenorizada dos níveis de educação, das condições de saúde e moradia, dos costumes e das manifestações culturais levaria ao suposto conhecimento empírico desse povo. Eis por que os médicos da época aceitariam a missão de restaurar a sociedade avariada: só eles poderiam desvendar – e combater – as causas que tornavam o progresso nacional incerto (MOTA, 2003, p. 20).

Através do saneamento, como bem apontou Mota, os médicos acreditavam poder resgatar os habitantes do meio rural das circunstâncias deploráveis de sua sobrevivência e salvar o país do atraso econômico e social, questões que, na visão dos doutores, condicionavam os destinos da nação republicana. Eles acreditavam fazer parte de uma verdadeira cruzada, não apenas para levar à cura das doenças, mas para edificar todos os elementos civilizatórios que o governo republicano brasileiro ainda não havia conseguido implementar (MOTA, 2003, p. 27).

Confiando nessa “*missão patriótica*”, Leal Ferreira convocou todos os brasileiros para participarem da campanha sanitária, a qual ele chamou, citando o

²⁷ A saúde (o bem estar) do povo deve ser a suprema lei.

então presidente da república, de “*santa cruzada*”.

Este é o momento propicio para cerrarmos fileiras em torno dos devotados mandatarios da Medicina, que iniciaram e hão de levar a termo victorioso a campanha de saneamento rural (...).Estudantes, mestres, jornalistas, engenheiros, sacerdotes das letras, do Direito e da Religião, parlamentares e políticos, homens de actividade laboriosa no commercio ou nas industrias, operarios, enfim de todas as profissões, collaborem todos com o medico nessa obra de verdadeira reorganização nacional e que por isso a nenhum de nós pode ser indifferente (...) Ecôem por esta sala, que mal não vae em repetil-as, as palavras do Sr. Presidente da Republica: “Que todos os brasileiros, dignos desse nome, se empenhem nessa campanha benemerita, prestando a este paiz o maior dos serviços, convencidos como devam estar, de que o nosso interesse e os princípios da humanidade nos convocam para tomar parte nesta santa cruzada (LEAL FERREIRA, 1918, p.415).

Em oposição ao quadro “infernai”, todos deveriam acompanhar os médicos que se autodenominavam como mandatários da “santa cruzada”. A partir das publicações do *Paraná-Médico* é possível perceber que os doutores utilizavam um recurso discursivo: ao atribuírem um sentido religioso a ação dos médicos, buscavam legitimar e valorizar o papel desses agentes como precursores de uma grande reorganização nacional, que levaria o país para um futuro vitorioso de desenvolvimento econômico e ao progresso. Para eles, esse era o momento para cuidar “definitivamente de soerguer o moral do nosso sertanejo, para cuidarmos de instruí-lo conferindo-lhe de antemão a graça das supremas, graças que é a saúde” (idem).

Portanto, na retórica dos doutores, os médicos seriam os únicos capazes de prover a “graça divina da saúde” numa sociedade representada como um imenso hospital, um quadro infernal. E nenhum médico poderia ficar indiferente ao movimento de saneamento do país, pois

valeria por uma deserção de obrigações a que não tem o direito de escapar todo aquele que, gostosa ou impensadamente, se tenha decidido a palmilhar esse caminho que, se é largo, também tem suas aperturas: se tem flôres, também tem urzes; se é iluminado, também pode obscurecer-se – caminho que conduz ao magisterio (LEAL FERREIRA, 1918, p. 407).

Compartilhando a crença de que eram homens de ciência e educadores por excelência, os doutores atribuíram a eles próprios a condição de principais agentes da reorganização nacional. Caberia aos médicos a inserção do Brasil, através da educação dos indivíduos como seus pacientes, no “rol” das nações civilizadas.

Bona Jr e Vieira (2007), que analisaram o discurso que associa educação e modernidade nas teses do Congresso de Ensino Primário da Escola Normal (CEPN-1926) e da Primeira Conferência Nacional de Educação (ICNE – 1927), ambos ocorridos na década de 1920 em Curitiba, afirmaram que é possível identificar nas teses dos congressos o aceno para um futuro promissor o qual contrastava, na retórica da *intelligentsia* educacional, com

um presente marcado pelas ações deletérias da miscigenação racial, da pluralidade cultural e da ausência de sentidos de ordem, religiosidade, higiene e civismo no povo brasileiro. Nesse quadro, as questões da ignorância, da imoralidade e da doença do povo se constituíram nos principais móveis da retórica do atraso nacional. A imagem de um presente de ignorância, doença e imoralidade, justificava todos os sacrifícios em favor de um futuro culto, asseado e moralmente empenhado no progresso da Pátria (BONA JR; VIEIRA, 2007, p. 32).

O *Paraná-Médico* foi publicado alguns anos antes da realização dos congressos educacionais. No entanto, um dos principais elementos, identificado na retórica dos doutores, consistia na oposição entre um presente marcado pela ignorância, ociosidade e doença dos sertanejos e o aceno para um futuro vitorioso, com saúde, educação, laboriosidade e o progresso da Pátria. Eles defendiam que um

futuro promissor só seria alcançado por via da unidade nacional e do protagonismo político dos médicos e do Estado.

No entanto, apesar de concordarem com a tese de que o Brasil era um imenso hospital e que os habitantes do interior do país compunham um grupo formado por indivíduos doentes, ignorantes e indolentes, cabe perguntar: como os médicos do Paraná percebiam a situação do estado paranaense em meio a esse tão propalado quadro dantesco? No que tange ao Paraná, em meio ao cenário nacional marcado pelas endemias, eles ressaltaram:

Para socego nosso, não é o Paraná quem mais carrega nas tintas do quadro dantesco, em que o pincel dos nossos hygienistas tracejou as duras realidades, que não mais deviam ser occultadas a governantes e governados, em bem da felicidade nacional (LEAL FERREIRA, 1918, p. 412).

O Brasil era um imenso hospital mas o Paraná, segundo os doutores do *Paraná-Médico*, em meio ao propalado quadro dantesco pintado por higienistas, não seria o Estado que mais carregava as mazelas da nação. Apesar desta afirmação, a contradição era um elemento presente no discurso veiculado no *Paraná-Médico*. Isso pode ser percebido a partir das constatações de Souza Araújo, que se referia ao município de Guaratuba como um

município em peiores condições que o de Paranaguá, e isto se explica principalmente pela maior escassez de recursos medicos e pela grande pobreza do povo. (...) É uma antiga villa, abandonada naquelle recanto há mais de 260 annos, sem meios de communição de nenhuma natureza, sem telegraphos, e carecendo dos mais rudimentares recursos de hygiene e conforto. (...) A villa de Guaratuba é dotada de boa agua potavel, de clima ameno, bem ventilada e agradável (ARAÚJO, 1917, p. 119).

Mesmo com as péssimas condições de salubridade do município de Guaratuba, os médicos defendiam que a vila era bem ventilada, tinha um aspecto

agradável e clima ameno. O problema, portanto, não era atribuído ao clima, mas a situação de abandono da pobre população caiçara que vivia sem conforto e convivía com a falta de higiene e dos meios de comunicação.

Essas argumentações sobre Guaratuba, publicadas por Souza Araújo no *Paraná-Médico*, foram resultado das expedições científicas, realizadas no território paranaense pelo Serviço de Profilaxia Rural do Paraná. Durante essas expedições os médicos não se depararam apenas com os caboclos. Isso porque já existiam, espalhados pelo Paraná, aldeamentos indígenas, colônias de imigrantes e a comunidade caiçara do litoral (KUMMER, 2007). Por causa dessa diversidade houve dificuldade, entre os médicos, em nomear os grupos locais atendidos em cada município e eles passaram a utilizar, de forma generalizante, os termos “caboclo” e “sertanejo” para referenciar os habitantes do interior e mesmo do litoral (KUMMER, 2007, p. 59).

Para Kummer, o uso generalizante dos termos “caboclo” e “sertanejo” pelos médicos do estado esteve mais relacionado a um modo de vida rústico, pobre e diferente da vida moderna das capitais, do que à uma questão étnica (ibidem, p. 52). Um exemplo dado pela autora, para confirmar tal afirmação, é o fato de indígenas terem sido denominados como sertanejos por médicos da Campanha de Profilaxia Rural do Paraná. Segundo o relatório publicado no *Paraná-Médico* em 1918,

Em Thomazina (...) o nosso auxiliar Accacio Martins atendeu ao Sr. Major indio Joao Candido, a quem prestou socorros não só monetario como em medicamentos, afim de serem distribuido aos demais guaranys. Não só a gripe victimou enormemente essa população sertaneja, também os curandeiros e raizeiros, bem como praticos de farmacia e incompetentes desfaleceram (PEREIRA, 1918, p.420)

A partir do relatório do Dr. Alvaro Lobo Pereira fica clara a associação, apontada por Kummer (2007), entre os indígenas e a população sertaneja. O uso do

termo sertanejo, para denominar os guaranis, esteve relacionado “a queixa médica que residia na endemia do impaludismo e no constante estado de embriaguez visto no cotidiano dos indígenas, impedindo-os de trabalhar para a própria subsistência” (KUMMER, 2007, p. 52). O que significa, em outras palavras, que o termo “sertanejo”, empregado pelos doutores, provavelmente estava relacionado ao modo de vida dos indígenas (idem). Segundo Kummer (2007),

Neste caso, talvez a apropriação da palavra sertanejo mereça mais um significado simbólico exercitado no pensamento de quem a utiliza para qualificar o indivíduo que mora um lugar distante, isolado, pouco povoado. Os costumes, hábitos e práticas culturais que configuram um modo de vida rústico, também podem estar associados a palavra sertanejo (KUMMER, 2007, p. 52).

Na percepção dos médicos, as comunidades caiçaras do litoral do Paraná seguiam, em seu modo de vida, “a lei do menor esforço”. Segundo Araújo, essa população construía suas moradias junto ao rio para conseguir “água fácil, para sahirem de pressa a pesca” (1919, p. 103). Além disso, esses grupos foram delimitados, na retórica dos doutores, como tradicionais. Isso porque viviam em pequenos aglomerados e praticavam atividades organizadas no interior de unidades familiares. Também geravam e transmitiam o conhecimento por meio da oralidade, e não pela escrita, fazendo uso de um linguajar particular (KUMMER, 2007).

Aos caboclos, que eram apontados na maioria dos casos como o resultado da mistura entre o português e o índio brasileiro, os médicos atribuíam práticas como o nomadismo, o modo de vida rústico e o laconismo (KUMMER, 2007, p. 51). Entretanto, ao falarem dos imigrantes, a percepção era diferenciada. Geralmente, quando o modo de vida dos imigrantes era o objeto de análise e comentário, era para contrastá-lo com os hábitos do caboclo. Isso permitiu perceber que ao caboclo eram associados os péssimos hábitos higiênicos e o caráter indolente e ignorante do indivíduo que mora no meio rural. Os juízos negativos e sentimentos de espanto

difficilmente podem ser percebidos quando o assunto tratado refere-se às doenças que acometiam os imigrantes, apesar de que estes apresentavam o mesmo índice, senão, maior, de endemias e óbitos²⁸ (idem). Tal assertiva pode ser percebida no discurso de Araújo.

Nunca os governos federal e estadual se lembraram de localizar alli, naquelles uberrimos valles, algumas dezenas de famílias de colonos europeus, que tem sido para outras zonas do nosso Estado, a principal fonte de engrandecimento e de progresso (ARAÚJO, 1917, p. 119).

Os europeus eram associados, conforme Araújo, ao engrandecimento e ao progresso do Paraná. Um dos elementos constitutivos da defesa dos estrangeiros no Estado teve relação com a crença eugênica de que povoar o território de europeus possibilitaria, paulatinamente, embranquecer o povo paranaense.

Segundo Kummer (2007) é possível afirmar que, para os médicos do Paraná, os grupos que foram denominados como rurais eram aqueles que compartilhavam um modo de vida tradicional, rústico e lacônico – marcado pela cultura de subsistência, as precárias instalações habitacionais e a deterioração da saúde pelas endemias. Além disso, esses habitantes se caracterizavam por serem economicamente marginais pois, por praticarem agricultura de subsistência sem a diversificação do plantio e consumirem grande parte do que produziam, não se inseriam numa sociedade rural voltada para a produção de artigos de exportação.

Segundo os doutores do *Paraná-Médico*, esses seriam os habitantes do meio rural que necessitavam, para serem inseridos no processo modernizador, de “instrução ao serviço da hygiene e ao caminho do civismo” (LEAL FERREIRA, 1918, p.408) Para os médicos seria essencial ir introduzindo, com um ensinamento pratico, no espirito das populações ruraes, a noção do valor da observancia, dos

²⁸ Sobre isso ver KUMMER, C.F. “Não esmorecer para não desmerecer”: as práticas médicas sobre a saúde pública da população rural paranaense na primeira república, 1916-1930. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2007. 131p.

preceitos da hygiene” (ARAÚJO, 1919, p.569). Eles diziam que era de suma importância

incutir-lhes a necessidade do asseio com base na Hygiene, a importância da saúde, que se conserva pela robustez, pela boa alimentação, conservação dos dentes, tratamento das molestias desde as primeiras manifestações, a necessidade do isolamento dos portadores de molestias infectuosa, tanto em beneficio próprio como para não contaminar os sãos. Também insistimos no valor da vacinação etc (GOMES, 1925, p. 69).

Defendendo a necessidade de ensinar aos habitantes do meio rural sobre a importância da saúde e como conservar o corpo saudável, os médicos apontavam noções que deveriam ser inseridas no modo de vida dessa população. Entre elas: a manutenção de uma dieta saudável; os hábitos de higiene pessoal, como escovar os dentes e lavar as mãos; o cuidado com a própria saúde, por via do isolamento dos portadores de moléstias e da vacinação.

Educar os sertanejos para que tivessem uma “boa alimentação” envolvia, para os doutores, tanto o provimento de alimentos sadios e suficientes para essa população que era “extenuada pela fome” (ARAÚJO, 1918, p. 496), quanto o ensino sobre quais alimentos deveriam comer e de que maneira precisavam ser ingeridos. Essa população deveria aprender uma nova dieta, saudável sob o ponto de vista dos médicos, na qual os alimentos seriam higienizados. Também precisavam associar, ao momento de sua alimentação, preceitos de higiene pessoal como, por exemplo, lavar as mãos. Afinal, além da possibilidade de contraírem moléstias, a partir de possíveis micro-organismos presentes nos alimentos, como integrar à nação sujeitos que comiam alimentos sujos e com as mãos sujas? Com sua habilidade retórica, João Cândido Ferreira reforçou a necessidade de regular os hábitos da população sertaneja por meio da associação entre um corpo forte e saudável e os “bons modos”. Ele afirmou que o indivíduo “que come lentamente

conserva por longos anos a sua saúde, a sua robustez” (FERREIRA, 1925, p.212).

A unidade nacional apresentava-se como o fim principal a ser alcançado por meio da ação educativa e, na visão dos médicos do periódico, as causas da desagregação deveriam ser combatidas. Os hábitos alimentares da população sertaneja representavam, na visão dos doutores, um presente de pouca coesão cultural, higiene e civismo.

Para combater as moléstias, que corroíam o organismo do sertanejo, lavar os alimentos não seria suficiente já que esses indivíduos estariam “abafados pela sujeira” (ARAÚJO, 1918, p. 496). Os médicos insistiam na necessidade de transformar as habitações dessa população que morava em lugares onde, segundo Araújo (1918), não existia sequer uma choupana sem miséria. Os doutores defendiam a necessidade de divulgar as práticas higiênicas, aconselhando aos sertanejos sobre como limpar e arejar as habitações.

Banhemol-as de luz, rasguemos-lhes janellas largas aos affagos bem-fazejos dos raios solares, que não fazem mal ao homem, mas que são inimigos dos inimigos do homem” (...) Assim levaremos as graças de um pequeno conforto ao lar humilde do nosso trabalhador rural (LEAL FERREIRA, 1918, p.408).

Regular a vida privada dos sertanejos também envolveu a educação sexual, uma vez que, segundo os doutores, essa era a única forma de controlar a sífilis, doença que seria a

companheira amaldiçoada da civilização, irmã impuria do progresso, a lues não se limita a esterilisar esperanças e a murchar corollas, que mal desabrocham, em nosas cidades, villas e arraiaes. Ella vae além no cumprimento de sua missão satanica e não se envergonha de envolver, no seu lençol de prodridões, populações simples, escapas, até então, das marcas aviltantes dessa praga social de todos os tempos (LEAL FERREIRA, 1918, p. 409).

A percepção do Brasil como um país de sifilíticos perpassou as primeiras décadas do século XX e era “caudatária da ideia mais geral de que os brasileiros se caracterizariam por serem excessivos sexualmente” (CARRARA, 1997, p.4 04). Os excessos sexuais dos brasileiros foram atribuídos no período, por muitos médicos, ao clima tropical e a raça latina. Todavia, ainda nas primeiras décadas do Novecentos, essas hipóteses seriam combatidas pela ideia de que o principal problema do brasileiro era a falta de domínio próprio, questão que poderia ser solucionada por meio de uma intervenção educativa e sanitária bem orientada.

Percebe-se que a sífilis, no discurso veiculado no *Paraná-Médico*, teria uma “*missão satânica*”. Ao contrário, a missão dos médicos seria uma “*santa cruzada*” que teria por objetivo, através da educação, tirar “populações simples” da ignorância e livrá-las da moléstia que tanto impedia a Pátria de atingir o progresso já que, na visão dos doutores, essa doença degradava o indivíduo e a família. Fica claro que o objetivo dos médicos era, além de exterminar a doença, transformar as formas de pensar, sentir e agir dos indivíduos, combatendo os excessos sexuais – considerados perigosos no sentido em que colocavam o sujeito numa posição de vulnerabilidade para adquirir a doença – mas que também eram vistos como indecentes, fruto da falta de domínio do homem sobre o próprio corpo. Domínio que só poderia ser alcançado através da educação. Para Carrara,

Se os médicos reforçavam a crença de o país ser particularmente sifilizado, isso não apenas consolidava o papel que eles próprios se atribuíam, de salvadores da raça e da nacionalidade, mas também fazia com que as intervenções sanitárias fossem vistas como adequadas e eficazes para atingir tal objetivo (CARRARA, 1996, p. 406).

O uso do álcool também era considerado indecente pelos doutores. Mas, além disso, a essa “imoralidade” seria agregada a doença, uma vez que a ausência de domínio sobre si levaria, inequivocamente, as práticas imorais que, por sua vez

trariam como resultado a doença. Segundo os médicos, abusar no uso do álcool produziria devastações no organismo pois

altera, degenera e consome os mais nobres elementos do corpo, enfraquece as energias organicas [...], torna um povo desalentado, faz a Patria infeliz porque seus filhos são doentes, degenerados, invalidos (FERREIRA, 1925, p. 205).

O governo, na visão dos doutores, deveria combater o uso dessa substância encarecendo os preços das bebidas alcoólicas e estabelecendo proibições de forma que dificultasse as populações à aquisição dos etílicos (AMARAL, 1925, p. 73).

O álcool, considerado pelos médicos como o mais nefasto e funesto vício da humanidade, era visto como responsável por induzir os indivíduos a perda da integridade física e moral. Para eles, um indivíduo que fazia uso excessivo do álcool não seria um trabalhador produtivo, mas um degenerado, sem consciência dos seus deveres para com a Pátria e a família. Os doutores também acreditavam no protagonismo político do Estado. O governo deveria ser um agente de proibição e controle da utilização das bebidas alcoólicas na sociedade.

No entanto, os médicos alegavam que muitos sertanejos ingeriam o álcool porque já tinham o seu físico e a sua moral degradados, bem como a “inteligência conturbada”(LEAL FERREIRA, 1918). Isso porque os organismos desses indivíduos estariam tomados por endemias como o impaludismo, a doença de Chagas e, principalmente, a ancilostomíase. Segundo Leal Ferreira,

dos males que vem solapando os alicerces da nossa construção nacional, é sem duvida, a akylostomiase, aquelle que exige as preferencias de um combate urgente, immediato, sem treguas e sem esmorecimentos. São 70% seguros dos nossos irmãos que vão desfalecendo aos poucos, anemiados, corroidos e intoxicados por vermes (LEAL FERREIRA, 1918, p. 412).

O combate urgente a essa doença envolvia a educação higiênica. A posição enfática dos doutores frente às endemias rurais, especialmente a ancilostomíase, serviria para demonstrar, de acordo com a visão de Hochmann

a eficácia da ação da ciência sobre o indivíduo, a propriedade de uma ação educativa, prevenindo comportamentos que acabariam por gerar a reinfestação e a infestação de outros indivíduos, e de uma ação sobre o meio ambiente, isto é, sobre as condições promotoras da presença e expansão da doença (HOCHMANN, 1998, p.217-235)

A educação aparece como elemento central, na linguagem médica, para transformar a realidade de endemias, ignorância e imoralidade em que vivia a população do meio rural. Para os médicos, era preciso dar “o braço ao mestre-escola moderno, sem carrancismo e sem palmatoria [...] num combate decisivo contra a indolencia pathologica” (LEAL FERREIRA, 1918, p. 408).

Os doutores do *Paraná-Médico* acreditavam que a principal forma de alcançar o progresso do país e do Paraná seria através da indissociável união entre saúde e educação. Com a educação e, principalmente, por meio dela, enfatizava-se a ideia de que, para alcançar o ser saudável, seria necessário recorrer a Higiene. Segundo Soares, nesse período, os médicos defenderam que a Higiene e educação, juntas, poderiam mudar a face do país, promover o seu desenvolvimento e a viabilizar o progresso (SOARES, 2001, p. 89).

Para os médicos, pelas vias da educação e da higiene os habitantes do meio rural seriam integrados à Pátria já que, segundo Leal Ferreira, “um povo que sabe ler e que sabe dar apreço a sua saúde, é também um povo que sabe amar sua Pátria acima de todas as coisas” (1918, p.411).

Além de ler e cuidar da saúde também seria necessário ensinar a moral, de modo que o ensino cumprisse seu papel enquanto instrumento de controle social (CARVALHO, 2003, p. 43). Através da articulação entre três aspectos - saúde,

educação e moral - os médicos acreditavam ser possível civilizar os habitantes do meio rural, transformando comportamentos e costumes (o falar, o vestir, o alimentar-se, as crenças, entre outros), além de proporcionar a esses indivíduos padrões de vida (escola, posto de saúde, eletricidade, saneamento, etc.) considerados próprios de uma sociedade civilizada. Segundo Araújo, esse tripé faria com que

aos poucos estes indivíduos pálidos, edemaciados, barrigudos, e de olhos sem brilho, de pele cor de terra, de fisionomia sem expressão, de artérias sem sangue de cérebros sem inteligência e de crescimento retardado, irão cada dia rareando mais e a saúde voltará aos vossos lares e com ela a alegria e a felicidade. Então levantareis as mãos para o céu e agradecereis ao Deus de vossa religião os benefícios que a ciência vos trouxe. Chegará então o dia, feliz para a nossa pátria, em que não mais serão chamados os nossos irmãos do litoral e dos campos, de indivíduos, indolentes e preguiçosos e sem inteligência (ARAÚJO, 1918, p. 12).

Portanto, na retórica dos doutores, se houvesse um ensinamento prático das noções de higiene, seriam exterminadas as “muitas chagas que vêm abatendo as forças do operariado dos nossos campos, que vêm apoucando os prestimos dos semeadores das riquezas da Nação” (LEAL FERREIRA, 1918, p.408).

Os habitantes do meio rural eram vistos como os semeadores das riquezas da nação, o operariado dos campos. E, apesar das moléstias que os acometiam, os sertanejos tinham, para os médicos, a “valentia que Deus lhes deu por companheira”(idem). Em outras palavras, mesmo classificados como doentes, indolentes e ignorantes esses indivíduos eram considerados valentes. Mas deveriam ser educados higienicamente para se tornarem saudáveis e conscientes do seu dever: utilizar sua valentia em defesa da Pátria. Defesa que se daria pela via do fortalecimento econômico do país. Isso porque, segundo os médicos:

Hoje, em materia de desenvolvimento das nações, podemos fazer igual pergunta: Quereis avaliar o progresso de um paiz? Examinae a sua hygiene.

Sim, porque a hygiene de hoje não é mais aquella dos tempos em que considerava a doença como punição divina, devendo o doente sofrer resignação (...). A hygiene de hoje não é mais aquella dos tempos em que nas doenças só um elemento era fitado – o doente. Curado este, estava resolvida a crise, estava evitado o perigo.

Na hygiene dos nossos tempos, as cousas passam-se de fôrma mui differente; a doença é considerada um mal geral, um perigo imminente que deve ser combatido e evitado. Medidas geraes, de prohylaxia são postas em pratica, tendo em mira a salvaguarda publica. Essa, porem, não é ainda a phase ideal da hygiene moderna, apesar de já prestar inestimaveis serviços. O que hoje se faz, o que hoje representa o ponto culminante das recentes conquistas scientificas, é a lucta incessante contra a doença até o seu extermínio completo, até a sua absoluta extincção. O indivíduo doente não é olhado hoje, só pelo lado do sentimento, como merecedor da solidariedade humana; elle é encarado como uma energia morta ou paralysada, como uma fonte de trabalho parada ou perdida. É um indivíduo que, forçando a collectividade as despesas, nada produz em compensação; é portanto, um pezado fardo para a sociedade; se esse individuo morre, peora a situação, porque elle não póde mais pagar ao paiz, indirectamente, pelo seu trabalho, a divida que contrahi na doença. Esta phase economica da hygiene representa o seu mais completo aperfeiçoamento, é por ella que se vê quão bem gasto é o dinheiro dispendido com a extincção das doenças, nas grandes campanhas sanitarias (VALVERDE in MACHADO, 1916, p.78).

Machado, citando Valverde, defende que a fase econômica da higiene seria a mais importante pois o indivíduo, quando doente, contrairia uma dívida com o país já que a nação teria despesas com as campanhas sanitárias que buscavam a extinção das doenças. Os sertanejos, depois de saudáveis, deveriam pagar essa dívida produzindo, trabalhando. Mas, que trabalho essa população rural iria desenvolver em retorno à nação? Nas palavras de Leal Ferreira,

Senhores economistas, que crêdes, como nós os médicos, na grandeza do Brasil pela agricultura, eu vos peço em nome da mocidade que ora represento e pela honra do vosso prestígio –

cuidemos antes de tudo da saúde dos nossos compatriotas do interior, fomentando a criação de escolas, onde quer que pulse um punhado de corações irmãos (LEAL FERREIRA, 1918, p. 408).

Segundo Ferreira, somente o carinho dispensado a terra não seria o suficiente para o desenvolvimento do país. Para que o Brasil se tornasse um país grandioso seria necessário, primeiramente, cuidar da saúde dos sertanejos através da criação de escolas, as quais ensinariam aos sertanejos os preceitos higiênicos.

Os médicos defendiam, portanto, que a principal necessidade para a reorganização social era a educação dos indivíduos por meio dos preceitos da higiene. Contudo, não deixavam de concordar com a *vocação eminentemente agrícola* do Brasil e do Estado paranaense. A importância destinada à agricultura, no Paraná, também foi compartilhada, em 1918, pelo então presidente do Estado, Affonso Camargo:

O anno decorrido foi de verdadeiros triumphos para o nosso Estado no que diz respeito á sua produção agrícola. A cultura do trigo, recebida com geraes applausos, é um facto que virá influir poderosamente nos nossos destinos económicos. (...)

Intensificar essa cultura, de modo que ella sobrepuje a todas as outras, é pensamento do meu Governo e para isso conto com o consenso de todos os agricultores, hoje convencidos de que o seu esforço está sendo compensado fartamente e que, além disso, estão prestando um relevante serviço à sua terra (CAMARGO in MUNHOZ, 1918, p.81)

Intensificar a produção do trigo era a ordem do dia para Affonso Camargo. Entretanto, como conseguir uma “produção – larga, copiosa, intensificada”? (LEAL FERREIRA, 1918, p.408) se, segundo os médicos, o país era um imenso hospital? Como educar os sertanejos para a produção agrícola se eles eram ignorantes, indolentes e doentes?

É necessário antes de tudo, dar vigor aos musculos dos nossos

camponios; os braços enlanguescidos não terão elles forças siquer para erguer o alvião e a picareta.(...) Protejamos os olhos do nosso lavrador contra o trachoma que cega e que mata. Esforcemo-nos porque seus pulmões não se deixem invadir pela fereza inaudita dos bacillos da tuberculose. Pensemos que não é possível amanho terras com a pelle ulcerada pelas leishmanias, com os ossos doloridos e as juntas endurecidas pela syphillis, com as faces entumescidas pelas disformes impressões da lepra! Cultivar terras com organismos escaldados pela malaria, exgottados pela voracidade dos vermes, encarquilhados e imbecilizados pelas inoculações damninhas de barbeiros parasitados? Oh! Senhores. Nos desvelemos primeiro pela saude, e ella creará o trabalho alegre de cada dia, methodizado, systematizado, rendoso, fecundo, productivo (LEAL FERREIRA, 1918, p.408).

Cuidar da saúde também significava, para os doutores, transformar os corpos dos indivíduos. Além de saudáveis, os habitantes do meio rural deveriam ser fortes para participarem da construção nacional e do desenvolvimento econômico por meio do trabalho agrícola.

No *Paraná-Médico*, em 1917, ideias sobre a educação agrícola articularam-se à educação higiênica. A Higiene Rural aparece, no periódico, como uma proposta de educação, formulada pelo agrônomo Octavio Peres e enviada pelos doutores de Pernambuco ao periódico paranaense.

A fim de melhorar o estado de hygiene dos homens do campo, os governos federal, estadual e municipal devem agir: desenvolvendo credito de maneira que, melhorando a situação rural, possam os proprietários cuidar da saude de seus subordinados; (...) creando o ensino agricola, popular, de forma que os agronomos possam fazer a propagação das noções de hygiene a par do seus conhecimentos agronomicos; (...) promovendo a distribuição de publicações relativas a hygiene e as principaes molestias infectuosas reinantes, mostrando dest'arte a todos os seus perigos e os meios de evital-os. (...) aumentando o numero de inspetores [médicos] no interior e dando a eles os mais amplos recursos para agir (...) Instituinto premios aos proprietarios em cujos dominios as regras de hygiene fossem praticadas com mais esmero (LYRA, 1917, p.102).

O discurso acima articulou os interesses dos médicos aos dos grandes proprietários de terras. Nota-se a reafirmação da ideia de descaso dos governos. No entanto, neste momento, a cobrança pela ação do poder público incluía a defesa de crédito para o desenvolvimento da agricultura. Assim, segundo o argumento de Octavio Peres, os patrões cuidariam da saúde dos seus subordinados. Há, neste caso, a afirmação do patrão como aquele que deveria desempenhar um papel na higienização dos costumes dos seus subordinados, mas recebendo uma contrapartida do governo: o crédito. Outra obrigação do governo seria a criação da educação agrícola com professores agrônomos que, não ensinariam apenas as técnicas da agricultura, mas, seriam propagadores das noções de higiene. Um dos elementos que auxiliaria nesse processo seria a distribuição de publicações explicando como os sertanejos deveriam se prevenir contra as moléstias. No entanto, todos os trabalhos desempenhados por patrões e agrônomos seriam inspecionados por médicos que, segundo a proposta deste modelo educacional, receberiam amplos recursos para agir.

A partir dessa proposta de educação, veiculada no periódico paranaense, agrônomos, médicos e proprietários de terras trabalhariam conjuntamente, buscando educar os habitantes do meio rural para que se tornassem saudáveis, conscientes do seu dever com a Pátria e aptos, por meio da técnica agrícola, para produzir as riquezas da nação. É clara a ênfase sobre as técnicas de produção agrícola que expressavam uma nova forma de trabalho para os habitantes do meio rural. As ideias de modernização, a partir de uma agricultura científica, opunham-se, tal como o discurso médico, a cultura das populações sertanejas já que, tanto para doutores quanto para agrônomos, o modo de vida desses indivíduos impedia que eles participassem do processo modernizador, como é evidenciado na afirmação de Leal Ferreira

ao lado da estrada e do credito agricola surja a escola, explicando

aos filhos do nosso sertanejo noções simples que evitam males ruinosos (...)Com saúde, arrancaremos da boa terra o que ella não nos occulta com avareza: com saúde, saberemos guardar com honra e com denodo todas as conquistas do nosso braço e do nosso engenho, no meio que nos envolve e que não nos é hostil senão por nossa culpa (LEAL FERREIRA, 1918, p. 413).

A educação dos habitantes do meio rural deveria ser feita por meio da escola, priorizando os filhos dos sertanejos, crianças e adolescentes. Para Stephanou (2000), por mais que “os médicos defendessem que a educação sanitária devesse ser estendida a todo o corpo social, julgavam que seria mais produtiva na escola, pois criaria hábitos, multiplicaria práticas higiênicas, chegaria até às famílias através dos estudantes” (p.01). A prioridade dada a educação dos filhos dos sertanejos esteve relacionada a crença dos doutores de que, assim como apontou Stephanou, a educação de “jovens e crianças era aquela que produzia os melhores resultados, mais intensos, arraigados ao próprio modo de ser e portar-se do indivíduo” (idem). Ainda para esta autora, “a escola emergia, então, como espaço irradiador, cumprindo um importante papel social no combate à ignorância e na promoção da saúde”(idem).

Com saúde, os habitantes do meio rural aprenderiam a moderna técnica agrícola e isso possibilitaria que exercessem o domínio sobre a produção. A preocupação com o desenvolvimento de uma ocupação para os habitantes do meio rural, através do ensino agrícola, também visava fixar esses indivíduos no campo controlando o êxodo dessa população para as cidades e fornecendo, aos grandes proprietários de terras mão-de-obra saudável e especializada (CARVALHO, 2003).

A tônica principal, na proposta de uma Higiene Rural, que articulava educação higiênica e educação agrícola, sustentava-se na necessidade de livrar os sertanejos da obscuridade. Seria necessário substituir a condição de ignorância - considerada como sinônimo dos conhecimentos tradicionais/ rústicos, que eram

vistos como sem funcionalidade, tanto para médicos quanto para agrônomos - pela luz do conhecimento científico.

É possível verificar, portanto, no periódico *Paraná-Médico*, que a regeneração dos habitantes do meio rural é marcada pela exigência de uma mudança de comportamento desses indivíduos. Eles deveriam incorporar os preceitos higiênicos para tornarem seus corpos e mentes saudáveis, o que proporcionaria, na visão dos médicos, o efeito lógico de construção do sentimento de patriotismo e de dívida para com a pátria, mas também corpos aptos para o trabalho.

No entanto, ter corpos e mentes saudáveis não produziria, por si só, o desenvolvimento econômico do país. Era necessário construir, desde a infância, a reverência ao trabalho, ao conhecimento científico e a racionalização da produção agrícola. Segundo Temperini, “a mudança cultural, ou modernização, imporia uma nova racionalidade manifestada pela precisão e ordenação da produção. No bojo desta mudança, está a transformação do trabalho como um fim em si mesmo, através do processo educativo” (2003, p. 62).

Nas publicações do *Paraná-Médico*, portanto, os doutores não se opõem a ideia de que a grandiosidade do Brasil residia na produção agrícola. No entanto, o atraso econômico do país não seria solucionado apenas com a modernização da agricultura e a educação agrícola, uma vez que indivíduos doentes não estariam aptos para aprender a moderna técnica agrícola. Seria necessário agir de forma conjunta, inserindo no cotidiano dessas populações a educação higiênica e a educação agrícola, a fim de promover “a mudança de *ethos* do trabalhador rural em vista de uma mentalidade capitalista moderna” (TEMPERINI, 2003, p. 14). Nas palavras de Carlos Seidl, publicadas no *Paraná-Médico*,

a voz do hygienista começou a ser ouvida em nosso paiz. Os seus conselhos já não encontram ouvidos surdos. Os estadistas patricios já se convenceram que, de todas as leis humanas, são principaes as que visam o homem – capital. Oxalá progrida e ganhe raízes

fundas, esta nova e sã orientação social (SEIDL *apud* LEAL FERREIRA, 1918, p.414)

Os médicos, apesar de concordarem com a necessidade da educação agrícola, não deixaram de se considerar como os principais agentes de uma “nova e sã orientação social” brasileira. Sobre isso Leal Ferreira afirmou,

Si o primeiro, grande patriota, batalhou pelo ideal sublime de uma Patria integra e unida, disciplinada e poderosa dentro de suas fronteiras, si o engenheiro empreendedor e arrojado, soube enfrentar e ferrenha rotina colonial; arrancando os andrajos da cidade afeiada e cobrindo-a com as roupagens alacres da metropole louçan, o medico, sapiente e indomavel na sua energia de administrador, como que pairou um pouco acima dos dois abnegados servidores da Nação nessa obra formidavel de restauração material e de redempção sanitaria (LEAL FERREIRA, 1917, p. 167).

O discurso dos doutores do *Paraná-Médico* atribuiu ao médico o papel de principal responsável pela restauração material e pela “obra de redenção sanitaria” do Brasil. Ele estaria acima dos demais profissionais liberais e dos políticos uma vez que, se o maior problema do atraso do Brasil eram as doenças de seus habitantes, especialmente os do meio rural, somente os doutores, especialistas em saúde, poderiam tomar a frente nesta difícil tarefa.

Valendo-se do recurso discursivo, os doutores do *Paraná-Médico* (re)afirmaram a tese de que o principal problema do Brasil seriam as doenças, que cumpriram uma *missão satânica* ao causarem a indolência, a ignorância e a imoralidade das populações sertanejas. Ao mesmo tempo, atribuíam ao médico a função de realizar uma “santa cruzada”, que exterminaria as endemias por meio da educação dos habitantes do meio rural. Assim, buscavam valorizar o papel social do médico, legitimar sua identidade científica e construir a necessidade de seus serviços na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar quais foram os intelectuais que organizaram o *Paraná-Médico*, que crenças eles compartilharam e o que levou esse grupo a defender a ciência médica e a educação dos habitantes do meio rural em uma revista médica especializada.

Para compreensão dessas questões, optou-se por mobilizar a ideia de discurso como um *ato de fala*, defendida por Skinner (2002) e Pocock (2003). Nesta perspectiva, o discurso, enunciado numa determinada linguagem, foi entendido como uma *ação social* já que, ao realizar a sua enunciação, o autor está, imediatamente, fazendo algo. Por isso, a busca foi por perceber o que os autores da revista, ao escreverem em um determinado momento e para um público visado, desejavam fazer/provocar ao fazerem suas falas.

Para perceber a intenção desses autores foi necessário situar os textos, publicados na revista, em seu contexto linguístico, ou seja, compreender as crenças e práticas compartilhadas pelos intelectuais do periódico, identificar o repertório de ideias com as quais os autores dos artigos dialogaram ao escreverem, em um dado momento e para um determinado público, e demarcar as convenções sobre o que seria possível dizer, ou não, num determinado tempo e lugar.

A partir desses procedimentos foi possível interpretar, apesar do periódico ser um veículo de difusão de textos de diversos autores, o que o *Paraná-Médico*, entendido como um lugar de enunciação compartilhado pelo conjunto de intelectuais estudado, pretendia fazer ao defender suas teses sobre a cientificidade da medicina praticada no Paraná, bem como da necessidade de educar os sertanejos.

Ao traçar as relações e trajetórias entre os indivíduos fundadores da revista, priorizando os intelectuais que mais se sobressaíram na sua organização, foi possível perceber que os integrantes que ocuparam uma posição de centralidade,

como redatores do *Paraná-Médico*, já se conheciam antes da sua criação.

Os médicos de maior expressão, em meio ao grupo, eram conhecidos na sociedade paranaense e provinham de famílias da elite agrária do Estado. Também ocupavam cargos no poder público e objetivavam intervir, no cenário educacional, a partir da atuação na política partidária.

Um dos projetos defendidos por esses agentes visava, corroborando com o que defendiam os intelectuais da revista *A Escola*, educar os lavradores por meio de uma agricultura científica e prática. Essa constatação possibilitou perceber que, mesmo antes da criação da revista *Paraná-Médico*, a preocupação com a educação dos habitantes do meio rural já estava presente entre os intelectuais que ocuparam uma posição de centralidade na organização da revista. A defesa da educação agrícola também esteve relacionada à defesa da *vocação eminentemente agrícola* do Brasil, algo que se constituiu na principal bandeira do movimento ruralista. Movimento este que, nas palavras de Mendonça (1997), agrupava intelectuais que aplicaram a ciência como discurso, numa ação que visava a manutenção do poder dos grandes latifundiários. Esses intelectuais defendiam que o “atraso” do país estava relacionado ao atraso da agricultura que, para eles, só seria solucionado com a implementação de uma agricultura científica e moderna. Sendo este argumento fortemente defendido por Victor do Amaral e João Cândido Ferreira no contexto paranaense.

O percurso realizado, visando traçar as trajetórias e as relações entre esses indivíduos, também demonstrou que João Cândido Ferreira, Victor do Amaral e João Evangelista Espíndola, apesar do sucesso que obtiveram no campo político, abandonaram, ao longo do primeiro quartel do século XX, a ação direta nesse espaço de atuação. Isso ocorreu, provavelmente, pela compreensão desses intelectuais de que a política partidária estava marcada pelas paixões e interesses particulares. Nesse sentido, buscaram se reposicionar no cenário social assumindo a posição do professor, do cientista e, sobretudo, do médico. A política partidária

passou a representar, para eles, o discurso de uma parte da sociedade, de um grupo, de um interesse privado e motivado. Já a posição de cientista e de professor era entendida, por esses intelectuais, como o discurso do todo, do bem público, isento, universal e desinteressado. O deslocamento da política partidária para a ação como intelectuais, vinculados ao magistério e à ciência, não significou o abandono dos seus projetos, pois, articulados profissionalmente, eles constituíram espaços próprios de sociabilidade visando a intervenção no meio social. Um desses espaços foi o periódico *Paraná-Médico*.

Esses médicos acreditavam na necessidade de criar instituições da medicina, tal como a Sociedade de Medicina do Paraná e seu periódico, para que pudessem discutir e divulgar as conquistas da medicina por eles praticada. Defendiam, deste modo, a cientificidade de suas práticas médicas, frente as acusações de provincianismo manifestadas por médicos de outros estados, principalmente São Paulo, haja vista que o Paraná havia se emancipado deste e os médicos buscavam provar a autonomia científica e educacional do Estado paranaense.

Por intermédio desta revista médica esses intelectuais publicaram discursos que enalteciam sua profissão e o papel desempenhado por eles na sociedade, defenderam os conhecimentos da medicina científica – empenhados em institucionalizar cientificamente a medicina brasileira, mas também a medicina praticada no Paraná – e buscaram educar os indivíduos como pacientes do saber médico.

Os médicos compartilhavam a crença na ciência como instauradora do progresso, tanto no plano nacional quanto estadual. Eles se autodenominavam como homens de ciência, os quais convergiam em torno de um conjunto definido de princípios que agrupavam, além da crença na ciência, a opção pela alopatia e o uso de uma linguagem médica que contava com um vocabulário cada vez mais especializado. Os dissensos entre os doutores eram resolvidos em debates, e não em embates, numa busca contínua por unificar a ação dos médicos e assegurar o

prestígio e o reconhecimento dos doutores na sociedade.

O discurso de enaltecimento do perfil do médico ideal, ao lado daquele que defende a cientificidade da medicina praticada no Paraná, foi um trabalho coletivo de produção da identidade do grupo e da definição de regras de reconhecimento para aqueles que atuavam no seu interior. Esse grupo, que trabalhou em debate com a comunidade médica brasileira no período, para construção do “ser médico”, realizou essa atividade de forma organizada, objetivando reconhecimento e aprovação dos paranaenses e dos doutores dos demais estados do país para o cumprimento de uma missão social. Por meio da institucionalização científica da medicina no Estado, e da criação de espaços próprios de sociabilidade, esses médicos constituíram-se como vozes autorizadas a falar, imbuídas do poder conferido pela ciência, que era entendida como sinônimo de verdade no período.

Ao perceber a linguagem e as crenças comuns a esses intelectuais, foi possível identificar, assim como apontou Vieira (2011), nas suas pesquisas sobre os intelectuais paranaenses nesse período, quatro aspectos que caracterizam a ação desse grupo: o sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos dezenove e vinte, produziu a identidade social do intelectual; o engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; a elaboração e a veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; e a crença na centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social.

Fazer do Brasil uma nação moderna foi objetivo da maioria dos intelectuais brasileiros no início do século XX. Esses intelectuais afirmavam que o Brasil estava atrasado em relação às transformações modernas que ocorriam em outros países. Em meio aos debates que discutiam os motivos do atraso e os caminhos para a redenção nacional, ganhou força a tese dos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva.

Os dois doutores defendiam que o atraso do Brasil não estava relacionado ao clima ou a raça, mas à situação de abandono em que viviam as populações rurais, as

quais estavam dispersas de norte a sul do país. Para eles os chamados sertanejos, caboclos e caipiras seriam miseráveis, ignorantes e doentes, pois estavam abandonados pelos governos. Redimir o Brasil consistia na ação de saneá-lo por meio da educação desses habitantes, que deveria ocorrer, primeiramente, nos aspectos relacionados à higiene.

Os médicos do *Paraná-Médico*, em sintonia com a intelectualidade brasileira na busca pela modernidade, disseminaram seus discursos, não apenas a respeito da medicina praticada no Estado e sobre a identidade do grupo, mas também inseriram-se nas discussões nacionais defendendo a necessidade de educar as populações rurais.

Os autores do *Paraná-Médico* concordaram com Neiva e Penna sobre o fato de que os habitantes do meio rural viviam uma vida de ignorância, ociosidade e doenças, em virtude da situação de abandono dos governos. Também atribuíam ao médico o papel de cobrar do poder público medidas em benefício da saúde do povo. Além disso, como homens de ciência e educadores por excelência, os doutores se apresentavam como os principais agentes da reorganização nacional. Seriam eles os responsáveis por inserir o Brasil, através da educação dos indivíduos como pacientes do saber médico, no “rol” das nações civilizadas. A degeneração da raça, no discurso veiculado no *Paraná-Médico*, só ocorreria se o descaso dos governos, frente à população do interior do país, fosse solucionado.

Para eles, havia urgência em integrar os chamados sertanejos e caboclos, que estavam abandonados pelo Estado e entregues a própria sorte, nos marcos da nacionalidade e da cidadania republicanas. Por via do saneamento os médicos acreditavam poder resgatar os habitantes do meio rural das circunstâncias deploráveis de sua sobrevivência e salvar o país do atraso econômico e social pois, na visão dos doutores, essas questões condicionavam os destinos da nação republicana. A unidade nacional apresentava-se como o principal fim a ser alcançado, por meio da ação educativa. E, na visão dos médicos da revista, as

causas da desagregação deveriam ser combatidas. Os hábitos alimentares, sexuais, o alcoolismo e a falta de higiene das populações rurais caracterizavam um presente marcado pela pouca coesão cultural e, por extensão, pela ausência de higiene e civismo.

Nas publicações do *Paraná-Médico* os autores não se opõem à ideia de que a grandiosidade do Brasil residia na produção agrícola. No entanto, o atraso econômico do país não seria solucionado apenas com a modernização da agricultura e da educação agrícola, pois os indivíduos doentes não estariam aptos para aprender a moderna técnica agrícola. Seria necessário agir de forma conjunta, inserindo no cotidiano dessas populações a educação higiênica e a educação agrícola, promovendo assim, a mudança de comportamento do trabalhador rural em vista de uma mentalidade capitalista moderna.

Em sintonia com as discussões nacionais, os doutores do *Paraná-Médico* (re) afirmaram a teoria de que os problemas do atraso do Brasil seriam as doenças, que cumpririam uma *missão satânica*, pois seriam inimigas da civilização. Elas foram representadas pelos médicos como as principais causadoras da indolência, da ignorância e da imoralidade dos sertanejos. Contra a “missão satânica” das doenças, os médicos realizariam uma “santa cruzada”. Eles exterminariam as endemias e reorganizariam a sociedade rumo a modernidade. Valendo-se do recurso discursivo, os doutores se afirmavam como os principais responsáveis pela redenção do país, buscando a valorização do papel social do médico. Ao mesmo tempo, legitimavam a sua identidade científica e construíam a necessidade de seus serviços na sociedade.

Sendo assim, é possível afirmar que a revista *Paraná-Médico* representou um instrumento de (re)afirmação da imagem do médico como *intelligentsia* responsável pela regeneração do país, tanto na perspectiva da assunção da ciência como orientação geral da ação, a qual envolvia as esferas pública e privada, como no âmbito da educação enquanto meio privilegiado de difusão dos princípios norteadores de uma nova cultura científica.

FONTES

Periódico *Paraná-Médico*, 1916-1930. Curitiba: Tipografia da Penitenciária do Estado.

AMARAL, V. F. Ata de sessão da câmara de deputados. Curitiba: 1907.

ARAÚJO, H. C. de S. Prophylaxia Rural no Estado do Paraná: Esboço de geographia medica. Livraria Economica: Curitiba, 1919.

CORRÊA LIMA, E. **João Cândido Ferreira**. 1988. Curitiba.

_____. **Victor Ferreira do Amaral**. 1982. Curitiba.

MACEDO, H. B. de. Dr. Espíndola: o médico e o homem. III Congresso Brasileiro de Escritores Médicos, São Paulo. 1970.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Distúrbio identitários em tempos de globalização**. Mana, v. 7, n. 2, 2001.

BERTUCCI, Liane Maria. **Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil**. In: RIBEIRA CARDÓ, E; MENDOZA VARGAS, H; SUNIYER MARTÍN, P. (org.) La Integración del Territorio en una idea de Estado: México y Brasil, 1821-1946. Ciudad de México: IG/UNAM; Instituto Mora, 2007.

BERTUCCI-MARTINS, L.M. **Entre doutores e para leigos**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.12, n.1, o.143-57, jan-abr,2005.

BERTUCCI, L.M; BARBOSA, F.G. **Legislar para educar e transformar. Higiene e salubridade no Paraná, final dos anos 1910**. Congresso Brasileiro de Salubridade no Paraná. Anais. Aracajú: UFS, 2008

BERMAN, Marshall. Introdução: Modernidade ontem, hoje e amanhã. In: **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BONA JÚNIOR, A.; VIEIRA, C.E. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920. In: VIEIRA, C.E, (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba, Editora UFPR, 2007.

CARVALHO, Marta Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003

CAMPOS, N. de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892- 1950)**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História da Educação). Setor de Educação – UFPR.

_____. **Victor Ferreira do Amaral e Silva: do *OIKOS* ao *SCHOLÉ* (1862-1878)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.41, p. 72-87, mar2011.

CINTRA, E.P.U. “**Sciencia et Labor**” no “**Palacio de Luz**”: A institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946).Tese de Doutorado. 2010. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPR.

CORRÊA, Mariza (1982). **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: USP.

COSTA, I. A.; CORRÊA LIMA, E. (Org.); **O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná**. Editora UFPR. Curitiba; Ed. UFPR. 2007.

DE BONI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto: Vigilância e Punição em Curitiba**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

DUPAS, G. **O mito do Progresso**. São Paulo (SP):Unesp; 2006.

EDLER, F. C. **As Reformas no ensino médico e a profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884**. Dissertação de mestrado, FFLCH – USP, Departamento de pós-graduação em História, São Paulo,1992.

GONDRA, J.G. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 562p.

_____. **Homo Hygienicus: Educação, Higiene e a Reinvenção do Homem**. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril 2003.

GRUNER, C. “**Um bom estímulo à regeneração**”: a Penitenciária do Estado e

as novas estratégias da ordem na Curitiba da Primeira República. HISTÓRIA, São Paulo, 28 (2): 2009. p. 421-448.

KROPF, S. P.; LIMA, N. T. A doença de Chagas e o Movimento Sanitarista na década de 1910. In: PONTE, C.F.; FALLEIROS, I. (Org.). **Na corda bamba de sombrinha: saúde no fio da história.** Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, Fiocruz/EPSJV., 2010, v. 1, p. 75-110.

KUMMER, C.S.F. **“Não esmorecer para não desmerecer”: as práticas médicas sobre a saúde da população rural paranaense na Primeira República (1916-1930).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFPR. 2007.

LARocca, L.M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947).** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. 2009.

LIMA, N.T.de; HOCHMAN, G. **Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República.** In: MAIO, M.C; SANTOS, R.V. (orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. p.23-40.

MARACH, C.B. **Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910).** Dissertação de mestrado. PPGE-UFPR. Departamento de Pós-graduação em Educação, Curitiba, 2007.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MARTINS, A.L. **Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras.** História, São Paulo, 22 (I): p.59-79, 2003.

MARTINS, R. **Quantos somos e Quem somos: dados da história e a estatística do povoamento do Paraná.** Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

MEZZOMO, D. C. R. **Médicos e educadores: a disciplinarização da família curitibana.** Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990. p.3-11.

MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC,

1997.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**. Sanitarismo e Eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p.43.

_____. **Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina paulista entre 1892-1920**. Edusp. São Paulo.2005.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor- identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

PAOLA, E.B.O. **“Paraná Médico”: contribuição de um periódico especializado ao acervo cultural do estado**. Monografia. Curso de Gestão da Informação. UFPR. 2008.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Ed.UFPR, 1996.

POCOCK, J. G. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo, 2003, Edusp.

RIBEIRO, L. C. **O mandonismo local e o movimento republicano**. História: questões & debates, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 65-85, jun. 1982.

RODRIGUES, D.S. O Sujeito como autor na história e ator histórico: o entendimento da teoria dos atos de fala para a interpretação de textos In: **Anais do II Colóquio do LAHES: Micro História e os caminhos da História Social**. Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

SÁ, D. M. de. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 216 p. (Coleção História e Saúde). ISBN 85-7541-007-6.

_____. **Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)**. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul 2009, p.189-203.

SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil (org.)**. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.55.

SILVA, R. **História Intelectual e Teoria Política**. Revista de Sociologia e Política. V. 17, No 34 : 301-318 OUT. 2009

SIGOLO, R. P. **Em busca da “Sciencia Medica”: a medicina homeopática no início do século XX**. Tese de Doutorado. UFPR. 1999. Curitiba.

SILVA, A.F. C da. **A campanha contra a broca-do-café em São Paulo (1924-1927)**. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.13, n.4, p.857-993. 2006.

SKINNER, Q. **Visões da Política: sobre os métodos históricos**. Algés, Portugal, 2002, DIFEL.

SOARES, C. L. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SOUZA. G.. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1924**. 299p. Tese de doutorado, Área de concentração História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

STEPHANOU, M.. **Medicina e discurso científico para a educação**. In: 23ª Reunião Anual da Anped, 2000, Caxambu. CDROM anais 2000 – Anped - 23ª Reunião Anual - Educação não é privilégio.. Rio de Janeiro : Fabricado pela Microservice Indústria Brasileira, 2000.

THIELEN, E. V.; SANTOS, R. A. **Belisário Pena: notas fotobiográficas**. Hist. cienc. Saude-Manguinhos. vol.9no.2. Rio de Janeiro. May/Aug. 2002

VIEIRA, C.E. **Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual** In: Revista Brasileira de História da Educação. Nº16 jan/abr. 2008. p.64-83.

_____. **O Movimento da Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias**

educativas de Erasmo Pilotto. Educar em Revista. Curitiba: Ed. da UFPR. n.18, p.53-73, 2001a.

_____. **Erasmo Pilotto e a Escola Nova no Paraná.** In: V Congresso Ibero Americano de História de la Educación Latino Americana. 2001b. Anais do V Congresso Ibero Americano de História de la Educación Latino Americana. p.1-10. Costa Rica.

_____. **Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil.** In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenções, Tradições e escrita da História da Educação no Brasil. Vitória-ES. 2011. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenções, Tradições e escrita da História da Educação no Brasil.

_____. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920.** p.11-39 In: OLIVEIRA, M.A.T. (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. (Org.) **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964).** Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

VERGARA, Moema Rezende (2003). **A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República.** Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: PUC.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1977.

WELTMAN, W.L. **A Educação do Jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948).** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008. 243p.

TOTARSKI, C.. **Contradições de uma cidade disciplinar: condutas desviantes e prostituição em Curitiba, de 1916 a 1916.** In: **Série Monografias nº1. O viver em uma sociedade urbana, Curitiba 1890-1980.** Curitiba: Boletim do Departamento de História da UFPR, 1994, p.96.

